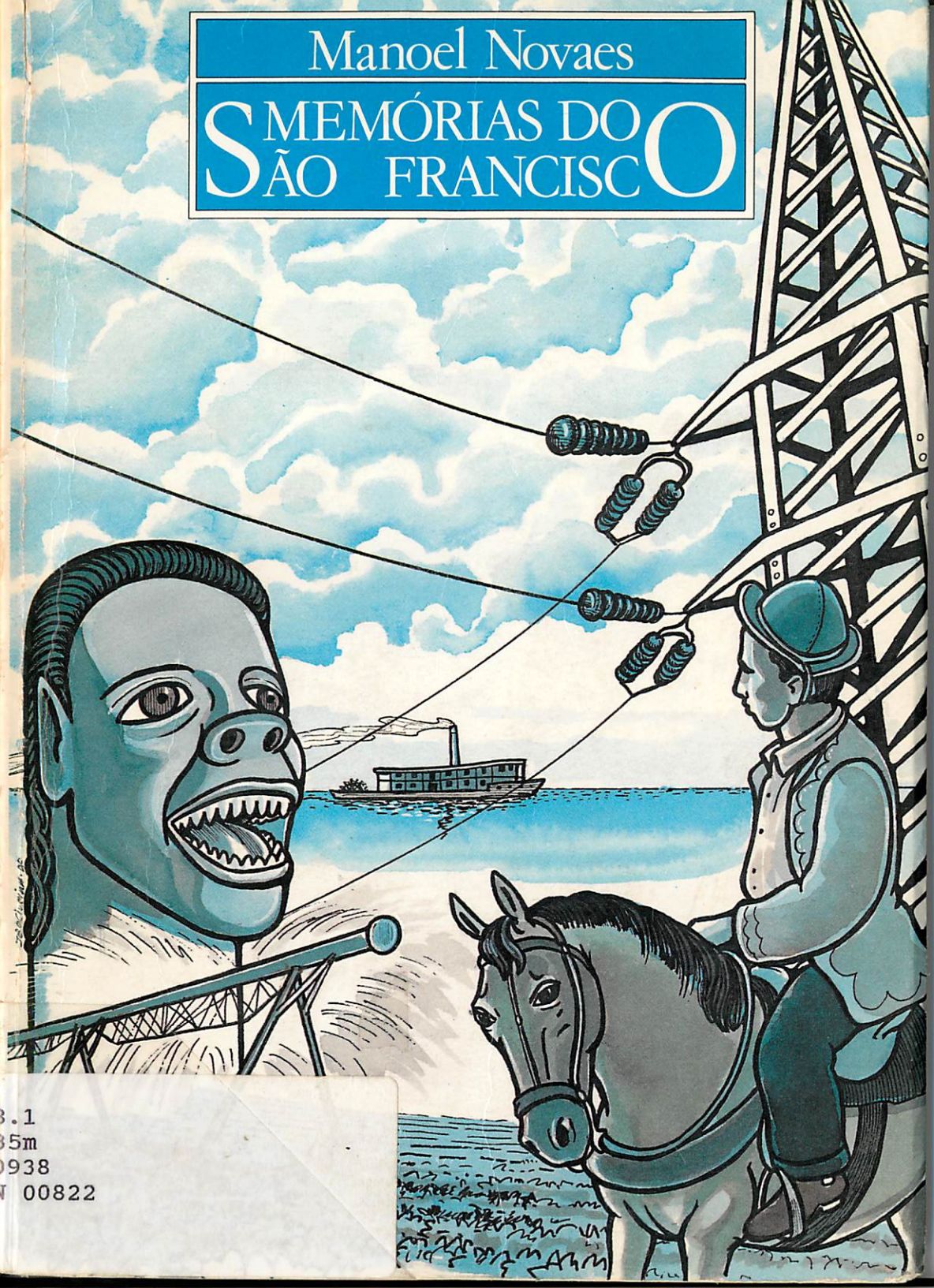
Manoel Novaes

MEMÓRIAS DO SÃO FRANCISCO



3.1
35m
0938
N 00822

Memórias do São Francisco é a história de uma região mas é também uma história parlamentar. Manoel Novaes, seu autor, gosta de dizer, com razão e justo orgulho, que a causa do Velho Chico é o único programa de desenvolvimento regional, em nosso País, adotado a partir de iniciativa do Poder Legislativo.

Não por acaso, tudo começa no reencontro do Brasil com a Democracia, nos idos de 1946. Reuniu-se no Rio de Janeiro a Assembléia Nacional Constituinte, para lavrar uma Carta liberal e liberadora, varrendo o entulho do Estado Novo. Novaes persuadiu os demais constituintes a inscreverem, nas Disposições Transitórias, a regra que destinava 1% da receita tributária da União ao Vale do São Francisco.

Novaes exerceu o mandato de deputado federal pela Bahia desde 1933 até 1987. Só esteve ausente do parlamento quando as ditaduras impediram seu funcionamento. E o São Francisco, suas gentes e riquezas potenciais foram, todo esse tempo, sua causa maior. Soube encontrar, nos Presidentes Dutra, Getúlio, Juscelino e Médici, aliados para essa causa.

Graças a esse empenho, conseguiu erradicar a malária da região; construiu estradas, hidrelétricas; instalou escolas.

A minha mulher,

Dagmar Novaes,

que tanto me estimulou a prepará-las,

dedico estas Memórias.

ÍNDICE

As Memórias de Manoel Novaes, por Eliseu Alves 11
O Velho e o Rio, por Sebastião Nery 13
Introdução 15
Um pouco de história: o período colonial 17
Atuação do 1º e do 2º Impérios 21
A República, até 1946 23
Arrancada para o desenvolvimento: a Carta de 1946 25
Primeiros resultados: a Lei 23 51
Batalha no Congresso: a criação da CVSF 59
A atuação da CVSF 93
Outros tempos: a SUVALE 117
Rumos atuais: a CODEVASF 129
O São Francisco e a Constituição de 1988 143

As Memórias de Manoel Novaes

Manoel Novaes dedicou sua longa vida parlamentar à gente do São Francisco. Graças a seu empenho e às suas conquistas políticas, foram obtidos recursos suficientes para viabilizar sucessivos programas que impulsionaram o progresso dessa região sertaneja do Brasil.

Primeiro, foi a Comissão do Vale do São Francisco, resultado de sua vitória na Constituinte de 1946, ao conseguir inscrever o dispositivo que alocava, por 20 anos, 1% das receitas tributárias da União ao desenvolvimento sanfranciscano. Depois, veio a Suvale e seu Provale. Hoje, temos a CODEVASF, dedicada a implantar projetos de irrigação e, pelo exemplo e apoio, a incentivar a iniciativa particular a fazer o mesmo. São 250 mil hectares irrigados, onde antes nada existia.

Com sua atuação exclusivamente política, dentro dos processos parlamentares, Manoel Novaes ergueu escolas, hospitais, combateu a malária, construiu estradas, pontes, hidrelétricas - inclusive Paulo Afonso e Três Marias - e lançou as bases da moderna agricultura irrigada no sertão.

A perseverança de uma vida rendeu frutos. Homem e obra se confundem, em torno deste rio caudaloso que a natureza faz percorrer terras tão secas, de solos geralmente tão propícios ao cultivo.

Ao escolher o título destas Memórias, o Autor preferiu o nome do Rio ao seu próprio, demonstrando em definitivo seu vínculo à região.

Num tempo em que se parece descrer da eficácia da ação política e parlamentar num regime democrático, estas Memórias afirmam o contrário. Sua publicação neste 1989, quando a CODEVASF completa 15 anos, é ao mesmo tempo o exercício da oportunidade do registro histórico e a contribuição da Empresa à discussão das coisas nacionais.

Eliseu Alves
Presidente da CODEVASF

O Velho e o Rio

Manoel Novaes fazia comício em Irecê, nos estorricados sertões da Bahia. Um candidato a vereador pega o microfone e fala ao povo, apinhado na praça da feira:

- Minha gente, quem deu a perfuratriz?
- Foi Novaes.
- O que é que a perfuratriz faz?
- Dá água.
- A vaca que dá leite a nossos filhos, bebe o quê?
- Bebe água.
- Então quem dá leite a nossos filhos?
- É Novaes.

Durante mais de meio século, Manoel Cavalcanti de Novaes, alto, quase dois metros, voz de trovoada, cara grande e generosa de sertanejo, olhos fortes, ensolarados, foi exatamente isso: a vaca santa, sagrada, leite e esperança, verba e emprego, presença e trabalho, do infinito sertão do São Francisco.

O grande homem é aquele que se faz sinônimo de sua gente, de seu chão. Manoel Novaes é uma vida a serviço de um rio muito longo e um sertão muito seco. Cada um de nós deixa o umbigo na terra onde nasceu. Manoel Novaes deixou o umbigo e o destino nas barrancas molhadas do São Francisco e no pó amarelo do sertão. É uma bela e fascinante vida.

Em março de 1908, dia 6, véspera de São Tomás de Aquino, Novaes nascia em Floresta, Pernambuco. Estudou em Recife, foi fazer medicina na Bahia. Estudante, entrou para a Aliança Liberal, nas vésperas da Revolução de 30, percorrendo o interior, fazendo comícios, escrevendo em jornais. Em outubro de 30, era membro da Junta Revolucionária, "encarregada de apurar

as responsabilidades dos membros do Governo estadual deposto". Em dezembro, terminou o curso de medicina e era oficial de gabinete do interventor federal Leopoldo Amaral e depois do capitão-interventor Juracy Magalhães.

Em maio de 1933, elege-se para a Assembléia Nacional Constituinte pelo PSD (Partido Social Democrático) da Bahia. Reeleito em 1934, não parou mais. Foi um dos mais perenes parlamentares do mundo, com uma dúzia de mandatos consecutivos. Fora a interrupção da ditadura de Vargas, entre 1937 e 1945, com o Congresso fechado, Novaes passou a vida no parlamento.

Novamente constituinte em 1945, plantou ali sua frondosa árvore política e social: conseguiu aprovar 1% da receita tributária da União, durante 20 anos, para aplicação no Vale do São Francisco. Em 1946, já presidia, na Câmara, a Comissão Permanente de Transportes e Comunicações e a Comissão Especial da Bacia do São Francisco. Sempre reeleito, em 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974, 1978, 1982, participou da direção do "Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional", que a partir de 1948 comandou a luta pelo monopólio estatal do petróleo. Até 1987, quando deixou o Congresso, sua luta, sua briga, sua tarefa diária foi a defesa do Vale do São Francisco e das soluções para que um rio tão gordo não deixasse seco um sertão tão magro.

Houve um tempo, longo tempo, nas décadas de 50 e 60, em que Novaes não era apenas um mandato, era uma bancada. Decidia a eleição de muita gente, bancadas inteiras. Líder do PR (Partido Republicano), ele era o fiel de balança nas eleições para o Governo do Estado. Quando se aliava ao PSD-PTB, ganhavam juntos. Aliado à UDN-PTB, também ganhavam. Novaes era o "Barão do São Francisco", o "líder do sertão", o "Manelão da caatinga".

Aos 81 anos, fora do Congresso, onde viveu 47 anos, Novaes não se aposentou. Senta-se à máquina e escreve as "Memórias do São Francisco" história da vida de um rio que também é história da vida de um homem. Um rio que, hoje, graças a ele e à competência de Eliseu Alves e sua equipe na CODEVASF, é símbolo e prova de que a irrigação é o caminho para salvar o sertão e o Nordeste. É um homem, exemplo de dedicação, desprendimento, generosidade e serviço público, com austeridade e honradez de monge.

Esse homem, que vocês vão ler contando a história de uma vida inteira junto ou dentro do poder; esse homem que mobilizou, comandou, distribuiu, aplicou, durante 20 anos, uma das maiores verbas orçamentárias específicas do País e teve um peso político e eleitoral tantas vezes decisivo nos Governos da Bahia e da União; esse homem que passou a vida com o dinheiro público em suas mãos ou nas mãos daqueles que ele indicava para gerir, aplicar; esse homem chegou aos 80 anos e se afastou da vida pública pobre, honrado, incorrompido, incorruptível. Como os profetas, ele entrou e saiu da cidade do poder de mãos límpidas.

Obrigado, Manoel Novaes, pelo seu rio, pela sua vida, pela sua luminosa lição.

Sebastião Nery

Introdução

O Presidente da CODEVASF, Eliseu Alves, em conversa informal, sugeriu-me escrever uma monografia, na qual esclarecesse as origens e os fundamentos da atual etapa do desenvolvimento do São Francisco.

Acolhi a proposta com simpatia, porque a idéia se identificava com a razão maior de minha longa carreira política, como Deputado Federal pela Bahia. Daí, o presente trabalho.

O Rio São Francisco foi descoberto pelos navegadores lusitanos Américo Vespúcio e João da Nova, no dia 4 de outubro de 1501, dia consagrado a São Francisco, o venerado santo do cristianismo. Eis a razão de seu nome.

O São Francisco tem recebido, em linguagem figurada, vários pseudônimos: "Grande Caminho da Civilização Brasileira", "Rio da Unidade Nacional", "Nilo Brasileiro", "Mediterrâneo Brasileiro", "O Mais Brasileiro de Todos os Rios" - nomes justificados por suas próprias características.

Destes, os que me parecem mais adequados à sua destinação histórica e à sua trajetória através do Brasil são o "Grande Caminho da Civilização Brasileira" e "Rio da Unidade Nacional".

O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, no Sul de Minas Gerais, 1.280 metros acima do nível do mar. Sua nascente fica no divisor das bacias continentais dos rios da Prata (Paraná) e Amazonas (Tocantins).

Salvo estes, é o maior rio brasileiro. Em extensão, é o décimo oitavo do mundo. O Rio São Francisco percorre 2.700km. Inicialmente, corre para leste e nordeste; depois, para o norte, a uma distância de 600km da costa. Conserva essa direção até a altura de Barra, na Bahia, donde se inflete para o nordeste, desenhando uma curva que passa por Sobradinho até atingir Cabrobó, em Pernambuco, tomando, afinal, o rumo leste, até desembocar no Atlântico.

O São Francisco e seus tributários banham os Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, além do Distrito Federal. Con-

soante o recenseamento de 1980, esta bacia tem uma população em torno de 10 milhões de habitantes.

Pelos dados oficiais, a Bacia do São Francisco ocupa área de 640.000km², assim distribuída:

- Bahia, 47,19%;
- Minas Gerais, 37,19%;
- Pernambuco, 11,25%;
- Alagoas, 2,50%;
- Sergipe, 1,25%;
- Goiás, 0,62%, e
- Distrito Federal, 0,08%.

Em seu trajeto, o rio forma várias cascatas, das quais a mais pujante é a da Casca d'Anta, que se precipita de uma altura de 180 metros. Assinalam-se, em seu leito, outras duas cachoeiras - Paulo Afonso e Itaparica (esta, submersa no reservatório da Barragem de Itaparica) - além de duas corredeiras significativas, as de Pirapora e Sobradinho, estas últimas também desaparecidas desde a construção da Barragem de Sobradinho. Dada sua decisiva importância para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, do Médio e do Baixo São Francisco e de Minas Gerais, já foram barradas Paulo Afonso, Itaparica e Sobradinho, cujas usinas hidrelétricas compõem o maior complexo energético do Nordeste. A essas, o São Francisco soma a Represa de Três Marias, em Minas Gerais, e a de Xingó, em Alagoas-Sergipe.

Para sua sistematização regional, os geógrafos dividem-no em Alto, Médio e Baixo São Francisco.

O *Alto* vai da nascente, na Canastra, à Corredeira de Pirapora; o *Médio*, de Pirapora a Paulo Afonso; e o *Baixo*, de Paulo Afonso a seu estuário.

Há, entretanto, quem prefira dividir o Médio São Francisco em dois trechos: um *Superior*, que se estende de Pirapora a Juazeiro ou Sobradinho; e outro, *Inferior*, também chamado *das Corredeiras*, que se alonga até abaixo da Cachoeira de Paulo Afonso.

O São Francisco corre em leito irregular de Casca d'Anta a Pirapora, com um desnível de cerca de 600 metros. A partir daí, cai nas planícies que margeiam o Vale, até a altura de Remanso, donde o declive se acentua até atingir o ponto crítico das Corredeiras de Sobradinho.

Seus tributários mais importantes são, na margem esquerda, o Indaiá, o Abaeté, Paracatu, Urucuia, Pandeiros, Carinhanha, Corrente, Grande, Traipu e Boacica, todos perenes, além do Pontal, Brígida, Pajeú, Moxotó e Ipanema - intermitentes. Na margem direita, destacam-se, perenes, o Pará, o Paraopeba, o Rio das Velhas, o Jequitaí e o Verde Grande, além dos intermitentes Ceraíma, Paramirim, Jacaré, Verde Pequeno, Salitre, Curaçá, Riacho Poço Comprido, Macururé e Xingó.

Um pouco de história: período colonial

Simas Pereira proclamou ser o São Francisco "um acidente geográfico e econômico de marcante importância no cenário brasileiro e via de ligação insubstituível entre o norte e o sul", pensamento que Geraldo Rocha concluiu escrevendo que "o transporte de alimentação e gêneros para as áreas do ouro e diamante e da carne e couro para os engenhos da costa foram fatores decisivos, que auxiliaram os gênios do Patriarca e Caxias a manterem a Unidade Nacional".

No período colonial, as concessões de terras, outorgadas pelos governadores gerais aos súditos do Rei de Portugal e em seu nome, de fato deflagraram o processo civilizador e o povoamento do Brasil de hoje, no qual o Rio São Francisco exerceu papel preponderante.

Em 1549, o Governador Geral Tomé de Souza desembarcou em Salvador, trazendo Garcia d'Ávila em sua comitiva, e logo o agraciou com uma concessão de terras situadas entre os rios Jacuípe e Itapicuru, ao norte de Salvador. Ampliou depois essa concessão até o Rio Real, limite entre os atuais Estados da Bahia e Sergipe.

Dando prova de seu espírito empreendedor, Garcia d'Ávila, já em 1573, havia estabelecido 10 currais para criação de gado, trazido da Ilha de Cabo Verde. O primeiro curral, ele instalou na Península de Itapagipe; o segundo e o terceiro, na área de seu castelo-residência.

Garcia d'Ávila fundou a Casa da Torre, sempre lembrada pelas ruínas do famoso castelo, construído à beira-mar e até hoje alvo da admiração de turistas e visitantes, o qual documenta o fastígio de uma época de nossa história, a influência e visão de um predestinado.

Falecido em 1609, os herdeiros, inspirados em seu exemplo, obtiveram uma concessão que avançava a propriedade até a área de Jacobina. Nos anos seguintes, outras concessões foram obtidas por membros da família, alcançando assim, e afinal, as margens do São Francisco. Em 1658, a Casa da Tor-

re conseguiu outra concessão ao longo do São Francisco, desde seu afluente, o Salitre, até a terra indígena chamada Zaripe, perto do Rio Grande.

No ano seguinte, por meio de conquista, seus domínios foram estendidos a Urubu (Paratinga) e, mais tarde, até o tributário Carinhanha, constituindo "o maior latifúndio jamais possuído no Brasil".

Os descendentes de Garcia d'Ávila prosseguiram e consolidaram sua colossal obra civilizadora de uma região inóspita da Colônia, destacando-se nessa dura tarefa seu neto Francisco Dias d'Ávila, tido pelo historiador Borges de Barros como "o mais famoso bandeirante da Bahia Colonial".

Em 1663, Antônio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, residente em Morro do Chapéu, na Bahia, e cujas terras se limitavam com as da Casa da Torre, obteve, ao longo da margem direita do São Francisco, uma concessão de terras de 160 léguas, que ia de Morro do Chapéu até as cabeceiras do Rio das Velhas, em Minas Gerais.

Foram estes dois notáveis e audaciosos portugueses os principais responsáveis pelo desbravamento do São Francisco baiano e sua colonização, introduzindo no Vale os currais para criação do gado e aí enraizando, em seus primórdios, a Civilização do Couro.

Estes foram os legítimos precursores do desenvolvimento do São Francisco, sonhado pelo autor, por Geraldo Rocha, Apolônio Salles e tantos outros idealistas brasileiros.

O lado esquerdo do Médio São Francisco do Rio Carinhanha a Paulo Afonso - foi ocupado e povoado pelos sertanistas pernambucanos, oriundos de Olinda e Recife, e pelos desbravadores de Garcia d'Ávila, que aí também implantaram seus currais.

O Baixo São Francisco, no trecho ora ocupado pelo Estado de Sergipe, depois de cruenta luta com os indígenas, foi conquistado e explorado por Cristóvam de Barros, no Século XVII.

O trecho norte, que constitui o atual Estado de Alagoas, foi desbravado pelos pernambucanos, ajudados por Domingos Jorge Velho, após a sangrenta expedição que exterminou o Quilombo dos Palmares.

O período colonial desempenhou decisiva função no devassamento, povoamento e integração do São Francisco no arcabouço de uma futura nação, da qual presentemente nos orgulhamos.

Nesse estágio da História, entram em cena os intrépidos bandeirantes paulistas, que, nos meados do Século XVII, já conheciam o São Francisco.

Entretanto, só com as descobertas de ouro nas terras de Minas Gerais, no último quartel desse século, é que se deu o início da jornada das bandeiras, na direção do Alto São Francisco e de seus tributários, sobretudo os rios das Velhas, Pará, Paraopeba e Paracatu.

Encabeçou a fileira desses heróis o famoso bandeirante Fernão Dias Paes Leme, que, em 1674, aos 66 anos de idade, decidiu enfrentar e desvendar os arcanos de um sertão bravio.

Enfim, estavam dados os primeiros passos desta aventura gigantesca - do conhecimento e ocupação dos sertões do São Francisco. Muitos foram os heróis desta epopéia, que culminou no prodigioso São Francisco de hoje.

As expedições dos bandeirantes se sucederam pelo final do Século XVII e por todo o Século XVIII. Atraídos pelo ouro - descoberto no leito de seus tributários ou oculto debaixo da terra - os bandeirantes devassaram o Alto São Francisco, à cata de uma riqueza que fez a felicidade de muitos e, sem dúvida, a decepção de tantos outros visionários.

À medida que o tempo passava, os bandeirantes iam desbravando e povoando as terras do Alto São Francisco, nelas instalando, nas pegadas de Guedes de Brito, currais e fazendas, nas quais se criava e se plantava, para alimentação dos garimpeiros trazidos nas levas das bandeiras.

A mineração do ouro propiciou uma alteração radical nos rumos da exploração e conseqüente povoamento do Alto São Francisco, até então misteriosa área de uma colônia em consolidação.

Sua conquista foi, em nossa História, o primeiro vagido de nascente consciência nacional, que ecoou nas serranias de Minas Gerais, em 1791, com o ímpeto do ideal libertário da Inconfidência de Tiradentes.

Muitos e notáveis foram os bandeirantes paulistas que descortinaram as terras incultas do São Francisco, para domar sua natureza bravia, à busca do ouro, das pedrarias e da fortuna. Deles, mencionarei apenas alguns dos que mais se distinguiram e contribuíram para o seu conhecimento e se notabilizaram por seus feitos:

- Bartolomeu Bueno, que desbravou as terras dos Rios das Velhas e Pará e se apossou de uma área onde hoje fica a cidade de Belo Horizonte;

- o lugar tenente de Fernão Dias, Matias Cardoso, cuja expedição também transitou pelo Rio das Velhas, em demanda do Médio São Francisco, e se fixou em ponto próximo da atual cidade de São Romão, donde estendeu seus domínios para o norte; ainda hoje perdura seu nome em localidade à beira do Médio São Francisco, quase diante de Manga, numa área destinada a experimentar grande progresso, com a implantação do vasto Projeto de Irrigação do Jaíba;

- Borba Gato, genro de Fernão Dias, e que teve importante papel nas descobertas do ouro, nos fins do Século XVII e princípio do XVIII, no Vale do São Francisco, e no seu povoamento até a foz do Rio Carinhanha;

- Antonio Gonçalves Figueira, cognominado por Taunay "o grande bandeirante da Bacia do São Francisco", cunhado de Matias Cardoso, a quem acompanhou em algumas de suas expedições; estabeleceu-se em área do Médio São Francisco, na confluência do Rio Verde, donde abriu caminho até o Rio; foi fundador de várias vilas e cidades, destacadamente Montes Claros, que hoje polariza o progresso do Norte de Minas Gerais;

- Lourenço Taques, que penetrou no Alto São Francisco, atingindo o Rio Paracatu.

Estes e outros corajosos bandeirantes escreveram páginas épicas da colonização de nossas terras e cobriram de glórias nosso passado. Historicamente, foram eles, com Garcia d'Ávila e Guedes de Brito, os autênticos construtores de nossa "Unidade Nacional" e que fizeram do São Francisco "o Grande Caminho da Civilização Brasileira".

Atuação do 1º e do 2º Impérios

O Primeiro Império abandonou totalmente o São Francisco. Foi a antítese da Colônia.

Nenhuma iniciativa válida tomou, no sentido de dar continuidade ao esforço fecundo dos bandeirantes e sertanistas, pioneiros que durante séculos sulcaram as águas do São Francisco e de seus tributários, devassaram e cultivaram suas terras, para nelas fincar as raízes de uma nascente civilização que dura até hoje.

Já em 1801, o naturalista Vieira do Couto, no seu livro "As Memórias Sobre a Capitania de Minas Gerais", assim se referia ao São Francisco: "Eras virão em que os povos correrão em chusmas sobre estas ribanceiras; estes altos barrancos, cortados tão a prumo e tão formosamente fingindo cais, serão um dia decorados de frutíferos jardins; numerosas povoações branquejarão por estas ribeiras; vozes alegres retumbarão onde hoje só reina um profundo silêncio". Profecia ou delírio?

Esta, a palavra de um devoto do São Francisco, que o 1º Império não ouviu e não acreditou; o presente e o futuro que respondam...

O 2º Império foi mais pródigo e mais objetivo com o São Francisco.

Em 1852, o Imperador D. Pedro II contratou o engenheiro francês Emanuel Liais, com o encargo de "estudar o Rio São Francisco e as possibilidades de desenvolvimento da navegação desde as nascentes até Pirapora, observando o curso do Rio das Velhas até Guaicuí".

Em 1855, o Governo Imperial encarregou o engenheiro alemão Henrique Halfeld de "efetuar idênticos estudos, da Cachoeira de Pirapora até sua foz, no Atlântico".

Em 1859, D. Pedro II, fascinado pela fama e pelas crônicas que exaltavam a cachoeira como uma das maravilhas do mundo, num gesto histórico, enfrentou a penosa viagem e visitou Paulo Afonso.

Do alto do Limpo do Imperador - situado no lado alagoano e assim chamado em sua homenagem -, o monarca, deslumbrado, contemplou a bela paisagem da espetacular e grande cachoeira, ele que era o primeiro Chefe de Estado brasileiro a vê-la.

Longe estava ele de avaliar o que Paulo Afonso, no Século XX, representaria para o progresso do Nordeste e do Brasil.

De 1868 a 1869, o Engenheiro Carlos Vivaus também foi incumbido de estudar o Rio São Francisco.

De 1879 a 1880, o engenheiro americano Milner Roberts, chefiando a "Comissão Hidrográfica para Exame do Rio São Francisco", percorreu-o em sentido inverso a Halfeld, desde a foz no Atlântico até Pirapora.

Vale salientar que, dessa comissão, tomaram parte os notáveis engenheiros patrícios Teodoro Sampaio e Peixoto Amarante, bem como o geólogo americano Orvile Derby, que escreveu uma valiosa monografia, intitulada "Reconhecimento Geológico do Vale do São Francisco".

Em 1883, o Engenheiro Peixoto Amarante chefiou a comissão encarregada de executar os melhoramentos recomendados por Milner Roberts, para assegurar a navegabilidade e regularizar definitivamente a navegação nas Corredeiras de Sobradinho.

Essa comissão foi dissolvida pela República. E esses foram, precisamente, os únicos serviços prestados ao São Francisco pelo 2º Império. O que se observa, compulsando a História, é que o 2º Império se preocupou apenas com a navegação - como se fora o único problema do Vale merecedor de atenção e bússola norteadora das comissões organizadas para estudar o Rio São Francisco.

Durante o 2º Império, o São Francisco foi também investigado por ilustres botânicos, engenheiros, naturalistas e cientistas estrangeiros, dentre eles Saint-Hilaire, Burton, Wells, Spix, Martius e Lund, que, destacadamente, colaboraram na ampliação dos conhecimentos e pesquisas sobre as condições geofísicas, demográficos e sócio-econômicas do São Francisco.

Do mesmo modo, brilhantes historiadores brasileiros, como o Visconde de Taunay, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Pedro Calmon, retrataram com fidelidade os fastos do "Velho Chico".

As providências adotadas pelos governos imperiais quase que se resumiram a estudos, levantamentos, prospecções e projetos, muitos dos quais, até hoje, ainda servem como fonte de informação sobre o curso do rio e sua navegação, a exemplo do relatório de Halfeld, ainda hoje um clássico do São Francisco.

CODEVASF
Biblioteca

A República, até 1946

O advento da República não foi salutar para o São Francisco.

Da Proclamação, em 1889, a 1931, a não ser alguns estudos e raras inspeções realizadas pelo Departamento de Portos, pouco foi feito no São Francisco pelos Governos Federais.

Naquele período, transitou pelo Rio uma comissão de estudos, dirigida pelo eminente engenheiro baiano Teodoro Sampaio, da qual fazia parte o estudante de engenharia Henrique de Novaes.

Este, impressionado com o ondulante panorama das Corredeiras de Sobradinho, desenhou um croqui que, anos depois, serviria de base ao projeto da Barragem de Sobradinho.

Nos idos de 1910, o Médio São Francisco foi sacudido por um acontecimento de inequívoca repercussão para seu futuro.

O gênio do arrojado nordestino Delmiro Gouveia, dominado pela idéia fixa de promover o desenvolvimento do Nordeste às custas da energia gerada no São Francisco, planejou e construiu, com recursos próprios, uma usina hidrelétrica de 1.200hp, a primeira do Vale, instalada nas escarpas da bela e potente Cachoeira de Paulo Afonso.

Logo após, montou a Fábrica de Linhas da Pedra, cuja maquinária, depois de seu assassinato, foi adquirida pela Machine Cotton - sua concorrente - e lançada nos abismos do "canion" da cachoeira.

Em verdade, Delmiro Gouveia inspirou Apolônio Salles - como ele, também apaixonado por Paulo Afonso - na criação, quando Ministro da Agricultura, da CHESF, para concretização da Usina I.

Em 1931, foi criada a "Comissão Federal da Rede Fluvial Bahiana", com a finalidade de reparar as obras executadas por Peixoto Amarante nas Corredeiras de Sobradinho, visando a melhoria da navegação do São Francisco, e que pouco produziu de útil.

Essa comissão foi transformada, em 1943, no 10º Distrito de Portos, Rios e Canais, sob a chefia do Engenheiro Paulo Peltier.

Em 1944, o Presidente Getúlio Vargas, pressionado pela guerra com o Eixo, cujos torpedeamentos inviabilizavam a navegação pelo litoral, resolveu baixar o Decreto nº 15.441, abrindo um crédito de Cr$48.500.000,00, destinado à execução de um programa de emergência no Rio São Francisco, a única via livre entre o Norte e o Sul do País.

Por conta desse crédito, foram contratados o levantamento aerofotogramétrico do trecho Juazeiro-Barra do Rio Grande e a construção de cais de proteção de várias cidades ribeirinhas.

Terminada a guerra, estes serviços e obras ficaram todos inacabados. Só mais tarde foram concluídos, com verbas provenientes do Artigo 29 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946. Antes desta iniciativa, o Presidente Getúlio Vargas, por proposta do Ministro Apolônio Salles, baixara o Decreto nº 4.505, de 22 de julho de 1942, criando o Núcleo Agroindustrial de Petrolândia, e, mais tarde, os de nº 8.301, de 3/10/45, autorizando a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), e 8.303, de 27 do mesmo mês, abrindo um crédito de Cr$200.000.000,00 para a construção da Usina de Paulo Afonso.

O Ministro Apolônio Salles chegou a construir, naquele tempo, uma usina de 1.000hp, na Cachoeira de Itaparica, para eletrificação do Núcleo Agroindustrial de Petrolândia. E iniciou a construção de outra usina, de 2.500kW, para apoiar as obras da futura Usina de Paulo Afonso, concluída com recursos do citado Art. 29 do A.D.C.T.

Os decretos 8.301 e 8.303 foram expedidos no mês da deposição do Presidente Getúlio Vargas, ocorrida justamente no dia 30 de outubro de 1945. Nessa ocasião, o São Francisco, para sua infra-estrutura sócio-econômica, só dispunha das comissões criadas nas décadas de 1930 e 1940, que praticamente nada realizaram. Contava apenas com as estradas de ferro Rio-Belo Horizonte-Pirapora e Belo Horizonte-Montes Claros (da Central do Brasil) e Salvador-Juazeiro e Salvador-Propriá (da Leste Brasileira); com as companhias oficiais de navegação (Bahiana e Mineira), com a Companhia Particular de Navegação, Indústria e Viação de Pirapora - que trafegavam entre Juazeiro e Pirapora -, com a Companhia de Navegação do Baixo São Francisco (que fazia o percurso Piranhas-Propriá-Penedo) e com a Rodovia Transnordestina, ligando Salvador a Fortaleza.

Arrancada para o desenvolvimento: a Carta de 1946

Em 1945, por efeito da vitória aliada na guerra contra o nazifascismo - e na qual o Brasil engajou sua gloriosa Força Expedicionária -, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte e, logo após, derrubada a ditadura do Estado Novo.

A Constituinte despertou o São Francisco de uma madorra em que estava mergulhado há séculos!

Foi como que o raiar de uma aurora de esperança para um povo desesperançado, desiludido e descrente na ação dos governos, que se sentia condenado a um abandono sem fim.

Reorganizados os partidos políticos, foram tomadas as providências necessárias à realização de eleições e conseqüente reimplantação da democracia no País.

Eu, que fora vítima da dissolução policial do Congresso Nacional em 10 de novembro de 1937, resolvi novamente candidatar-me e disputar um mandato de Deputado Federal Constituinte.

Eleito, desde cedo comecei a traçar as diretrizes de minha futura conduta parlamentar. Meu primeiro pensamento foi direcionado para o Rio São Francisco, cuja Bacia abarca vasta área do Território Nacional.

E por quê? Tudo na História tem sua explicação. Doía no meu coração de filho do São Francisco testemunhar o desalento e o infortúnio que tomavam conta de nossa gente, diante da insensibilidade dos nossos governantes, criminosamente indiferentes ao seu destino.

Nascido em terras secas de Pernambuco, à beira do Pajeú, principal afluente pernambucano do Rio São Francisco, no qual desemboca a poucos quilômetros de Floresta, eu era testemunha de uma quase tragédia que se repetia todos os anos alternadamente, ora contemplando as enchentes do rio, ora arrostando os flagelos da seca.

Não compreendia porque, morando à vista de tanta água do São Francisco, o povo passava fome, contrastando com países de existência milenar, como o Egito e a China, onde este problema fora solucionado com a irrigação de suas terras.

Em realidade, as cidades marginais do São Francisco e tributários, ou interioranas de sua bacia, não contavam, na sua quase totalidade, com hospitais, abastecimento d'água, colégios, estradas-troncos ou vicinais, eletricidade, indústrias, tratores e demais recursos de que dimanam o progresso e o desenvolvimento aspirados pela humanidade.

Enfim, eu me defrontava com um povo que morria à míngua pela falta de assistência médico-hospitalar; povo cansado de implorar socorro aos governantes e representantes, sempre surdos aos seus clamores; povo que habitava uma região banhada por caudaloso rio inaproveitado; povo que emigrava para outras terras a fim de regá-las com seu suor e enriquecê-las com seu trabalho.

Empossado, fiel a mim mesmo, no dia 3 de junho de 1946, apresentei ao anteprojeto constitucional uma emenda subscrita por 103 constituintes, e que tomou o número 179, assim redigida:

Fica o Governo Federal obrigado, dentro do prazo de vinte (20) anos, a contar da data de promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Vale do São Francisco e seus afluentes.

Além desta, foram apresentadas duas emendas referentes ao São Francisco, de autoria, respectivamente, dos Deputados Clemente Mariani e Café Filho.

Na sessão plenária de 26 de junho, proferi da tribuna um discurso no qual sustentava e justificava a Emenda 179. À luz dos argumentos expostos, eu exortava meus colegas constituintes à sua aprovação. Eis o texto do discurso:

Discurso do Deputado Manoel Novaes na Assembléia Constituinte (em 26 de junho de 1946)

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Sr. Manoel Novaes.

O Sr. Manoel Novaes - Senhor Presidente, Senhores Constituintes. Aqui estou para cumprir uma missão e resgatar uma dívida.

Prestigiada pela assinatura dos eminentes colegas das bancadas de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e outros Estados, apresentei ao Projeto Constitucional a Emenda 179, estabelecendo a obrigatoriedade da solução dos problemas do Vale do São Francisco. Não é pretensão absurda, tampouco anomalia jurídica, inserir tal matéria no texto constitucional, sobretudo se considerarmos sua relevância na órbita nacional e a freqüente e errônea descontinuidade de programa, que assinala a obra dos Governos Republicanos. Entre nós, ganha foros de praxe administrar sem planos, sem exame dos problemas, sem previsão das exigências futuras do País e sem balanço dos interesses e valores atuantes na comunhão nacional. Ninguém mais, Senhor Presidente, estranha o fato de, no Brasil, um Governo, animado ou não de bons propósitos, começar um serviço qualquer e outro sucedê-lo para interromper, senão desmanchá-lo.

Empreendimento, do porte do que ora proponho constar da Carta Magna da República, não pode ficar à mercê de flutuações governamentais, resultantes de substituições periódicas do Chefe do Poder Executivo, assim como sofrer protelações oriundas de infindáveis discussões técnicas e imcompreensão ou simpatia de Ministérios. Por isso mesmo, a exploração do Vale do São Francisco, que até o presente permanece uma incógnita na equação dos problemas brasileiros, merece ser destacada na Constituição de 1946, como sucedeu com as secas, na de 1934, e há de acontecer também com a Amazônia, na de 46. Nada mais lógico e intuitivo. Até porque, meditando bem, uma Constituição é a síntese de todas as aspirações sociais, econômicas, jurídicas e políticas de um Povo ou de uma Nação. Se não há que fugir a este axioma, os Constituintes de 1946 convirão comigo que justa é a causa que advogo, causa que galvaniza milhões de brasileiros que mourejam nos sertões de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e, porque não dizê-lo, da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

O Sr. Olinto da Fonseca - V.Exa. diz muito bem, porquanto a Constituição deve tratar do que é básico no Brasil. Indiscutivelmente, é o caso do sistema de transportes e o Rio São Francisco se encontra no plano de solução do problema dos transportes no Brasil. (Muito bem!)

O Sr. Manoel Novaes - Mais adiante, no meu discurso, V.Exa. encontrará explicação para isso.

Sr. Presidente, o Rio São Francisco, o velho e caudaloso São Francisco dos meus tempos de escola - dele se têm ocupado poetas e prosadores, médicos, engenheiros, educadores e jornalistas, sociólogos, historiadores e estadistas do Império e República. Sua história remonta ao descobrimento do Brasil e é tão longa e sinuosa quanto os 2.700 quilômetros de sua trajetória através dos sertões. Suas belezas naturais, possibilidades e riquezas, de tão

decantadas, fazem honra ao altar em que o colocou a exaltação constante e afeiçoada de quantos crêem nos seus destinos. Dentre estes, alguns sobrevoaram-no pilotando pássaros dourados da imaginação. Os demais, porém, viram-no de perto, com os olhos de ver, vadearam-lhe o leito, desafiaram os peraus, contemplaram os rebojos das numerosas cachoeiras, pisaram as terras marginais, devassaram seus segredos. Percorreram seus campos e cidades, conviveram com sua gente, estudaram seus costumes, avaliaram suas necessidades, conheceram sua vida. Admiraram o remeiro e aplaudiram o vaqueiro, exemplares fascinantes da raça sertaneja. Pescaram a anzol e tarrafa. Caçaram garças brancas, patos silvestres e jacarés vadios. Comeram jacuba, surubi e queijo de coalho com rapadura do Rio Grande. Beberam a água doce do Rio em cuia de cabaça e caneco de flandres. Tomaram uns tragos de "Januária". Dormiram em redes balouçantes dos que têm e em esteiras de carnaúba dos que nada têm. Sondaram a alma sertaneja e sentiram seu acendrado amor à gleba e à família.

Ouviram as toadas e cantigas dos beiradeiros. Conversaram com eles, na sua linguagem, simples e cantante. Boiaram ao léu em canoas indígenas. Viajaram em barcas com toldo de palha de carnaúba, impulsionadas a varas que abrem chagas no peito dos remeiros. Embarcaram nos vapores de roda. Pararam dezenas de vezes nos portos de lenha. Encalharam outras tantas nos bancos de areia e canais entulhados. Transpuseram corredeiras com o navio batendo nas pedras, arrombando o casco e os embarcadiços tapando os buracos com estopa e breu. Enfrentaram nuvens de mosquitos. Bateram o queixo de sezão. Viram a caudal majestosa das cheias e as margens alagadas. Extasiaram-se ante a paisagem verde do Vale e sua vegetação luxuriante nas estações chuvosas! Olharam o rio vazio, a torrente vagarosa e os barrancos a pique. Descortinaram as extensas planícies, os serros escavados, as roças, pastagens e plantações taladas pela seca.

Conheceram o boi pé duro e a cabra crioula.

Observaram as lagoas piscosas que o Rio deixa na vazante, as rodas d'água do Rio Corrente e os altaneiros carnaubais. Visitaram cidades, vilas e arraiais. Averiguaram a inexistência de estradas de penetração, de aprendizados agrícolas, de campos de sementeira, de máquinas para a lavoura, de estações de monta para a pecuária, de usinas elétricas e bombas para a irrigação, de hospitais e colégios, a ausência, enfim, de todos os indícios de civilização.

Descobriram um povo ingênuo, generoso e bom, crente em Deus e incréu nos governos. Notaram pouca roupa, sapato e chapéu. Raras alfaias, palacetes e automóveis. Raríssimos cinemas e teatros. Nenhuma fábrica - nenhuma indústria.

Produção exangue. Comércio atrofiado. Transportes difíceis e caros. Conforto nulo. Viram homens do povo perambulando pelas calçadas, ruas e estradas à cata de trabalho. Viram mulheres acocoradas à beira do Rio, batendo roupa em lajes de pedra ou carregando potes d'água na cabeça para ganhar o pão. Viram crianças barrigudas, maltrapilhas, famintas e doentes. Crianças que, mal brotadas para a vida, fenecem para a morte. Viram homens, mulheres e crianças chorar de saudade ao deixarem a terra natal, rumo aos campos e cidades do Sul, embarcados como negros cativos nos porões dos gaiolas, empilhados uns sobre os outros.

Encontraram um povo arruinado que veste, mora, come, dorme, calça e trabalha mal, uma gente que adoece e fatalmente morre sem assistência médico-hospitalar. Viram um pedaço do Brasil rico, abandonado e improdutivo, e gerações perdidas. Só não viram a ação, o amparo, a iniciativa e o dinamismo construtor dos Governos, que teimam em não explorar o magnífico tesouro, que Deus colocou à flor da terra, em pleno coração do Brasil. Neste panorama de devastações e abandono, decadência e miséria, onde campeia a fome, grassa a doença, bestializa o analfabetismo, falta o trabalho e reina o pauperismo, ainda perduram, como símbolos de esperança, o Homem dos Sertões, o mais audaz, patriota e intrépido deste País, e a opulência líquida do Rio Providencial.

Eis, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, um instantâneo fisiográfico, social e econômico do São Francisco de hoje.

O Sr. Juracy Magalhães - O quadro que V.Exa. pinta de forma tão brilhante, revela o profundo conhecedor da vida da região sanfranciscana. (Muito bem).

O Sr.Manoel Novaes - Agradeço o aparte do nobre colega e asseguro que, nesta tribuna, procurarei ser o mais fiel possível ao drama e à vida do São Francisco.

Sr. Presidente, a visão esclarecida dos Estadistas do Império lobrigava de há muito a conveniência de seu aproveitamento e sua projeção na grandeza futura do Brasil. Em meados do Século XIX, o Governo Imperial contratou os sábios Henrique Halfeld e Emanuel Liais para estudarem a bacia do São Francisco.

Em 1852 Halfeld explorou-o desde Pirapora até sua foz e em 1865 Liais levantou-o da confluência com o Rio das Velhas para montante, até o Paraobeba, e o Rio das Velhas, de sua foz a Sabará.

Comparando os dados técnicos e a parte descritiva, constantes dos relatórios daqueles notáveis engenheiros, com as observações dos dias correntes, apercebe-se de logo, que os problemas do mais brasileiro de nossos rios permanecem, como há 100 anos, senão agravados pela ação demolidora do tempo. Tudo por culpa de nossos Estadistas que os relegaram a segundo plano, quando imperativo seria colocá-los em primeiro lugar na ordem de urgência e relevância entre os grandes problemas nacionais.

Se se tivesse levado em conta, Sr. Presidente, a proeminência do São Francisco, na formação do arcabouço nacional, na consolidação de nosso território, na elaboração de nossa economia e estruturação política do País, certo hoje não estaríamos a disputar a inclusão, no texto constitucional, da emenda que ora defendemos. Evidentemente, só um dispositivo constitucional taxativo e expresso terá força bastante para garantir a reintegração do S. Francisco no papel que o destino lhe traçou - de unificador político e manancial econômico do Brasil. Ninguém nega mérito e aplauso à obra de recuperação econômica da Amazônia, Rio Doce, Baixada Fluminense, Brasil Central e das áreas secas do Nordeste, encetada pelos Governos Republicanos.

Agora, pergunto eu, Sr. Presidente, por que excluirmos o São Francisco deste rol ou o situarmos em último lugar na escala de prioridade oficial para solução dos problemas nacionais?!

Porventura os proventos decorrentes de sua exploração não se equiparam aos fornecidos pelas regiões aludidas?!

Porventura suas possibilidades econômicas são tão diminutas, tão desprezível é sua situação geográfica, é seu valor demográfico, estratégico e político tão insignificante?!

Discordo de tais conclusões e jamais me convencerei do contrário, Sr. Presidente, e, como eu, quantos realmente conhecem o São Francisco. Um Rio com 2.900 quilômetros de curso, todo ele, dentro do Brasil, que corre no eixo Sul-Norte 2.000 quilômetros paralelos à costa atlântica, que banha cinco estados da Federação, abrange na sua bacia hidrográfica uma área estimada em 610.000km² e interessa outros cinco Estados, nas suas conexões geoeconômicas; um Rio que possui uma rede navegável, incluindo os afluentes, de cerca de 6.000 quilômetros de extensão; cuja

bacia abriga uns 4 milhões de brasileiros, cujo vale, rico em bases calcárias, "é a mais vasta superfície plana que possuímos em nosso **hinterland** a menor distância do mar" e cujo leito, enquanto não se concluir a ligação ferroviária da Central do Brasil à Central da Bahia e a Rodovia Rio-Bahia, é a única via entre o Sul e o Norte pelo interior do Brasil; então é este o rio do esquecimento?!

Atribuo, Sr. Presidente, o desprezo votado ao São Francisco pelos nossos Estadistas, ao capricho de uns, particularismo de outros e comodismo de muitos, que preferem gerir a coisa pública fechados nos gabinetes. Porque não é lícito a qualquer homem público brasileiro, digno desse nome, ignorar os trabalhos de Vieira do Couto, Halfeld, Liais, Theodoro Sampaio, Orville Derby, Geraldo Rocha, Maurício Joppert, Apolônio Salles, Américo Simas e tantos outros. Não à guisa de censura ou crítica ao passado, mas de advertência ao futuro, relato o que oficialmente já realizou no rio descoberto por Américo Vespúcio em 1501, nos seus 445 anos de existência civilizadora e civilizada.

Sr. Presidente, durante o 2º Império, além dos levantamentos de Halfeld e Liais, após eles, o São Francisco foi estudado entre 1868 e 1869 pelo engenheiro Carlos Virauss. De 1879 a 1880 o Engenheiro Milner Roberts, chefiando a Comissão Hidrográfica Para o Exame do Rio São Francisco, percorreu-o em sentido inverso a Halfeld, desde a foz até Pirapora. Desta Comissão fizeram parte os notáveis Engenheiros Theodoro Sampaio e Peixoto Amarante e o ilustre Geólogo Orville Derby, que escreveu uma excelente monografia intitulada **Reconhecimento Geológico do Vale do São Francisco.**

Só em 1883 o Engenheiro Peixoto Amarante, chefiando outra Comissão, iniciou os melhoramentos recomendados pela Comissão Roberts, nas Corredeiras de Sobradinho. Realizados os trabalhos de correção da navegabilidade do Rio naquela seção e executados outros nas Corredeiras do Jenipapo, do Ataque, etc., a jusante do Jatobá, foi extinta a Comissão em 1891.

No período Republicano, que medeia de 1891 a 1932, a não ser raras inspeções do Departamento de Portos, nada foi feito no São Francisco pelo Governo Federal. Em fins de 1932, porém, foi criada a Comissão Federal da Rede Fluvial Bahiana, com o objetivo essencial de reparar as obras realizadas pela Comissão Peixoto Amarante nas Corredeiras de Sobradinho e que pouco produziu de útil para a navegabilidade do Rio, pela escassez de verbas e falta de planejamento. Esta Comissão, chefiada pelo Engenheiro

Franklin Ribeiro, em conseqüência de reforma do Departamento de Portos, foi transformada em 10º Distrito de Fiscalização, atualmente o 10º Distrito de Portos, Rios e Canais, chefiado pelo jovem e brilhante engenheiro patrício Paulo Peltier de Queiroz.

Em 1944, o Governo Federal, coagido pela guerra que interrompeu nossas comunicações marítimas, baixou o Decreto 15.441, pelo qual abriu um crédito de Cr$40.500.000,00, destinado à execução do programa de obras traçado pelo Departamento de Portos. Por conta deste crédito, foi contratado o levantamento aerofotogramétrico do trecho Juazeiro-Barra do Rio Grande e a construção dos cais de proteção e atracação das cidades de Pirapora, Januária, São Francisco, Manga, Carinhanha, Lapa, Rio Branco, Mor-Pará, Remanso, Xique-Xique e Juazeiro. Além disto o Governo Federal baixou os Decretos 4.505, de 1942, criando o Núcleo Colonial Agro-Industrial do São Francisco, em Petrolândia, e 8.301, de 1945, autorizando a organizações da CHESF e a construção da Usina Hidro-Elétrica de Paulo Afonso; e, através da Inspetoria de Secas e Divisão de águas, realizou estudos de hidráulica e experiência de irrigações na seção das Cachoeiras de Paulo Afonso e Itaparica.

Sr. Presidente, a análise das providências adotadas pelos Governos Imperial e Republicano, para solução dos problemas do São Francisco, evidencia que quase todas circunscreveram-se a estudos, projetos, prospecções, levantamentos e experiências.

No que tange a obras públicas, as únicas coisas visíveis no São Francisco são: os cais em construções, a correção do Canal de Sobradinho e a Colônia de Petrolândia, do Governo Federal; as frotas fluviais de Minas e Bahia.

O mais que se propala sobre o São Francisco, Sr. Presidente, é pura ficção. V.Exa., preclaro filho de Sabará, à beira do Rio das Velhas, reformador da navegação mineira, acompanha a odisséia do São Francisco como todos os mineiros, baianos, pernambucanos, alagoanos e sergipanos, com profunda amargura.

O Império e a República, atraídos pelas promessas de outras regiões, economicamente largaram de mão o São Francisco. Preocuparam-se exclusivamente com a navegabilidade do Rio e o que lograram fazer neste sentido não atende, sequer, às necessidades mínimas da navegação.

A convulsão sangrenta que abalou o mundo e seus reflexos na vida da comunidade brasileira patentearam a clamorosa injustiça cometida contra o nosso rio. A produção e os transportes, alavancas sem as quais não conduziremos o Brasil para frente, sofreram verdadeiro colapso. A crise sócio-econômica projetou-se por toda parte, estados e regiões. Bloqueadas as comunicações pelo litoral entre o Norte e o Sul, lembraram-se do São Francisco; esgotados os estoques de abastecimento do Norte, recorreram ao São Francisco; ultrajada a soberania nacional pelo Eixo, convocaram os ribeirinhos sanfranciscanos; ameaçadas as usinas termo-elétricas do Nordeste de parar por falta de carvão, despertaram Paulo Afonso. A desgraça afinal teve o mérito de realçar a valia do autêntico São Francisco, como fator de transporte, celeiro de víveres, reserva de homens e fonte de energia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, prosseguindo nas minhas considerações, quero aqui deixar consignado que o São Francisco não constitui problema novo, oriundo das contingências da Guerra.

No caso em apreço registrou-se, entre nós, o olvido de uma regra determinista na vida dos povos.

À beira dos cursos d'água surgiram e floresceram as civilizações. Os nossos antepassados, mais realistas que nós, desde cedo cuidaram de povoar o São Francisco e fomentar seu desenvolvimento econômico.

Os currais sanfranciscanos de Garcia d'Ávila e Guedes de Brito foram o berço de uma civilização mediterrânea, que o Império e a República deixaram ruir. Geraldo Rocha, genuíno sertanejo, em cujo espírito flameja o ideal da redenção econômica do São Francisco, sua região natal e também a minha, escreveu um substancioso livro, cuja leitura sugiro aos Srs. Constituintes. Nele encontramos em linhas gerais um plano de aproveitamento do soberbo Vale. Em seriação perfeita e com profundo conhecimento da zona, estuda todos os problemas locais, cujas soluções pleiteio, fazendo causa comum com ele.

Para tanto, basta que sigamos o exemplo de outros povos e colhamos o fruto maduro de sua experiência na esfera da hidráulica, navegação, técnica agrícola e exploração econômica dos cursos d'água.

O São Francisco, sob nenhum aspecto, é inferior ao Nilo, ao Niger, ao Iantsê e ao Tennessee.

O Egito, de Ramsés III a Lord Cramer, sob o protetorado inglês, jamais se descuidou do lendário Nilo. Levantou barragens no Del-

ta e ao longo de seu leito, abriu milhares de quilômetros de canais de irrigação, umedeceu as areias do deserto e incentivou a lavoura algodoeira e de cereais.

O País dos Faraós, mercê destes trabalhos, adquiriu capacidade para nutrir vinte milhões de habitantes, sem que se repetissem as crises das "vacas gordas e das vacas magras", de que nos fala a Bíblia.

A França, alargando a base de sua política colonial, criou o Office du Niger, departamento autônomo encarregado de projetar e executar um vasto plano de aproveitamento do vale do grande rio africano. As obras já se acham em execução com excelentes resultados para a região outrora inculta e habitada por tribos negras semi-selvagens.

A China, com seu solo cultivado há milênios, adotou a irrigação como instrumento de sua sobrevivência econômica. Conta, a serviço de sua agricultura e dos transportes interiores, com cerca de 320.000 quilômetros de canais, alimentados pelos seus rios, muitos dos quais já domados pela Engenharia.

No gênero, a obra mais audaciosa que o engenho humano já concebeu e que há de servir de modelo ao São Francisco, materializou-a o saudoso Presidente Roosevelt, no Vale do Tennessee. Organizou a T.V.A. (Autoridade do Vale do Tennessee), com uma amplitude de poderes e autonomia nunca vistas na administração norte-americana, e confiou sua direção a um grupo de competentes especialistas. O Plano T.V.A. abrangia a construção de 28 barragens no Tennessee e afluentes, centrais elétricas, etc. Sua primeira tarefa foi pôr o rio debaixo de controle, através de uma série de diques altos "para converter os 1.200 quilômetros da corrente principal em uma cadeia de lagos comunicantes".

Em 10 anos, "os engenheiros da T.V.A. alcançaram pela primeira vez na história da civilização esta coisa espantosa: domesticar um grande rio e controlar rigorosamente as águas das chuvas".

Empolgado pelo êxito econômico da T.V.A., o espírito empreendedor e incontentável dos norte-americanos, sublimado nas mais gigantescas realizações que a civilização ocidental já ostentou na face da terra, propõe edificar no Missouri obra mais grandiosa.

Projetam eles levantar no Vale do Missouri 102 represas com fins análogos aos da T.V.A. e cujos revolucionários efeitos na socie-

dade e economia yankees, prevêem só sejam suplantados pela prodigiosa realidade da energia atômica.

Sr. Presidente, não sonhamos com o impossível. Entretanto o alto ideal que acalentamos, de ver o São Francisco como espinha dorsal do organismo brasileiro, nos impele a solicitar da Assembléia e do honrado Presidente da República privilégio igual, tratamento equivalente para ele, ao dispensado pelas autoridades norte-americanas e de outros países às suas artérias fluviais.

Em discurso que proferi nesta Casa sustentando a utilidade e propugnando pela execução do Decreto 8.031, que autorizou a instalação da Usina Hidro-Elétrica de Paulo Afonso, tive ensejo de apresentar um conjunto de sugestões que, postas em prática, seriam o coroamento dos esforços e ansiedades de quantos, almejando a felicidade e o progresso deste País, se batem pelo aproveitamento das riquezas latentes do São Francisco.

Refiro-me, apenas, a duas delas pela sua oportunidade neste discurso.

Tomando como padrão a T.V.A., cujas realizações são hoje uma imperecível conquista da civilização americana e uma incontrastável vitória da ciência para satisfação das necessidades humanas, lembrei ao Governo da República: 1º - criação de um departamento autônomo, responsável pelos estudos, projetos e soluções de todos os problemas do Vale do São Francisco e seus afluentes; 2º - fixação do prazo para execução do plano de obras deste Departamento, aprovado pelo Governo Federal, visando os problemas de energia, navegação, irrigação, saneamento, colonização e industrialização.

O meu ponto de vista coincide, integralmente, com o de Geraldo Rocha, ao preconizar para o São Francisco a fórmula de "um órgão único controlador das diversas atividades para superintender as realizações ao abrigo das contingências locais".

O Sr. Juracy Magalhães - É realmente indispensável a unidade administrativa.

O Sr. Manoel Novaes - Agradeço a colaboração de V.Exa.

O Sr. Daniel Faraco - A argumentação que V.Exa. está desenvolvendo com tanto brilho...

O Sr. Manoel Novaes - Bondade de V.Exa.

O Sr. Daniel Faraco - ...contribui para lembrar à Assembléia quanto ela deve objetivar uma política inteligente, no sentido de atrair grandes quantidades de capitais e técnicos para as obras que o Brasil tem de realizar, entre as quais se inclui a do São Francisco.

O Sr. Manoel Novaes - É a finalidade que busco com o meu discurso.

Sr. Presidente, a 10 de abril de 1933, Roosevelt, em mensagem enviada ao Congresso americano, escrevia estas palavras: "Sugiro ao Congresso a criação de uma Autoridade do Vale do Tennessee, uma corporação investida do poder de Governo, porém com a flexibilidade e a iniciativa de uma empresa particular. Dever-se-ia encarregá-la da amplíssima função de preparar e executar planos destinados a assegurar o uso apropriado, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais da bacia do Rio Tennessee e territórios adjacentes, para o bem-estar geral, social e econômico da Nação".

No espaço de 30 dias, o Congresso americano aprovou a lei de que resultou a T.V.A. e a maravilhosa obra do Tennessee.

Inspirada neste luminoso exemplo de compreensão patriótica e espírito público, a Assembléia Constituinte Brasileira, estou convicto, dará seu voto favorável à emenda 179, tal qual foi redigida e submetida ao seu julgamento.

Para objetivação do aproveitamento das possibilidades econômicas do Vale do São Francisco, dada a soma de interesses em jogo, reputo de decisiva importância a sua aprovação, pois, só assim, poremos o empreendimento a salvo de qualquer surpresa, seja indecisão, má vontade, lentidão ou mesmo desistência dos Governos.

O Sr. Aureliano Leite - Não sei se assinei a emenda nº 179 apresentada por V.Exa. ao projeto de Constituição.

O Sr. Manoel Novaes - V.Exa. a honrou com a sua assinatura.

O Sr. Aureliano Leite - Mesmo que não a tivesse assinado, as considerações de V.Exa. em torno do assunto são tão convincentes que passaria a adotá-la como se minha fosse.

O Sr. Manoel Novaes - Pretendo aduzir mais alguns argumentos, de modo que possa conquistar o voto de toda a Assembléia.

O Sr. Juracy Magalhães - Será o pensamento da Assembléia.

O Sr. Olinto Fonseca - Tive a honra de subscrever a emenda 179, de autoria de V.Exa. Estou convencido de que ela deve figurar na Constituição, a fim de evitar o que é calamitoso no Brasil: a descontinuidade administrativa. No que se refere ao São Francisco, até agora nada se fez além de planificações acadêmicas, de simples estudos. Com a inclusão da emenda, é possível realizar obra útil, solucionando definitivamente o problema. Sabemos o que houve quando foi interrompida a cabotagem: os poderes públicos olhavam para o São Francisco e para o prosseguimento apressado das obras da Central do Brasil. Bastou se restabelecesse a navegação de cabotagem para que fosse novamente tudo esquecido. É preciso que se combata a descontinuidade administrativa dos grandes problemas do Brasil.

O Sr. Manoel Novaes - Chegarei ao ponto a que V.Exa. se refere.

Sr. Presidente, a inclusão da Emenda 179 na Constituição será o marco zero da nova jornada do São Francisco. Digo marco inicial porque, à luz dos dados anteriormente expostos, é óbvio que ali tudo está por fazer.

Cometeremos um erro insanável se adiarmos por mais tempo a solução de seus problemas. Tudo indica que devemos aplicar imediatamente remédios heróicos, senão, quando o acudirmos, será tarde demais.

A minha afirmação se baseia em fatos.

O confronto das observações colhidas no local, de Halfeld aos nossos dias, prova que as precipitações pluviométricas da região se tornam irregulares de ano a ano; a cota de descarga do Rio decresce, as condições de navegabilidade pioram, os travessões de pedra que interceptam as águas, retardando sua vazão, se desgastam, as erosões das margens alargam e obstroem o leito, a evaporação das águas aumenta por força das estiagens prolongadas.

Geraldo Rocha, em "O São Francisco", comentando alarmado a diminuição do volume do São Francisco e Rio das Velhas, seu maior e principal afluente, narra o seguinte: "Rugendas passou em Sabará, segundo cremos, por volta de 1830, isto é, três decênios antes de Liais. Na coleção de gravuras daquele viajante se encontra Sabará à margem de um grande rio, cujo volume d'água permitia, naquela época, a navegação de uma vasta barcada, que se vê de velas enfunadas singrando em direção ao porto. Neste

mesmo local armou-se em, 1875, o vapor Saldanha Marinho, com 30 toneladas de arqueação e 60cm de calado - a primeira embarcação deste gênero que sulcou o São Francisco, cujas águas desceu, depois de ter percorrido todo o curso do Rio das Velhas, tripulado por marinheiros nacionais. Neste local se atravessa hoje o Rio das Velhas, quase a pé enxuto".

A descarga calculada por Liais para as águas mínimas deve ter decrescido de 80% do seu volume.

O Sr. Theódulo Albuquerque - Estamos diante de um dilema: ou faremos o aproveitamento do São Francisco,ou o Brasil desaparecerá como potência econômica.

O Sr. Manoel Novaes - De pleno acordo com V. Exa.

Sr. Presidente, acredito ser este um índice ilustrativo e alarmante, que não pode passar despercebido aos Srs. Constituintes, para cuja confirmação invoco o testemunho da ilustre bancada mineira e do egrégio Presidente Melo Viana.

Os sinais de dessecamento do Rio e perda conseqüente de potencial hidráulico ainda mais graves se nos afiguram, se recordamos que o São Francisco se revigora e garante sua perenidade, tão só através das águas pluviais caídas em sua bacia em Minas Gerais e nas áreas banhadas pelos Rios Carinhanhã, Corrente, Grande e Preto, na Bahia. De Barra do Rio Grande a Paulo Afonso, todos os afluentes são rios torrenciais e secam completamente no verão.

Este detalhe hidrográfico diferencia o São Francisco dos demais grandes rios do mundo, cujo regime permanente nas diversas estações é assegurado pelo degelo de inverno ou das montanhas, fusão de neve e reservatórios naturais de compensação constituídos pelos lagos.

Está claro, pois, que a diminuição das chuvas nas cabeceiras do Rio tronco e nos seus afluentes perenes afetará, mortalmente, sua dinâmica e possibilidades econômicas. Para fazermos uma idéia e avaliarmos até onde o São Francisco está submisso à influência das chuvas intermitentes da região, vale citar o registro numérico de suas descargas. No forte das estiagens, a média observada corresponde ao deslocamento de 819m³ por segundo, e, nas cheias normais, 7.298m³, consoante algarismos oficiais que serviram de base à determinação do potencial de energia de Paulo Afonso. Sujeito a oscilações de descargas de tamanho vulto, de-

correntes de fatores meteorológicos mais e mais adversos, o São Francisco não poderá durar, eternamente, como perene. Precisamos levar em conta ainda, Sr. Presidente, que a seca é um fenômeno que cada ano mais se generaliza e se aprofunda, sobretudo nos sertões de Minas e Bahia; que as derrubadas e queimadas matas e caatingas prosseguem na sua fúria catastrófica e propiciam, com o extravio da umidade terrestre, a diminuição das chuvas; que os travessões de pedra, estendidos transversalmente por sobre o leito, desaparecem corroídos pelas suas águas, cada vez mais libertas na sua correria para o mar.

O Sr. Rui Santos - A situação descrita por V. Exa. é tão real que várias unidades das diversas companhias de navegação deixam de usar o leito utilizável do São Francisco, durante mais da metade do ano, por falta de condições indispensáveis à navegação.

O Sr. Manoel Novaes - Agradeço a colaboração de V.Exa. que, filho do São Francisco, como eu, conhece bem as peripécias de uma viagem a bordo do vapor durante a estação seca do rio.

O Sr. Juracy Magalhães - As condições de navegabilidade são tão precárias que o Engenheiro Miranda Carvalho classificou as viagens de verdadeira aventura. Lembro-me bem que, quando de minha administração na Bahia, durante um ano houveram 29 acidentes de navio, dada a precariedade da navegação.

O Sr. Manoel Novaes - V.Exa., que governou a Bahia com tanta proficiência, sabe que o navio batizado com o nome de "Juracy Magalhães", o maior da frota de navegação baiana, leva seis meses sem poder transpor a Corredeira do Sobradinho, porque esta não oferece calado.

O Sr. Rui Santos - Acrescento mais a V.Exa. que este mesmo vapor, certa noite, ancorou e levou três meses sem poder desatracar, porque o rio baixou.

O Sr. Manoel Novaes - É uma verdade.

Sr. Presidente, largado à sua própria sorte e com a natureza a solapá-lo, tende o São Francisco a converter-se, fatalmente, em rio torrencial, como de resto os seus afluentes e todos os cursos do Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, somente estes argumentos de ordem física, se assim posso expressar-me, seriam bastantes para justificar uma imediata deliberação nossa em prol do São Francisco, aprovando a

Emenda 179 que objetiva sua salvação. Existem, porém, outros motivos de natureza orgânica que reforçam minhas razões. Contingente ao abandono do São Francisco, presenciamos, desolados, o despovoamento de sua bacia, cujos moradores adoram-no como a Deus, que protege seu lar, seu pão e sua saúde. Em dolorosa retirada, anualmente, milhares de ribeirinhos sobem suas águas, de cambulhada como os nordestinos vítimas das secas, para lavrar com seus músculos e regar com seu suor as fecundas terras paulistas e bateiar as gemas preciosas nos garimpos de Mato Grosso e Goiás.

E, a continuarem as coisas no ritmo em que vão, dentro em pouco, os sertões do São Francisco ficarão desabitados. Antes que se adotem medidas de efetiva assistência econômica aos sertanejos para prendê-los à terra, amparar sua família, defender sua saúde e abrigá-los da miséria, não adianta protestar nem tentar impedir esta onda emigratória, anti-brasileira, que nos rouba o braço e vitalidade e esgota a fonte da futura recuperação econômica do São Francisco.

Urge, portanto, socorrermos o grande Rio com a construção de obras hidráulicas, que contenham suas águas, regularizem suas descargas, conservem sua capacidade volumétrica e permitam assegurar trabalho remunerador ao ribeirinho. Do contrário, que será de nosso Vale sem gente? Senhor Presidente, responderei em sentença candente: será um imenso deserto, separando, irremediavelmente, o Norte do Sul do País, a consumir os últimos restos de uma economia descontrolada e apagar os vestígios de uma civilização, legada pelos nossos maiores, que não fomos capazes de salvaguardar; será a ruína e o aniquilamento de uma raça que se plasmou nos sertões para glória da Pátria; será o túmulo da unidade brasileira!

Eis porque limitei em 20 anos o prazo para o Governo Federal traçar e executar um plano de aproveitamento do São Francisco.

Os motivos apresentados justificam, plenamente, a urgência do empreendimento, cuja procrastinação, além de imprevidência criminosa, importa em prejuízo financeiro para o Tesouro, visto como o Governo, compelido pelo povo, terá de concretizá-lo amanhã, em condições técnicas mais desfavoráveis e com maiores despesas.

Sr. Presidente, não trago planos para submeter à Casa. Compete aos engenheiros e economistas, e não a mim, elaborá-los, dar a última palavra sobre a questão. Em complemento às considerações expendidas neste discurso, desejo, apenas, focalizar mais alguns aspectos palpitantes.

A opinião dominante é a de que a navegação constitui o problema principal da região! "O São Francisco é sem dúvida uma grande artéria natural que se articula no sistema de comunicações entre o Centro e o Nordeste do País. O seu Vale oferece o caminho mais direto a quem, do Centro, partindo por terra, procura o Norte, dele podendo irradiar para todas as direções".

Conjugada sua privilegiada situação geográfica aos 6.000 quilômetros de sua rede navegável, num País com a superfície de 8.511.000km², possuindo 35.000 quilômetros de ferrovias e menos de 2.000 de estradas de rodagem pavimentadas, deduz-se que o São Francisco, em matéria de viação, é um "presente divino" que só mesmo uma nação de ineptos e insensatos lançará fora, deixando de explorá-lo.

Povos mais adiantados e possuidores de modernísimos sistemas ferroviários e rodoviários, regularizaram seus rios, ampliaram e aperfeiçoaram sua rede de comunicações fluviais. O Sena, o Reno, o Danúbio, o Volga, domados pelo homem, são gigantescas aortas do aparelho circulatório europeu, a serviço do progresso industrial, da economia e da defesa da França, Alemanha, Europa Central e Rússia.

No continente americano, deixando de lado os Estados Unidos e o Canadá, cujos cursos d'água são rigorosamente aproveitados, quero invocar a lição que a Argentina nos está ministrando. A vizinha e próspera Nação dedica cuidados especiais à navegação do Rio da Prata, que lhe custa somas fabulosas em dragagem, etc., mas que é a linha vital de seu comércio. No entanto, com um terço da população brasileira - anotem o contraste, Senhores Constituintes -, dispõe de 41.000 quilômetros de ferrovias e uma rede de estradas de rodagem pavimentada que mede 40.000 quilômetros. Por que nós, brasileiros, que temos tolerado cópias servis de más idéias estrangeiras, não lhes assimilamos as boas?!

Por que só o Brasil, o país mais carente de comunicações entre as Nações livres do mundo, cujo sistema de viação, além de insuficiente, é uma pobre colcha de retalhos, onde se gastam 15 anos, como de 1930 a 1945, para construir ridículos 2.416 quilômetros de ferrovias, por que só o Brasil, repito, não enfrenta e resolve o problema da navegação fluvial e não incorpora o São Francisco ao seu sistema de viação, há muito articulado à Central do Brasil em Pirapora e à Leste Brasileiro em Juazeiro e Pro-

priá?! E tanto mais importante se nos afigura o tráfego sanfrasciscano, ao constatarmos que o Rio corta uma região inteiramente desprovida de estradas, cuja produção deperece por falta de escoamento, cujo comércio depende visceralmente dos transportes fluviais e, além do mais, é o traço de união política, de fraternidade social e econômica entre cinco Estados federados.

Vale ressaltar ainda, Sr. Presidente, a enorme vantagem que oferece a viação fluvial, como colaboradora da expansão econômica dos povos, por ser o meio de transporte que cobra mais baixos fretes, o que constitui um estímulo às atividades produtoras.

A solução deste problema sanfranciscano está à espera dos governos federais.

As comissões que estudaram o São Francisco no Império e na República pretenderam corrigir a navegabilidade do rio através de dragagens de canais, remoções de pedras, troncos de árvores, etc., e retificação das corredeiras, obras que, se executadas, jamais lograriam dotá-lo de uma navegação regular nas duas estações. O Office du Niger e a T.V.A. forneceram a chave do enigma - o represamento das águas do rio.

O plano de Geraldo Rocha prevê a construção de uma escada de barragens ao longo do São Francisco e afluentes, em Sobradinho, Mor-Pará, Pirapora, Rio Grande, Corrente, Paracatu, Urucuia e Rio das Velhas.

Certamente que uma obra completa exigirá a construção de mais algumas represas, inclusive na seção entre Juazeiro e Petrolândia, de modo que, nas cinco seções em que se divide o rio-tronco, a navegação se restabeleça, com exceção do trecho das Cachoeiras de Itaparica e Paulo Afonso. Aqui, se quisermos queos vapores naveguem, de Pirapora à foz, teremos de construir um canal de contorno, fazendo desaparecer a discriminação atual de Alto, Médio e Baixo São Francisco. Todas as represas, como as da T.V.A., deverão ser projetadas e destinadas a **múltiplos fins:** facilitar a navegação, permitir o armazenamento e o controle das águas das cheias e inundação, regularizar o regime de descarga do rio e produzir energia elétrica.

Pelo represamento das águas, o São Francisco transformar-se-á, como o Tennessee, numa cadeia de lagos comunicantes, ocorrendo, conseqüentemente pela elevação do nível líquido, o afogamento dos obstáculos e aprofundamento dos canais de navegação, cujo problema ficará, assim, definitivamente resolvido. Destarte faremos o rio francamente navegável em toda sua extensão,

contaremos com um serviço de transportes à altura das necessidades da região, reaparelharemos a frota fluvial, substituindo os vapores obsoletos por unidades de maior tonelagem e velocidade, com mais espaço para cargas e melhor lotação para passageiros.

As represas solucionam também a irrigação e a captação de energia, o segundo e o terceiro de relevância, entre os fundamentais problemas do Vale do São Francisco.

A irrigação, que tem feito a prosperidade de muitos povos, entre nós ainda está na fase experimental.

A bacia do São Francisco é a região ideal para sua aplicação no Brasil, pois oferece condições excepcionais para seu emprego em larga escala.

Seu solo calcário, extraordinariamente fértil, cobrindo uma área plana de aproximadamente 205.000km², quando irrigado, presta-se admiravelmente para a agricultura mecanizada.

O melhor atestado desta fertilidade nos dão as vazantes e as ilhas, cujas plantações vicejam às custas do humus carregado pelas enchentes e da umidade roubada diretamente do rio.

A utilização dos métodos adotados pelos franceses em suas colônias, pelos egípcios no Nilo e pelos americanos no vale do Tennessee, permitir-nos-á converter pela irrigação as várzeas e baixios do vale sanfranciscano em colossal vergel.

As despesas com a abertura de canais, nivelamento do terreno e instalação de bombas serão sobejamente compensadas pelo surto de nova riqueza agrícola de infalíveis resultados financeiros e de transcecentes efeitos na vida brasileira, pela estabilidade econômica e valorização da terra e do Homem de nossos sertões.

Os resultados publicados pelo Office du Niger, T.V.A. e companhias exploradoras do Nilo comprovam, através de estatísticas insofismáveis, a rentabilidade da irrigação e demonstram a viabilidade de qualquer empresa semelhante às realizadas no Niger, Tennessee e Nilo.

A Bacia do São Francisco, racionalmente irrigada, representa um espaço geográfico capaz de abrigar 80 milhões de seres humanos, isto é, quase duas vezes a população do Brasil. Este cálculo se funda no cotejo das áreas irrigadas do Nilo e os 20 milhões de

egípcios que as habitam, com os 205km² de área irrigável do São Francisco, merecendo frisar que o solo do nosso Vale é qualitativamente superior ao do Egito e as águas do São Francisco mais abundantes que as do Nilo, cuja descarga mínima orça em 177m³ por segundo.

Construídos os grandes reservatórios abertos, os canais de irrigação e derramadas as águas pelas terras marginais, abriremos caminho à colonização. **Irrigação e colonização se completam.**

Um problema é corolário do outro, assim como a industrialização o é da energia.

Promover-se-á a colonização em duas etapas. Na primeira ter-se-á em vista a fixação do ribeirinho e massas emigratórias das zonas flageladas pela seca, e sua adaptação às diferentes condições rurais originadas pela irrigação. Auxiliados pela moderna maquinária agrícola, orientados pela técnica, bafejados pela facilidade de crédito, proprietários das terras, resguardados das doenças, os néo-colonos sanfranciscanos entregar-se-ão à tarefa de produção das utilidades indispensáveis ao seu sustento, ao consumo da região e zonas convizinhas.

A elevação do standard de vida regional criará um mercado interno de primeira grandeza para os produtores agrícolas e propiciará um lucro compensador ao trabalho nas terras irrigadas.

A expansão de lavouras adequadamente escolhidas de acordo com os atributos climáticos e geológicos de zona e a coexistência de mão-de-obra barata, ensejarão uma produção de baixo custo, capaz de dominar seguramente os mercados internacionais.

O técnico inglês Pierce assevera que o "São Francisco, região de clima quente, competirá com o vale do Nilo em produção de algodão se for igualmente irrigado".

Com uma circunstância a acrescentar em nosso favor, pois que o Sudão, o maior empório do algodão egípcio, dista mais do dobro dos centros de exportação de Alexandria e Port Said, que o São Francisco de qualquer de nossos portos, do Rio de Janeiro a Recife.

Quando o desenvolvimento econômico da região atingir um alto nível e os nossos recursos humanos já não forem suficientes para atender à sua crescente produção, daí por diante utilizaremos a colonização alienígena.

Sr. Presidente, os corajosos sertanejos desempenharão mais uma vez na história do São Francisco a função de desbravadores e pioneiros de sua ressurreição econômica.

A colonização e a irrigação sanfranciscanas entrosam-se com outro grande problema nacional - o das secas, que envolve em seus tentáculos os Estados do Nordeste Brasileiro e grande porção de nosso vale.

Os sertanejos castigados pela canícula inclemente, que queima até as raízes da flora do Nordeste e estorrica açudes e cacimbas, fogem do extermínio guiados por um cruel destino.

Na caminhada sem fim e que é o fim de muitos retirantes, lá bem longe refulgem as miragens do Sul. Estas fugas, que são espetáculos de tragédia, só se acabarão para os heróicos infelizes filhos de minha terra no dia em que conseguirem fazer pouso à beira de um rico e florescente São Francisco.

Sr. Presidente, a construção de barragens se relaciona ainda com o potencial de energia do São Francisco e do País.

E quem diz energia subentende, concludentemente, progresso industrial, riqueza pública, independência econômica, prestígio internacional e fortaleza militar, agentes e termos de uma entidade que muito amamos, chamada independência política. Até os Estados mais poderosos tiveram em mente esta noção, ao solidificarem suas fundações nacionais. Os Estados Unidos, sempre o nosso melhor mestre, senhores de 65% do petróleo mundial, de inesgotáveis jazidas de carvão e de um número incalculável de usinas termo-elétricas, se entregam febrilmente à explorações de suas reservas naturais de energia. Chega-se mesmo a afirmar que, "não fosse a energia elétrica da T.V.A., o programa de guerra norte-americano não se poderia ter cumprido, nem de longe, no que respeita à produção de alumínio, aviões, fosfatos, nitratos, navios, granadas, bombas, etc".

Ao ter que estribar-me na história econômica de outros povos, para fundamentar a idéia de aproveitamento do São Francisco, fico gelado só de pensar como nós, militarmente fracos e economicamente desorganizados, conseguimos manter durante um século o Brasil independente, com tanta gente a dormir "em berço esplêndido", sem dar cor de si das realidades nacionais e dos olhos cobiços que nos espreitam.

Se os ribeirinhos sanfranciscanos me estivessem ouvindo neste instante, exclamariam ungidos de fé: só por milagre do Senhor do Bom Jesus da Lapa! E comungo com eles na mesma fé cristã.

Ora, vejamos Sr. Presidente, um País cujo petróleo industrializado mal dá para o consumo dos serviços do Conselho Nacional da Bahia e para acender os lampiões dos pobres de Salvador, e que apesar de os poços já perfurados em Candeias, Itaparica e Aratu terem uma capacidade de produção diária calculada em 2.000 barris de óleo (informação autorizada), ainda não possui ali uma refinaria moderna; um País cuja produçaõ de carvão de inferior qualidade não atinge um milhão de toneladas, ou seja, menos de 30% do consumo de nossas indústrias, estradas de ferro, navios, etc., e cuja potência instalada é de 1.200.000kW; um País, assim tão pobre em combustíveis e energia, não tem direito de dissipar por inércia um patrimônio do valor do São Francisco.

Para esclarecimento e edificaçaõ dos Srs. Constituintes, devo salientar que, no Vale do São Francisco, existem 49 quedas d'água com potência superior a 2.000hp, incluindo-se entre elas Paulo Afonso e Itaparica, respectivamente com 608.000 e 142.000hp.

Excetuando-se estas duas, situadas entre Bahia e Alagoas, Bahia e Pernambuco, todas as outras pertencem a Minas Gerais e Bahia, distribuídas pelos cursos do São Francisco, Rio das Velhas, Paracatu, Urucuia, Pará, Paraopeba, Corrente e Grande.

Sr. Presidente, a capacidade geradora das cachoeiras sanfranciscanas, depois da realização de alguns trabalhos, está estimada em 2.000.000kW.

Todos sabemos que até agora apenas Paulo Afonso e Itaparica foram convenientemente estudadas. A Usina Hidro-Elétrica de Paulo Afonso, cuja instalação já está autorizada,teve o seu potencial determinado na base de descarga mínima do Rio de 819m³ por segundo e as obras projetadas para exploração da formidável cachoeira não prevêem a construção de reservatórios de compensação.

O projeto se cinge à canalização das águas de um braço do rio.

E claro, pois, que a construção de barragens a montante das mencionadas cachoeiras, armazenadoras de bilhões de metros cúbicos d'água, permitirá, pelo uso de comportas, regularizar a descarga do rio dentro de uma média volumétrica 3 a 4 vezes acima da mínima atual, o que representa um acréscimo de idênticas proporções na produção de energia. Este detalhe põe em relevo

o acerto do represamento das águas do São Francisco, em diferentes pontos do seu leito e no dos afluentes. Porque as barragens, além das vantagens resultantes da normalização do regime de vazão, com sensíveis efeitos no potencial de energia de todas as cachoeiras, favorecem a instalação de centrais elétricas nos próprios locais de suas construções.

Conferidos estes resultados, poderemos concluir, sem otimismo pernicioso, que a produção de energia do São Francisco tornar-se-á ilimitada e marcará o **advento da industrialização dos sertões do Centro e Nordeste brasileiros.**

As matérias-primas minerais e agrícolas extraídas do solo sanfranciscano receberão beneficiamento nas fábricas acionadas pela energia fornecida pelas usinas hidro-elétricas da região, donde sairão diretamente para os mercados consumidores.

O grande parque industrial do São Francisco, sonhado por Delmiro Gouveia, converter-se-á em vigorosa realidade para orgulho de nossa geração e para honra do Brasil, que conseguirá assim definitiva harmonia política e estável equilíbrio econômico entre as regiões e mais perfeito entendimento e solidariedade entre os brasileiros!

Finalizando estas sumárias considerações sobre os problemas do São Francisco, direi algumas palavras sobre o saneamento da região.

Ninguém contesta que o problema sanitário é o calcanhar de Aquiles da comunidade sanfranciscana. A assistência médico-hospitalar constitui um fator de vida ou de morte, para o feliz desfecho de qualquer empreendimento no São Francisco, é o instrumento mais eficaz para sustar a rarefação demográfica.

Grandes coisas não podemos esperar de um povo cujos índices de mortalidade são dos mais altos do País e talvez do mundo.

No São Francisco vive uma população continuamente agredida pelo impaludismo endêmico, minada pela verminose, sífilis, tuberculose, etc., compondo no seu conjunto nosológico um tratado vivo de patologia tropical. Mas, mesmo assim, doente e permanentemente subnutrida, malsinada e esquecida, esta população é uma grande força operativa da Nação.

O Serviço Nacional da Malária está encarando com seriedade a tarefa de sua competência. Posso em primeira mão noticiar, pa-

ra conhecimento e gratidão do povo sanfranciscano, as providências que o Doutor Mário Pinoti, seu Diretor, acaba de adotar para extinção da malária no São Francisco. Declarou-me pessoalmente o ilustre malariologista patrício, com incontido regozijo meu, haver ordenado a instalação imediata do serviço de dedetização na bacia do rio no trecho a montante de Paulo Afonso até Carinhanha, serviço que será estendido às demais seções, após conclusão dos necessários reconhecimentos entomológicos e inquéritos sanitários.

A aplicação do DDT, inseticida descoberto pelos americanos e por eles empregado eficazmente nos vários teatros de guerra onde havia impaludismo, associada à quininização preventiva e curativa, poderá extirpar a malária do São Francisco.

Estas medidas constituem, indiscutivelmente, o passo culminante do Governo Federal para o saneamento da região e por isso fazem juz, aos mais sinceros louvores e aplausos, o Exmo. Sr. Presidente Dutra, o eminente Ministro Souza Campos e o Dr. Mario Pinoti e todos os seus colaboradores.

Restaurada a saúde de nosso sertanejo, para o amanho da terra irrigada, para o trato dos currais, para o labor das fábricas eletrificadas, retomará o São Francisco o ciclo de seu antigo esplendor e a Constituinte de 1946 terá saldado a dívida imprescritível que o País contraiu com o Rio, que foi "o caminho da civilização brasileira".

(Muito bem; muito bem! Palmas. O oradoré cumprimentado)".

(Transcrito do Diário da Assembléia de 27 de junho de 1946).

Observa-se neste discurso, por sinal o único pronunciado sobre o São Francisco durante toda Constituinte, que, embora eu propugnasse a unidade geográfica da Bacia como imperativo nacional, ocupei-me especialmente da problemática dos trechos Médio e Baixo, que conheci através de numerosas viagens e de seu lastimável atraso e abandono. Naquele tempo do Alto São Francisco, eu só visitara Belo Horizonte, até hoje a única Capital de Estado brasileiro localizada no Vale, onde já despontavam evidentes sinais de um surto de progresso industrial.

O que de resto eu sabia do Alto São Francisco provinha da leitura de publicações acerca de sua promissora potencialidade econômica e de seu acentuado desenvolvimento pastoril.

Logo após o meu discurso, tomei conhecimento da existência de um movimento encabeçado por Constituinte paulista, com o objetivo de rejeitar, do anteprojeto constitucional, os dispositivos que fixavam percentuais da

receita tributária para aplicação nas áreas do Polígono das Secas e da Amazônia Legal.

Diante deste fato, que inevitavelmente se refletiria sobre as reivindicações do São Francisco contidas na Emenda 179, resolvi orientar-me noutro sentido.

Busquei então um caminho político, que seria o de conquistar o apoio do Presidente da República, Eurico Dutra.

Por intermédio do meu amigo, senador maranhense Vitorino Freire, político de absoluta confiança do Presidente Dutra, solicitei uma audiência a Sua Excelência, à qual compareci munido de cópia do meu discurso de 26 de junho e do mapa do São Francisco.

O Presidente fora Ministro da Guerra durante o 2º conflito mundial e usara o São Francisco para transporte de tropa e de material bélico pesado para a defesa do Nordeste Brasileiro, num momento em que o Rio era a única via livre de comunicação entre o Sul e o Norte-Nordeste do País. Naquele instante, ainda estavam em construção a Rodovia Rio-Bahia e a ligação ferroviária Belo Horizonte-Montes Claros-Salvador. E permanecia interrompida a navegação marítima, em conseqüência do ataque dos submarinos alemes.

Incontinenti, o Presidente Dutra, depois de me ouvir, tomando o telefone, falou com o Senador Nereu Ramos, líder na Constituinte, e lhe transmitiu instruções para apoiar literalmente a Emenda 179.

Comovido, agradeci tamanho gesto patriótico daquele a quem de justiça e historicamente cognominei de *redentor do São Francisco.*

Isto provou o caráter e a isenção de ânimo do Presidente Dutra diante de um Deputado que, ele sabia, votara em Eduardo Gomes para Presidenteda República. É que Dutra, através das vidraças do Palácio do Catete, só enxergava o Brasil.

Vencida esta partida, esperei o desfecho dos trabalhos da Assembléia Constituinte, até que no dia 04 de setembro a Emenda 179 foi aprovada pelos Deputados e Senadores, de pé, com a seguinte redação:

> **"Fica o Governo Federal obrigado, dentro do prazo de vinte (20) anos a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará anualmente quantia no inferior a 1% da renda tributária".**

A adenda "no qual aplicará anualmente quantia não inferior a 1% da renda tributária", da redação final, resultou da incorporação da emenda 2.989 do Deputado Clemente Mariari, apresentada de acordo comigo e por mim destacada.

O percentual de 1% foi tirado dos 4% vinculados à Amazônia pelo anteprojeto constitucional, com a concordância dos inolvidáveis líderes amazônicos Álvaro Adolfo, Magalhães Barata, Agostinho Monteiro, Álvaro Maia,

Pereira da Silva, Lameira Bitencourt, todos de saudosa memória, e de suas bancadas que assinaram meu destaque.

A Constituição foi promulgada no dia 18 de setembro e com ela sacramentado o Art. 29 do A.D.C.T. (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Primeiros resultados: a Lei 23

O Artigo 29 foi, sem dúvida e sem contestação, o marco inicial e o agente propulsor do desenvolvimento do atual São Francisco.

Pelo requerimento 63, de 16 de outubro de 1946, de autoria do Deputado Teodoro Albuquerque e do qual fui o segundo signatário, foi proposta a criação da comissão especial do plano de aproveitamento do São Francisco, constituída por representantes dos Estados ribeirinhos. Este requerimento, aprovado pela Câmara dos Deputados, foi publicado no Diário do Congresso Nacional de 22 de outubro de 1946.

Superada esta formalidade legislativa, para observância do Artigo 29 do A.D.C.T., defrontamo-nos com o primeiro obstáculo.

Então fui informado pelo Presidente da Comissão de Justiça, o ilustre Deputado pernambucano Agamenon Magalhães, de que membros influentes daquela Comissão eram de opinião de que os recursos vinculados ao São Francisco, pelo preceito constitucional, só poderiam figurar no orçamento da República depois da aprovação do Plano Geral, expresso no Art. 29 do A.D.C.T. Diante dessa ameaça que poderia tornar-se incontornável, novamente busquei uma saída política.

Procurei nosso patrono, o Presidente Eurico Dutra, a quem dei ciência da manobra parlamentar.

Sua Excelência me aconselhou a apresentar um Projeto de Lei disciplinando a aplicação de tais recursos, baseado nas opiniões e sugestões de autoridades e técnicos que já houvessem demonstrado conhecimento e interesse pela solução dos problemas do São Francisco. Recomendou-me afinal selecionar um elenco de prioridades de problemas que, a juízo deles, obrigatoriamente devessem constar do futuro plano geral.

E ainda se comprometeu, o que fez, em mandar incluir anualmente as dotações do São Francisco nos orçamentos de cada ministério, para sua execução, até a criação de órgão específico para a direção do Vale.

Garantiu o Presidente que, para o cumprimento destas combinações, ele conversaria com o Deputado Agamenon Magalhães e instruiria seus Ministros, o que fez.

Dentro desta ordem de pensamento, foram convocados e ouvidos pela Comissão Parlamentar: Engenheiro Geraldo Rocha, Senador Apolônio Salles, Prof. Maurício Joppert, Sanitarista Mario Pinoti, Engº Paulo Peltier - Chefe do 10º Distrito de Portos, Rios e Canais -, Engº Correia Leal - autor do anteprojeto da Usina I de Paulo Afonso -, Engº Adozindo Magalhães - Diretor da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura -, Rafael Xavier - Diretor do IBGE -, Engº Renato Feio - Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil - e Dr. Agenor Miranda. Esses depoimentos foram publicados nos Anais da Câmara dos Deputados e, mais tarde, impressos e condensados na publicação oficial intitulada "Antecedentes do Plano Geral para Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco".

Em que pese o prestígio dos nomes de todos os expositores, eu me deterei especialmente nas análises e sugestões de quatro deles, pelas suas íntimas relações e pelos papéis que encarnaram na História do Vale, muito embora, na elaboração do Projeto colimado, eu levasse em conta as observações de todos eles.

O primeiro a depor foi Geraldo Rocha, autor do precioso livro "O Rio São Francisco", em cujas páginas relata brilhantemente as potencialidades econômicas do Vale e suas aspirações populares. Homem de visão, encarou o São Francisco com realismo e como um todo. Sanfranciscano como eu, apaixonado pelo torrão natal, viu o rio com os olhos de sua testada experiência de engenheiro e empresário.

Escreveu ele: "o São Francisco é a única Bacia importante do mundo que não dispõe de reservatórios de compensação. Os grandes rios da América, Europa e Ásia contam com o degelo das neves e com a água dos grandes lagos para assegurar-lhes a perenidade.

"O Rio São Francisco conta apenas com seus afluentes alimentados pelas chuvas, que de ano a ano diminuem por culpa do próprio ribeirinho, que devasta e queima as matas e caatingas das nascentes e das margens".

E opinou: "a solução deste problema é dotar o São Francisco de reservatório de compensação".

No fundo, os reservatórios de compensação significavam a solução dos problemas básicos de navegação, irrigação e energia, que se entrosam e dos quais depende fundamentalmente o desenvolvimento do São Francisco.

Geraldo Rocha, em seu lúcido depoimento, destacou duas iniciativas suas de suma importância. Disse: "o Rio Grande, acima de Barreiras, corre com uma descarga mínima de 82m³ por segundo em sua máxima estiagem. Mandei nivelar e fiz o projeto de desvio de 30 quilômetros, obtive uma queda de 20 metros e capacidade de irrigação de um vale onde se poderiam localizar 5.000 famílias". Este projeto foi submetido ao Presidente Getúlio Vargas.

Coerente com seus pontos de vista, preconizou enfaticamente a construção da barragem de compensação do Boqueirão, no Rio Grande, numa garganta de serra pouco acima da cidade da Barra - que, no passado, atravessei numa gaiola da Cia. Bahiana e, anos mais tarde, sobrevoei -, cuja finalidade seria "armazenar 10 bilhões de metros cúbicos d'água das enchentes para suprimir as deficiências do Médio e Baixo São Francisco nas estiagens".

Depois de discorrer sobre todos os aspectos da desafiante problemática sanfranciscana, profetizou: "só a produção intensiva poderá nos salvar e esta é possível com resultados positivos graças à *lavoura irrigada*".

Senador Apolônio Salles, ex-ministro da Agricultura, com farta bagagem de serviços prestados à lavoura canavieira de Pernambuco, sagrou-se na História do São Francisco como o realizador do arrojado projeto de Delmiro Gouveia, de explorar o potencial energético da Cachoeira de Paulo Afonso, sem dúvida seu maior feito.

Apolônio Salles começou seu depoimento afirmando que "o Rio São Francisco é o que os americanos chamam de Rio de muitas finalidades, que podem ser compreendidas em três principais: finalidade de irrigação, de navegação e de produção de energia".

Declarou que a finalidade do São Francisco, acima de qualquer outra, era em realidade "albergar e fixar toda aquela imensa população sertaneja, que sofre nas margens do Rio um suplício junto de tanta água", tese que levantei no meu discurso da Constituinte.

Relembrou a criação do Núcleo Agroindustrial de Petrolândia, à beira do Rio, em Pernambuco, tendo em vista o planejamento agrícola em função do planejamento agroindustrial, em suma, "o consórcio da agricultura e da indústria".

Para acelerar o funcionamento do Núcleo, Apolônio Salles instalou uma usina hidroelétrica de 1.000hp na Cachoeira de Itaparica, para eletrificação e irrigação das terras do Núcleo, que ele considerava como "escola indispensável à reforma agrícola a se processar às margens do providencial São Francisco".

O sanitarista Mario Pinoti, Diretor do Serviço Nacional da Malária, descreveu candentemente o alarmante estado sanitário do São Francisco.

No início de sua exposição apontou as moléstias mais freqüentes no Vale e afirmou enfaticamente que "dos problemas de saúde daquele maravilhoso rincão, o que nos impressiona é sem dúvida alguma a malária".

Expôs as dificuldades de ordem administrativa e financeira a vencer para resolver problema de tamanha importância humana no São Francisco e no Brasil.

Analisou o grau de subnutrição das populações do Vale, que oferecem, por esse motivo, "pouca resistência ao ataque das doenças", figurando, em primeiro lugar, a *malária* entre as endemias reinantes e, em segundo lugar, a *verminose* que também merece cuidados especiais das autoridades sanitárias.

Acentuou a precariedade dos serviços de saúde do São Francisco, reduzidos "a um Posto de Saúde de segunda classe em Pirapora, Minas Gerais, três outros, também de segunda classe, em Juazeiro, Lapa e Barra, na Bahia, e sete subpostos inteiramente desprovidos de equipamento e de pessoal técnico habilitado".

"Como tratar de doentes sem hospital, que não existem na região?", perguntava ele.

Pela sua avaliação, "a população das áreas malarígenas da Bacia era de um milhão de habitantes". Em abono desta informação, Apolônio Salles declarou, perante a Comissão Parlamentar, que certa feita, durante a construção da Usina Piloto de Paulo Afonso, teve que parar as obras, pois mais de 300 dos 400 operários estavam acamados pela malária.

Pinoti anunciou então as linhas gerais de um plano sanitário para o Vale, no qual se inseria assistência medicamentosa, educação sanitária, inquéritos epidemiológicos e engenharia sanitária.

Declarou Mario Pinoti: "é evidente que o sucesso previsto com as medidas de combate à malária na Região do São Francisco, dentro do programa estabelecido, não poderia deixar de estar condicionado à execução de medidas complementares de Hidrografia Sanitária, uma vez que se visa a erradicação de doenças e não apenas o controle de suas conseqüências funestas".

O Serviço Nacional da Malária, naquele tempo, prestava assistência medicamentosa às populações do Alto, Médio e Baixo São Francisco usando remédios baseados na quinina e derivados.

Para o combate ao anofelino, mosquito transmissor da malária, o S.N.M. experimentou, com excelentes resultados, o uso do DDT, inseticida empregado pelos americanos durante a guerra, em suas campanhas militares em países malarígenos.

O São Francisco tem uma dívida insaldável com este notável sanitarista, pois foi ele o saneador do Vale.

Maurício Joppert, eminente professor da Escola Nacional de Engenharia e ex-Ministro da Viação, começou seu depoimento com estas palavras: "tratando-se do Vale do São Francisco, devo frisar que o problema deve ser considerado sob três aspectos: o da navegação, o de aproveitamento para irrigação e o da energia hidroelétrica".

Nesta frase estereotipou a problemática do São Francisco.

Com sua autoridade de técnico, ele analisou os diversos ângulos pelos quais poderiam ser vistos aqueles problemas. Deu ênfase e confirmou as iniciativas de Apolônio Salles e Geraldo Rocha de instalar a Usina de Paulo Afonso, de construir a Barragem de Boqueirão no Rio Grande e de implantar a irrigação nas áreas de Petrolândia e Barreiras.

Finalmente, abordou a navegabilidade do Rio e as providências já adotadas para sua correção, quase todas sem nenhum resultado, e sugeriu o que se deveria fazer para regularizar a navegação do São Francisco e dos afluentes navegáveis. Por último, focalizou a colonização do Vale, concordando com a minha tese, sustentada em discurso, de que primeiro se faria o aproveitamento do braço ribeirinho, em segundo lugar absorveríamos os flagelados das secas dos Estados do Nordeste, e, quando o São Francisco, pela ação e trabalho destes, houvesse atingido adiantado estágio de desenvolvimento, então receberíamos de braço abertos a colaboração do colono nacional ou alienígena, tratados em pé de igualdade.

Os depoimentos prestados por aqueles que mais conheciam o São Francisco foram acordes com a imperiosa necessidade de imediatamente promovermos a exploração de suas potencialidades naturais para desenvolvimento sócio-econômico do Vale.

Nesse esforço deveriam se empenhar todos os Governos: federal, estaduais e municipais do São Francisco, porque a causa era comum.

Todos os depoentes enalteceram o estoicismo e a resistência moral de um povo que, apesar dos desenganos e sofrimentos, nunca perdeu a fé no desenvolvimento futuro da imensa Região, que une o Brasil.

Isto porque, pela primeira vez em sua História, o São Francisco se sentia protegido por um Preceito Constitucional que nós, seus defensores, confiávamos fosse obedecido e rendesse frutos para seu povo.

Aqueles depoimentos justificaram plenamente o Projeto 244 que apresentei no dia 17 de dezembro de 1946.

Este projeto foi a estaca zero do desenvolvimento do São Francisco e do quanto hoje o Vale ostenta.

Alguns de seus itens interessam à Bacia como um todo e outros só parcialmente.

De qualquer modo, expressam reivindicações coletivas do São Francisco.

O item 7 do Projeto consignava verba substancial para o levantamento aerofotogramétrico, sem o que quase todos os atuais projetos de irrigação executados ou a executar no Vale - dos quais tanto nos ufanamos - não teriam condiçõess de existir.

Basta mencionar que em 1946 só havia um pequeno trecho do Rio, entre Juazeiro e Sobradinho, presumivelmente levantado aerofotograficamente pelo 10º Distrito de Portos, ao passo que em 1967, quando foi extinta a Comissão do Vale do São Francisco - substituída pela SUVALE -, já dispúnhamos de 80% da área da Bacia levantada pela aerofotogrametria e 30% mapeada.

O item 11, "Profilaxia da Malária", do ponto de vista humano, foi o ápice do Projeto 244 e a maior conquista do São Francisco.

Os da minha geração, que ainda habitam a Região, sabiam do alto preço que pagávamos e os enormes riscos que corríamos para viver nas margens do Rio e de seus tributários infestados pela malária, uma endemia que matava anualmente milhares de sanfranciscanos e acamava outras centenas de milhares, desfalcando, de maneira terrível, a região de seus homens e mulheres mais ativos, que trabalhavam no campo.

É que eles, debilitados pela doença, se convertiam em peso morto para a economia do Vale e empecilho para o desenvolvimento dos Estados sanfranciscanos.

A campanha da malária no São Francisco, vigente a Lei 23, começou em 1947 no Rio Verde Pequeno, a meu pedido, por ser este o maior foco de terçã maligna, a forma mais grave de impaludismo.

Daí é que a campanha se estendeu por todo o Vale. O São Francisco foi a primeira área do País onde o S.N.M experimentou o inseticida DDT e os comprimidos de Aralen, sucedâneo da quinina tradicional. No primeiro

ano da campanha, ou seja, 1947, a malária foi quase debelada no Vale.

Tal foi a queda dos índices de morbidez e letalidade da malária alcançada pela campanha, que o Presidente Dutra, entusiasmado com os seus resultados, determinou ao Dr. Mário Pinoti estendê-la a todas as áreas malarígenas do País, começando pelo Estado de Santa Catarina e Amazônia.

Desta forma o S.N.M., que tinha uma sigla paliativa, se tornou realmente nacional.

Para o item 2, "Construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso", consignei uma dotação de Cr$ 30.000.000,00, que equivalia a 30% de nossas disponibilidades orçamentárias de 1947, numa demonstração de apoio aos decretos 8.301 e 8.303, de Apolônio Salles, antes mesmo da aprovação do projeto definitivo da Usina. Concedemos uma verba de Cr$ 10.000.000,00 para construção da barragem do Boqueirão do Rio Grande, o reservatório de compensação, calorosamente defendido por Geraldo Rocha. Os itens 8 a 10, de capital importância, propiciaram a construção de rodovias de acesso ao São Francisco - porque até então só havia em todo o Vale, atravessando o Rio, a Rodovia Transnordestina - e a construção e instalação de uma Rede de Hospitais Regionais, rubrica por mim introduzida nos orçamentos da República, em cidades de todos os Estados sanfranciscanos.

A razão principal da carência de assistência médica das populações do Vale provinha justamente da absoluta inexistência de hospitais nos trechos médio e baixo do São Francisco.

O Projeto 244, de 17/12/46, sem regime de urgência, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em 48 dias, fato inédito no Parlamento, e sancionado pelo Presidente Eurico Dutra em 15 de fevereiro de 1947 e denominado Lei 23.

Ei-la:

"LEI Nº 23 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 1947.

Regula a aplicação da verba consignada no Orçamento da República para o exercício de 1947, destinada a atender ao disposto no art. 29 do Ato Constitucional das Disposições Transitórias.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A verba consignada no Orçamento da República para o exercício de 1947 e destinada a atender ao disposto no artigo 29 do Ato Constitucional das Disposições Transitórias, fica distribuída na seguinte discriminação:

1 - Custeio da Comissão de Planejamento do São Francisco, a ser criada e estudos que esta autorizar para elaboração do plano 8.000.000,00

2 - Construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso. 30.000.000,00

3 - Construção da Usina Hidroelétrica do Fecho do Funil no Rio Paraopeba 9.000.000,00

4 - Projeto e início de construção da Barragem do Boqueirão, no Rio Grande 10.000.000,00

5 - Aquisição de material de dragagem e execução desse serviço, no Médio e Baixo São Francisco 10.000.000,00

6 - Estudos e obras hidroelétricas do Cachoeiro do Jequitaí. 2.000.000,00

7 - Prosseguimento do levantamento aerofotogramétrico da bacia hidráulica do São Francisco e afluentes 6.000.000,00

8 - Construção das seguintes rodovias:
a) Januária a Montes Claros 2.000.000,00
b) Brumado a Lapa 3.000.000,00
c) Ipirá a Xique-Xique 3.000.000,00
d) Paulo Afonso a Glória e Petrolândia 1.000.000,00
e) Remanso a São Raimundo Nonato . 1.000.000,00

9 - Construção de linhas telegráficas de Extrema a São Romão e São Francisco, Lapa a Riacho de Santana e Guanambi, Caetité a Condeúba, Tremedal a Conquista, Itatinga a Itabuna, Mor-Pará a Brotas, Jardinópolis a Oliveira dos Brejinhos, Xique-Xique a Santo Inácio e Irecê, Jeremoaboa Glória e Petrolândia e instalação da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, em Juazeiro, Cotegipe e Jupaguá, Carinhanha e Cocos 3.000.000,00

10 - Hospitais Regionais de Pirapora, Januária, Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória, Pão de Açúcar, Propriá e Petrolina 7.000.000,00

11 - Profilaxia da malária 6.000.000,00

Parágrafo único - Estas verbas serão requisitadas e aplicadas pelos Ministérios cujos Departamentos realizem serviços no Vale do São Francisco, até que seja criado o órgão responsável pela integral execução do Art. 29 do Ato Constitucional das Disposições Transitórias, ficando esta discriminação com programas de trabalho para 1947.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1947, 126º da Independência e 59º da República.
Eurico G. Dutra
Clovis Pestana Corrêa e Castro
Daniel de Carvalho
Clemente Mariani"

(Transcrita do Diário Oficial de 21 de fevereiro de 1947.)

Batalha no Congresso: criação da Comissão do Vale

Vencida a primeira fase de batalha, urgia encetar a segunda, indiscutivelmente a mais importante para a consolidação da unidade de promoção do desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Dando seqüência à Lei 23, impunha-se, para sua vitalização, o encaminhamento do Projeto 262, também apresentado no dia 17 de dezembro de 1946, no qual eu propunha a criação da Comissão do Vale do São Francisco, órgão encarregado de "traçar e executar o Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco e de seus Afluentes", e dotado de mais flexibilidade e liberdade para o engajamento de suas ações.

Eis o Projeto 262, na íntegra:

"CÂMARA DOS DEPUTADOS
Projeto nº 262-1946-47
(convocação)
(Em 17 de dezembro de 1947)

Cria a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências. (Da Comissão do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Vale do São Francisco, dirigida por uma diretoria de três membros, brasileiros natos,

nomeados pelo Presidente da República, e a ele diretamente subordinada.
a) O Presidente da República designará no ato da nomeação o Presidente da Comissão e fixará o mandato de seus membros nas seguintes condições:
- um diretor terá mandato de dois anos;
- um de quatro;
- um de seis.
b) No caso de vaga de qualquer dos diretores, o seu substituto completará o mandato de modo que a renovação dos membros da diretoria jamais se realize de uma só vez.
c) Completado o período administrativo da primeira designação, os mandatos passarão a ser de seis anos para todos os membros da diretoria.
d) Considera-se "quorum" suficiente para as deliberações da diretoria a presença de pelo menos dois membros.
e) Cada um dos diretores receberá como salário a quantia de Cr$ 15.000,00 mensais e não poderá exercer nenhuma outra função pública ou particular, dedicando-se inteiramente aos deveres do seu cargo.
f) Não poderá ainda o diretor participar de interesse financeiro de qualquer companhia ou empresa, correlata com os objetivos da Comissão.
g) Todos os membros da diretoria devem ser pessoas que professem absoluta confiança na exeqüibilidade do programa e nos propósitos deste decreto.

Art. 2º - Incumbe à Comissão do Vale do São Francisco:
a) organizar e submeter à aprovação do Congresso Nacional o plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco, visando a regularização do seu curso, distribuição melhor de suas águas, utilização do seu potencial hidroelétrico, fomento da indústria e da agricultura pela irrigação, modernização dos seus transportes, desenvolvimento da imigração e colonização, amparo à saúde e educação, bem como exploração de sua riqueza mineral, em benefício da população existente e dos brasileiros que para ali possam ser encaminhados;
b) executar o referido plano, depois de aprovado pelo Congresso Nacional, cabendo-lhe então a distribuição dos créditos e verbas por este votados, e passando a seu cargo os serviços a essa data existentes.
Parágrafo único - Enquanto não for aprovado pelo Congresso Nacional o Plano a que se refere o item "a" deste Artigo, a Comissão propor-lhe-á os programas anuais de trabalho que serão executados através dos órgos administrativos federais, por intermédio dos respectivos Ministérios, salvo as obras já definitivamente projetadas e aprovadas.

Art. 3º - A execução do plano de aproveitamento do São Francisco será realizada pela Comissão, diretamente ou por intermédio de autarquias e companhias cuja organização autorizar, ficando entendido que, mesmo nesse caso, permanecerão estas sob sua fiscalização e controle, inclusive as organizações já existentes.

Art. 4º - A Comissão poderá admitir os funcionários e contratar os técnicos necessários à organização e execução dos serviços que lhe incumbam, fixando-lhes os respectivos vencimentos e regulando as relações decorrentes desses atos pelos dispositivos da legislação sobre o trabalho.

Art. 5º - A Comissão do Vale do São Francisco terá personalidade jurídica, podendo, portanto, praticar todos os atos civis e jurídicos necessários ao bom desempenho de sua função.

Art. 6º - A Comissão do Vale do São Francisco poderá adquirir bens, propor ao Governo a desapropriação de terras e exercer o direito de domínio da bacia do São Francisco, de acordo com o plano de obras.

Art. 7º - A Comissão terá poderes para requisitar funcionários federais necessários aos serviços para execução do plano.

Art. 8º - A Comissão do Vale do São Francisco terá ainda o encargo de reajustar e encaminhar para novos domicílios as populações que forem deslocadas por efeito das construções, barragens, aquisições de áreas de proteção, estradas ou outros motivos decorrentes do plano geral a executar.

Art. 9º - A Comissão poderá colaborar com as associações rurais existentes ou que se venham a criar para mais rápida introdução de técnica na agricultura e na pecuária.

Art. 10 - Para efetivação do plano da Comissão do Vale do São Francisco, o Governo fará à mesma as concessões de exploração das quedas d'água situadas no rio principal e afluentes, na forma determinada pelo Código de Minas e Águas.

Art. 11 - A Comissão do Vale do São Francisco manterá escrituração detalhada de todas as suas operações e terá sua sede na Capital Federal.

Art. 12 - Como recursos necessários à realização do seu plano, a Comissão do Vale do São Francisco poderá, com prévia autorização do Congresso, emitir obrigações garantidas pelas obras realizadas, terras beneficiadas, pelos recursos previstos na Constituição ou por outros créditos que lhe forem atribuídos.
Parágrafo único - O serviço destas emissões não poderá exceder das verbas anualmente distribuídas no orçamento por força do dispositivo constitucional ou por motivo de créditos que sejam outorgados pelo Congresso.

Art. 13 - A Comissão do Vale do São Francisco fará anualmente a sua prestação de contas ao Congresso Nacional, por intermédio do Tribunal de Contas.
Parágrafo único - Como órgão permanente de fiscalização das atividades da Comissão do Vale do São Francisco, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados designará três dos seus membros, aos quais incumbe velar pela fiel execução desta lei.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões - Manoel Novaes, Relator Geral - Theódulo Albuquerque - Eunápio Queiroz - Leandro Maciel - Gregório Bezerra (com restrições) - Freitas Cavalcanti."

(Transcrito do Diário do Congresso Nacional de 4 de janeiro de 1947.)

Para evitar embaraços à sua operacionalidade e livrá-la de intervenções intempestivas e por vezes errôneas dos Ministérios na escolha de prioridades à distância, optamos pela subordinação da CVSF diretamente ao Presidente da República.

Órgão eclético, inspirado na organização da T.V.A. (Tennessee Valley Authority) e no qual se combina o que há de mais funcional e mais prático de autarquia e departamento governamental, foi estruturado para atuar desembaraçadamente e preparar o Plano Geral para o desenvolvimento de uma região, visivelmente desassistida pelos Governos Federais, por descaso, e pelos Estaduais, por sua pobreza orçamentária.

Efetivamente, o que ainda agora se podia ver no São Francisco eram as marcas indeléveis do período colonial, com a fundação dos currais, povoamento das sesmarias e a exploração do ouro.

Porque, em verdade, o 1º e 2º Impérios e a República, até 1946, só assinalaram suas presenças no Vale por estudos e obras inexpressivas, à exceção das iniciativas concretas de Delmiro Gouveia e Apolônio Salles.

O São Francisco, pela sua proximidade do litoral, facilidade de mercados, pelo reconhecimento de suas riquezas potenciais e pela qualidade de

seus solos, ostentava condições propícias a um surto - a bem dizer, pioneiro - de desenvolvimento econômico. Terra, recorde-se, onde "em se plantando tudo dá".

No Art. 2º do Projeto 262, deixei explícita e definida rigidamente a competência da Comissão, de forma a habilitá-la a equacionar e resolver os problemas palpitantes e de soluções inadiáveis do Vale, isto é, a "regularização do curso de seus rios, melhor distribuição de suas águas, utilização de seu potencial hidroelétrico, fomento da indústria e da agricultura, irrigação, modernização de seus transportes, incremento da imigração e colonização, assistência às famílias, amparo à educação e saúde, exploração de suas riquezas naturais em benefício da população existente e dos brasileiros que para ali possam ser encaminhados" - em linhas gerais os principais problemas do São Francisco.

Por onde se vê que buscávamos o caminho de um desenvolvimento global e equilibrado do Vale, que por certo o levaria à sua emancipação sócio-econômica. Eis o discurso em defesa do Projeto 669, originalmente 262, da Câmara dos Deputados:

"DISCURSO DO DEPUTADO SR. MANOEL NOVAES
Proferido na Sessão do dia 26 de setembro
de 1947

O Sr. Manoel Novaes - (Para encaminhar a votação) - Sr. Presidente, está em curso a discussão do Projeto 669 de 1947, criando a Comissão do Vale do São Francisco.

Tenho acompanhado com íntimo encantamento os discursos aqui proferidos pelos colegas da zona sanfranciscana, cada qual mais preocupado em salientar os problemas regionais, pintando-os em largas pinceladas, sem, todavia, desfigurar-lhes o sentido nacional, uma vez que o São Francisco, com sua bacia de 610 mil quilômetros quadrados, constitui o vínculo natural entre cinco Estados da Federação, ou sejam os de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e mais do que isso, eterno traço de união entre o Norte e o Sul do Brasil.

Desde os maciços montanhosos de Minas Gerais, donde suas águas descem buscando o Planalto Central, atravessando-o e atingindo as terras baixas do litoral logo após a Paulo Afonso, o São Francisco nos apresenta um conjunto de situações bem diversas das demais regiões brasileiras e dotadas de particularidades próprias.

Os Deputados que me precederam nesta tribuna examinaram vários problemas do São Francisco, desde o aproveitamento de

seu potencial hidroelétrico, à irrigação e navegação, cada qual, porém, olhando-os sobre o prisma do interesse dos Estados, que tão brilhantemente representam nesta Casa.

Além dos problemas já abordados, Senhor Presidente, existem outros até aqui não ventilados, como sejam o despovoamento do solo, o das comunicações, o das secas na bacia e suas correlações com o Nordeste Brasileiro, o da colonização, etc.

O Deputado Rui Santos, em vigorosa exposição sobre os problemas educacional e sanitário do São Francisco, demonstrou à Casa, com estatísticas claras e precisas, a situação alarmante em que se encontra o povo daquela região. Efetivamente o analfabetismo e as endemias têm contribuído poderosamente para reduzir a capacidade produtora da gente ribeirinha.

Não resta dúvida que a situação educacional e sanitária, carinhosamente cuidada neste momento pelo Ministro Clemente Mariani, e amplamente debatida pelo Deputado Rui Santos, é um dos pontos mais vulneráveis do homem do São Francisco; falou-se, também, no secamento do Rio, fenômeno realmente grave e comprometedor da navegabilidade do Rio e das possibilidades de irrigação marginal; mas tão grave quanto estes é o problema do despovoamento da bacia abandonada pelos seus homens mais válidos.

Estamos habituados a ouvir, nesta Casa e fora dela, sociólogos e técnicos autorizados apontarem os motivos pelos quais as populações sertanejas do São Francisco têm deixado a região. Habitualmente se o atribui ao poder de atração, ou melhor, ao centripetismo exercido sobre as massas trabalhadoras pelos grandes centros industriais do Sul do Brasil, isto é, salário alto de São Paulo e do Sul de Minas.

Devemos, porém, considerar a questão sob aspecto completamente diferente. Raro é o homem da bacia sanfranciscana ou do Nordeste Brasileiro que abandona sua propriedade ou seu lar visando lucros fáceis ou, melhor, maiores salários nos grandes centros industriais de São Paulo.

De regra, a causa imigratória é a pressão da força centrífuga exercida sobre ele pela falta de assistência financeira, pela falta de instrumentos de trabalho, meios para exploração remunerativa da terra.

Tanto isso é verdade que as populações do Nordeste Brasileiro normalmente se destinam à lavoura do Sul. Só depois de falidas

as esperanças de encontrar trabalho na lavoura, é que elas se dedicam aos misteres industriais.

Esse, um dos aspectos mais delicados a encarar na bacia sanfranciscana.

Outro problema importante do Vale e de grande relevância para o País é o das comunicações. O São Francisco, por si só, é o pivô de todas as comunicações interiores entre o Norte e o Sul do País. Todos os sistemas de viação já planejados no Brasil, quer rodoviários, quer ferroviários, rumo ao Norte, se articulam com sua providencial água-via.

O plano ferroviário tem três grandes eixos em direção ao norte: o tronco meridional nº 1, que se estende pela costa e cruza o Rio em Propriá; o de nº 2, paralelo ao São Francisco até a altura de Juazeiro e onde o atravessa; e o de nº 3, que, prosseguindo o ramal de Pirapora, corta-o aí e vai ter a Belém do Pará.

O sistema rodoviário nacional, em suas conexões com o Norte, está por igual entrosado ao São Francisco.

Mais singular, ainda, se nos afigura o papel que o São Francisco, pelas suas condições geográficas, desempenha no sistema brasileiro de comunicações.

Contraverte em Minas Gerais com as águas do Rio Grande, tributário do Paraná. Existe um estudo feito para a construção de um canal ligando suas nascentes ao Rio Grande, o que o poria em comunicação direta com a bacia do Prata.

Nas divisas da Bahia com o Piauí e Goiás registra-se um fato curioso. No alto da Serra do Jalapão existe a chamada Lagoa do Veredão. Aí contravertem os Rios Parnaíba, São Francisco e Tocantins.

Bem vêem, pois, os Srs. Deputados, a importância futura do São Francisco na ligação das grandes redes fluviais brasileiras e na unificação das grandes bacias hidrográficas do Prata, Parnaíba e Amazonas.

O Sr. Rui Santos - Há um trabalho de autoria do Engenheiro Simas Pereira, designado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para fazer o levantamento de coordenadas. Nesse tra-

balho ele defende a tese de que a Bacia do Amazonas e a do São Francisco se tocam no período da cheia, de maneira que todo Nordeste passa a constituir uma verdadeira ilha.

O Sr. Luiz Viana - E se projeta construir um canal que faça a ligação com a Bacia do Tocantins.

O Sr. Manoel Novaes - Sem dúvida exeqüível, dada a circunstância de ambos possuírem afluentes nascendo na Lagoa do Veredão.

As secas são outro problema sanfranciscano e nordestino que merece ser encarado com a maior segurança. Sabemos todos que sua atual área legal, ou seja, o Polígono das Secas, mede aproximadamente 850 mil quilômetros quadrados de bacia, dos quais 299 mil são situados na Bacia do São Francisco.

O Sr. Luiz Viana - É considerada a terceira bacia dentro da América do Sul.

O Sr. Manoel Novaes - Problema muito interessante, sobre o qual os nobres Deputados, especialmente dos Estados sanfranciscanos e do Nordeste, precisam pensar, solidários que são todos nas provações e nos destruidores efeitos da calamidade, outrora periódica, mas quase constante em nossos dias.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas tem feito alguns estudos e experimentações à margem do São Francisco, sobretudo nas fronteiras de Pernambuco e Bahia. Realizou o levantamento batimétrico do Rio entre Jatobá e Juazeiro e o levantamento fotogramétrico da área de Paulo Afonso. Estabeleceu naquela seção do Rio alguns campos de irrigação com excelentes resultados. Mas a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas na Bacia do São Francisco não se pode limitar a estas medidas. Faz-se mister que estude as bacias secundárias de todos os afluentes secos do Rio São Francisco. Já tive oportunidade de conversar sobre o assunto com o Dr. Vinícius Berredo, competente Diretor do DNOCS, e mostrar-lhe a conveniência de - num trabalho de cooperação entre a Comissão do São Francisco e seu Departamento - dividirmos as atribuições e encargos desses órgãos no setor do São Francisco.

Todos sabemos que este rio possui afluentes perenes e secos. Na margem esquerda, em suas seções alta e média, é o Icatu seu último afluente perene, e, na direita, o Verde Grande, nas divisas da Bahia com Minas Gerais.

O Sr. Luiz Viana - Milner Roberts constatou que, durante as secas de 1877, até mil quilômetros da foz do São Francisco não havia afluente que tivesse água na embocadura.

O Sr. Manoel Novaes - Mas a opinião de Milner Roberts não se enquadra na regra geral. Todos sabemos que, a partir do Rio Icatu até o Ipanema, em Alagoas, e do Verde Grande ao Propriá, em Sergipe, os afluentes do Rio São Francisco podem ser considerados torrenciais.

Do Ipanema e do Propriá por diante até a foz do São Francisco, a não ser em crises climatéricas como a de 1877, comumente todos os afluentes são perenes, pois se beneficiam do regime pluviométrico da faixa úmida do litoral.

O Sr. Luiz Viana - Estou trazendo argumento que se refere a um ano excessivamente seco.

O Sr. Manoel Novaes - Na margem direita, a partir do Rio Verde Grande, vamos encontrar em território baiano numerosos afluentes da maior importância econômica para o nosso Estado, como sejam o Santo Onofre, o Paramirim, o Verde Pequeno, o Salitre, o Curaçá, o Macururé e, na margem esquerda, do Icatu para baixo, deparamos os grandes afluentes pernambucanos Pajeú, Moxotó e Riacho das Brígidas servindo a áreas aproveitáveis à irrigação.

Impõe-se que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, colaborando com a Comissão do Vale do São Francisco, se encarregue do estudo prévio de todos os afluentes torrenciais, quer da margem direita, quer da esquerda, uma vez que todos estão localizados no perímetro do polígono.

É esta uma ajuda da magna valia, porque reforçará os recursos de que o São Francisco dispõe para execução do seu plano. Tratando-se de problemas nacionais distintos, mas indiferenciáveis em certas áreas cujas soluções compete ao Governo Federal, justa nos parece esta sugestão. Seria um ato desumano concentrarmos nossos esforços e cuidarmos apenas daquelas seções do rio que oferecem condições mais propícias a um franco desenvolvimento econômico, desprezando imensa população que sofre os efeitos das secas, essa desgraça que pesa sobre parte do São Francisco e todo Nordeste Brasileiro.

Destarte, a Comissão do Vale do São Francisco arcaria com a responsabilidade dos problemas ao longo do rio principal e das áreas

banhadas pelos afluentes perenes, enquanto o Departamento de Obras Contra as Secas ficaria com as obras necessárias aos afluentes secos.

Ao Departamento de Obras Contra as Secas incumbiria o levantamento completo das bacias dos rios torrenciais, afluentes do São Francisco, e neles construiria as barragens que seu povo reclama, dando-lhe a mesma assistência auferida pelas demais populações nordestinas.

O Sr. Luiz Viana - São do Polígono das Secas.

O Sr. Manoel Novaes - Porque são do Polígono das Secas. O Departamento de Obras Contra as Secas, portanto, não se pode isentar desta obrigação, já que até o presente não construiu uma só barragem nos afluentes torrenciais do São Francisco, quer no setor baiano, quer no pernambucano. Em nenhum dos rios, chamem-se Moxotó, Pajeú, Riacho das Brígidas, na margem esquerda, Macururé, Curaçá, Salitre, Santo Onofre, Verde Pequeno ou Paramirim, na direita, existe uma barragem levantada pelo Departamento de Obras Contra as Secas, quando muitas e magníficas construiu nas demais áreas do Polígono. Não é, portanto, só um dever elementar de cooperação do DNOCS, na solução dos problemas do São Francisco, mas imperativo de ordem nacional.

Sr. Presidente, discutiu-se aqui o problema da regularização do Rio. É outro assunto fundamental, ligado à navegação e à própria irrigação marginal.

A regularização do Rio tem sido enfrentada, na medida de seus orçamentos, pelo Departamento de Portos, Rios e Canais, possuindo várias obras executadas e algumas delas erradamente, conforme acentuou em seu discurso o Deputado Luiz Viana, citando o caso dos espigões de Curralinho e Sobradinho.

Divirjo de S.Exa. quanto às conseqüências dos erros de Sobradinho, que, em vez de serem considerados elementos de desânimo e desestímulo para o prosseguimento nos trabalhos de regularização dos rios, ou fator de retardamento na execução de serviços indispensáveis à melhoria de suas condições de navegabilidade, muito ao contrário, devem servir de encorajamento para novas e mais arrojadas iniciativas. A prova é que o fracassso dos espigões resultou em estudo sério do problema da corredeira, on-

de hoje se constrói uma barragem que afastará definitivamente os perigos com que ela ameaça constantemente a navegação fluvial.

Infelizmente, nós, no Brasil, estamos sujeitos a essas coisas pela escassez de técnicos e de recursos.

Sabemos, porém, que uma experiência malograda em terras norte-americanas, terras de grandes recursos financeiros, jamais entibia o ânimo do administrador. Só no Brasil podemos argumentar com tais fatos.

Temos ciência de que nos Estados Unidos, para aperfeiçoar a técnica de barragem, chegou-se ao extremo de construir uma, gastando-se fortunas, para observar onde a mesma se quebraria. Mas, Senhor Presidente, não podemos esperar corrigir a navegabilidade do Rio apenas com operações de dragagem e remoção dos obstáculos, nem a regularização dos canais de navegação através de obras fixas no leito comum que, como no caso de Sobradinho, interceptarão o rio. Temos de recorrer aos reservatórios de compensação, os quais a Bahia possui, como tipo padrão, a construir, o de Boqueirão. O Rio Grande contribui com mais de 10% para a vazão do São Francisco. O Boqueirão, nessas condições excepcionais, facilita não só a construção de uma grande barragem destinada à regularização da descarga do Rio, mas, sobretudo, ao aproveitamento das suas águas na irrigação e à instalação de uma grande central elétrica no Médio São Francisco.

O Sr. Rui Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O Sr. Manoel Novaes - Com muito prazer.

O Sr. Rui Santos - Quando se falava na Barragem do Boqueirão, acreditava-se que tudo isso era fruto do otimismo do Sr. Geraldo Rocha. Depois, entretanto, que sobrevoei o Boqueiraõ e vi como a serra dá a impressão de que foram as águas do rio Grande que fizeram aquela fenda, a fim de descerem para o São Francisco, e que vi ainda as terras planas facilmente alagáveis e irrigáveis, fiquei convencido de que essa é uma das grandes obras a serem realizadas no São Francisco.

O Sr. Manoel Novaes - A mesma impressão que V.Exa., tive eu sobrevoando também o Boqueiraõ e por alí passando de vapor há alguns anos. Pensei, igualmente, que ali a natureza havia preparado a seara para a salvação das populações do Rio Grande e, porque não dizê-lo, do Médio São Francisco.

Vêem os Srs. Deputados quanto se entrosam todas essas coisas e quanto são complexos os problemas da região sanfranciscana.

E o São Francisco é. realmente, um mundo de coisas a resolver.

A construção da Barragem de Boqueirão constitui um velho sonho de Geraldo Rocha, este intrépido paladino da ressurreição do São Francisco. Ali poder-se-á formar um imenso lago, variável no seu volume, dependendo da altura a que a engenharia queira elevar o seu paredão. Pelos cálculos feitos, uma barragem com 50 metros de pé direito dará um reservatório de acumulação de cerca de 10 bilhões de metros cúbicos, podendo-se aumentar sua cubagem caso se faça necessário.

O grande papel que, a meu ver, vai desempenhar o Boqueirão no Médio S. Francisco é possibilitar a instalação de uma grande central elétrica naquele ponto.

Sabemos - não sou técnico mas gosto de me louvar na sua opinião - que conduzir energia elétrica a mais de 300 quilômetros é anti-econômico, porque a perda de corrente que sofre tal energia nos longos percursos faz com que chegue ao ponto terminal em condições precárias, o que determina seu encarecimento.

Vejamos a situação do Médio São Francisco: estende-se ele de Pirapora à Cachoeira de Paulo Afonso, num trajeto de cerca de 1.800 quilômetros. Seria desaconselhável estender os cabos de força da Paulo Afonso até Pirapora, como também não convirá, Senhores Deputados, levar as linhas de transmissão da Cachoeira do Funil até Juazeiro. Precisamos, pois, de uma usina intermediária, e o local perfeitamente indicado é o Boqueirão, onde poderemos instalar uma central elétrica em 70 ou 80 mil cavalos de força, enquadrando suas terminais procedentes da Cachoeira do Funil ou de Paulo Afonso, estabelecendo-se uma verdadeira rede de energia que nutrirá a economia do povo sanfranciscano.

O problema do Boqueirão, Senhor Presidente, é deveras sedutor. Como disse atrás, o Rio Grande assegura pouco mais de 10% de descarga total do São Francisco. Sua influência sobre o regime do Rio se exerce apenas da altura da cidade de Barra para baixo.

Temos, porém, da Barra a montante, uma extensão de 800 quilômetros navegáveis até Pirapora.

Daí a necessidade de realizarmos obra idêntica ao Boqueirão nos vales dos caudalosos afluentes mineiros, como sejam o Pará, o

Paraopeba, o Rio das Velhas, o Urucuia, o Paracatu, etc., obras estas já constantes do projeto do Sr. Geraldo Rocha e de valor inestimável para todo o São Francisco.

O Sr. José Alkmim - Permita-me V.Exa. um aparte. Tais obras foram estudadas - se não me falha a memória - para os Rios das Velhas e Paracatu. Há estudo mais completo em relação ao Rio das Velhas. O problema durante o período da República tem sido descurado pelo Governo em detrimento da economia, não só de Minas, como também da Bahia - que, como V.Exa. sabe, é beneficiada pelas obras dos afluentes do São Francisco médio.

O Sr. Manoel Novaes - Agradeço a preciosa contribuição que V.Exa. vem trazer a este discurso sobre o São Francisco e que me faz recordar fato passado entre nós, quando eu, Relator Geral da Comissão Parlamentar do São Francisco, fui incumbido pela mesma Comissão de redigir o relatório geral das nossas atividades do ano de 1946. V.Exa. trouxe-me então uma súmula dos problemas mineiros da bacia sanfranciscana e na qual acentuava exatamente isto, a necessidade de imediata construção das barragens do Pará, Paraopeba e Rio das Velhas, estudadas - se não me falha a memória - pelo engenheiro Lucas Lopes, notável animador das coisas do São Francisco. A súmula em apreço nos dava a medida exata da importância dessas barragens ao demonstrar, com algarismos, que as descargas nos Rios das Velhas, Paraopeba e Pará, sofreriam modificações tais que acarretariam, no período de maior estiagem, elevação da lâmina líquida do São Francisco, em Pirapora, em cerca de 70 centímetros.

Só os que conhecem bem a região, e como eu tenham viajado de Pirapora a Juazeiro, podem avaliar a influência deste fato na navegabilidade do rio e na solução do problema dos transportes sanfranciscanos.

Acontece que, durante as grandes estiagens, as descargas do São Francisco sofrem decréscimo formidável, bastando dizer que têm atingido a 800m³ por segundo, quando nas grandes cheias já alcançaram 11.000 metros cúbicos por segundo.

E V.Exa., Sr. Deputado José Alkmim, mineiro e do bom, sabe que a navegação do São Francisco é o único escoadouro da produção regional e, no entanto, nas severas estiagens, freqüentemente a navegação se interrompe em Januária por deficiência de calado do Rio entre Januária e Pirapora.

V.Exa. mesmo advogou perante a Comissão Parlamentar do São Francisco a inclusão, na Lei 23, da verba para a construção da Rodovia Montes Claros a Maria da Cruz, em Januária, buscando sanar este mal e garantir o transporte de nossas mercadorias através da E.F.C.B. em Montes Claros, sempre que impedida a navegação acima de Januária.

Ora, as barragens-reservatórios do Pará, Paraopeba e Rio das Velhas resolveriam definitivamente este entrave ao sistema de viação do São Francisco, visto como mais 70 centímetros d'água seriam mais que suficientes para assegurar a navegação permanente entre Januária e Pirapora, em qualquer tempo, o que vale dizer entre Pirapora e Juazeiro.

E não reside aí, apenas, a importância destes reservatórios de compensação.

Dizíamos ainda que, a par da regularização do Rio São Francisco, teriam a nobre e alta função de propiciar a instalação de grandes usinas de força, a começar pelo Fecho do Funil, com que Minas Gerais poderia atender às necessidades de energia do polígono siderúrgico do Estado.

As Barragens do Paracatu e Urucuia, talvez pelas condições topográficas de região, plana e baixa, não permitem a instalação de grandes usinas de força, mas proporcionarão, não só uma contribuição maior para a regularização do curso do Rio São Francisco, assim como garantirão consideráveis reservatórios, para solucionar o problema de irrigação daqueles vales.

Vêem V.Exas., portanto, que cada região, seja mineira ou baiana, pernambucana ou do Baixo São Francisco, tem seus problemas próprios, todos, porém, problemas sanfranciscanos. E precisamos entrosá-los uns aos outros, a fim de que na hora da execução do plano de aproveitamento da bacia se não cometam injustiças.

Em relação a Pernambuco, por exemplo, teríamos de enfrentar o problema da navegação entre Juazeiro e Petrolândia, o qual já foi estudado e visa satisfazer às exigências da bacia nesta seção do Rio, bacia de considerável extensão, pois, Estado com 99.000 quilômetros quadrados de superfície, possui 70.000 de área sanfranciscana. Pois bem, entre Juazeiro e Jatobá, há estudos encaminhados para a construção de barragens de tipo um tanto diferente de reservatório de compensação, porque se destinariam mais a corrigir o desnível do Rio. E há, também, a esse propósito, um trabalho do Sr. Maurício Joppert que projetou uma série de barragens escalonadas entre Boa Vista e Petrolândia, cuja realização ensejaria uma navegação constante e ininterrupta desde Pirapora às catadupas de Paulo Afonso.

Os nobres colegas que se dedicam ao estudo dos problemas brasileiros perceberão logo o valor que esta ligação representa para um país como o nosso, desprovido de comunicações.

Não entendo - já o dizia na Constituinte defendendo o Artigo 29 das Disposições Transitórias - não entendo, repito, como um país tão pobre de comunicações como o Brasil, se dê ao luxo de abandonar a navegação do São Francisco, quando sabemos que a ligação ferroviária Norte-Sul - aspiração secular do Norte e do Centro do País - se vem arrastando há mais de 100 anos e só agora prestes a concretizar-se.

Ora, Sr. Presidente, não ignoramos quanto custa à Nação a construção de um quilômetro de estrada de ferro, hoje orçado em nunca menos de Cr$ 600.000,00. Como, pois, justificamos o abandono de 1.800 quilômetros de navegação fluvial, se ainda hoje é o São Francisco a única via que comunica o Norte ao Sul do Brasil pelo interior?

Além do mais, o transporte fluvial é, precisamente, o mais barato de quantos têm lançado mão os povos civilizados. Na Europa temos o Reno, o Garone, o Sena, o Danúbio, o Volga e uma série de outros rios utilizados pela navegação. O povo norte-americano aproveitou o Mississipi; o argentino nos dá exemplo admirável explorando o Rio da Prata, com o qual despende anualmente, de seus orçamentos, cerca de 21 milhões de cruzeiros, em nossa moeda, só para manter sua barra livre.

Somente um povo de imprevidência criminosa poderia consentir que descurássemos da navegação do São Francisco.

Voltando ao setor de Pernambuco, vale mencionar que as barragens projetadas pelo Professor Maurício Joppert solucionariam também o problema das margens do São Francisco no grande estado nordestino, banhado por ele numa extensão de pouco mais de 400 quilômetros em uma das zonas mais afetadas pelas secas. O aproveitamento do rio com essas barragens, combinado ao aproveitamento dos próprios afluentes, através de barragens ao longo do Pajeú, Moxotó e Brígidas, construídas pelo Departamento de Obras Contra as Secas, forneceriam elementos econômicos e meios de subsistência a uma imensa população que

orça em mais de um milhão de habitantes. Evitaríamos, assim, que toda essa gente abandonasse seus haveres emigrando para o sul, deixando nas estradas, como muitas vezes assisti, os cadáveres de seus próprios filhos, vítimas da fome, e agravando a já grave dificuldade do braço obreiro em nossos sertões.

Meus ilustres colegas de Comissão, deputados Luiz Garcia e Medeiros Neto, trouxeram até nós, neste debate, a palavra de confiança na recuperação do Vale, as queixas do Baixo São Francisco, que aguardam a solução de seus problemas. Alagoas e Sergipe reclamam a melhoria da navegação entre Piranhas e Penedo, pontilhada dos mesmos percalços da do Médio São Francisco, sujeita a modificações de correntes, deslocamentos de bancos de areia etc., e quase que inteiramente esquecida de que decorre a precariedade de sua navegação.

A desobstrução da barra do São Francisco é outra impositiva necessidade do Baixo São Francisco e de que virá depender, futuramente, o escoamento da produção daquela área para os mercados consumidores e o restabelecimento do tráfego entre Penedo e os demais pontos marítimos do País. Além dessas preocupações, há ainda a irrigação das margens. Sabemos que as margens de Alagoas e Sergipe são baixas, repletas de lagoas que enchem e esvaziam de acordo com a enchente e a vazante do rio que ali deposita seu humus, graças ao qual a população marginal planta o arroz, fazendo a prosperidade da lavoura daquela região.

As lagoas vivem mal cuidadas e necessitando de providências efetivas para seu aproveitamento racional. E, acima de todos estes problemas, ergue-se Paulo Afonso, que o povo do Nordeste, em coro uníssono, proclama uma questão de vida ou morte para todos!

Sr. Presidente, quanto mais se falar sobre o São Francisco, mais se encontra o que dizer. São problemas intrincados de energia, de navegação, de navegabilidade e uma série de outros, inclusive o de colonização, que os nobres colegas que me antecederam na tribuna deixaram de mencionar.

A primeira fase da colonização do São Francisco terá de ser feita com homens ribeirinhos, dando-se-lhes os meios de sobrevivência econômica, para que não abandonem as margens do rio. O segundo passo será a fixação das levas de emigrantes que todos os anos, às dezenas de milhares, conforme acentuou o Sr. Agenor Miranda, sobem o rio, vão a Pirapora, ou acompanham as estradas de acesso a Montes Claros, quer via Conquista quer Caetité, para atravancar com sua miséria, nudez e fome, as estações ferroviárias daquelas prósperas cidades mineiras.

O Sr. José Alkmim - Oferecendo esse espetáculo doloroso que vemos no percurso da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre Pirapora e Belo Horizonte. É freqüente a mortandade entre os passageiros, comidos pela miséria do Médio e Baixo São Francisco, à procura de São Paulo, criando casos, como seja, por exemplo, o da propagação da malária a lugares onde da mesma nunca se tivera notícia.

O Sr. Manoel Novaes - O depoimento de V.Exa. é valioso, porque oriundo de um homem que sente estes problemas e vive naquela região.

O Sr. José Alkmim - Estou vindo de lá hoje e sinto de perto que tudo quanto V.Exa. afirma corresponde à impressão real que se colhe na região ribeirinha do São Francisco mineiro.

O Sr. Manoel Novaes - Efetivada a retenção do braço sanfranciscano e a utilização desses excedentes da população, assolados pelas secas através de uma política de ampla assistência econômica, então nós iremos buscar a colaboração do elemento alienígena, que poderá constituir um reforço considerável ao desenvolvimento agroindustrial da região.

O Sr. José Alkmim - Mas que, nas condições atuais, não pode ser levado para lá.

O Sr. Manoel Novaes - Perfeitamente. É preciso primeiro condições de alimentação.

Nós já o previmos, e o nobre colega Senhor José Alkmim é testemunho disso. A própria Comissão Parlamentar do São Francisco, quando se viu na contingência de não poder traçar um plano dentro de características técnicas conforme pleiteia o Art. 29, resolveu propor o que é hoje o projeto em debate. E não paramos aí, a fim de que a população ribeirinha não levasse mais três ou quatro anos na expectativa de que o Governo organizasse um plano geral, para então se iniciar a aplicação da cota constitucional na bacia do São Francisco. Antecipando a aprovação do Projeto 262, deliberamos combater a malária, instalar hospitais, construir estradas e linhas telegráficas etc.

Quanto à construção de hospitais, há um fato digno de nota. A região conta com 82 municípios brasileiros. Entre Pirapora e Penedo, abrangendo toda a bacia bahiana, parte da mineira, toda a bacia pernambucana, alagoana e sergipana, existem uns 60 municípios. Devo declarar a esta Casa que estes 60 municípios, todos somados, não possuem, para alguns milhões de habitantes, sequer cem leitos hospitalares disponíveis, conforme teve oportunidade de demonstrar o nosso ilustre colega Sr. Rui Santos, em sua oração brilhantíssima, baseado em dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística.

O Sr. Rui Santos - Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. José Alkmim - O nobre Deputado Sr. Rui Santos só o pode fazer porque também conhece e freqüenta a região.

O Sr. Manoel Novaes - Foram essas razões que nos convenceram a fazer distribuição das verbas constantes da Lei 23, que alguns negam, dizendo nada existir encaminhado no São Francisco, nem sequer um plano parcial de obras. Exige a verdade. Digamos e tenhamos a coragem de afirmar que boa parte destas iniciativas devemos à Constituinte que perfilhou o Artigo 29 das Disposições Constitucionais Transitórias. Há, porém, um incentivador da obra recuperadora do São Francisco, cujo nome não tem sido projetado convenientemente. Este infatigável colaborador - sou suspeito para proclamá-lo - é o General Eurico Gaspar Dutra (muito bem), o honrado Presidente da República que se tem convertido em verdadeiro nume tutelar do povo sanfranciscano.

O Sr. José Alkmim - Não nos devemos esquecer de que V.Exa., cuja modéstia não desejo ferir ao prestar meu depoimento, foi, desde a Constituinte de 1934, um planejador pela causa do São Francisco e, na Constituinte de 1946, foi a iniciativa de V.Exa. e de mais alguns ilustres colegas que proporcionou à Câmara o trabalho a que V.Exa. vem de se referir.

O Sr. Manoel Novaes - Muito agradeço o testemunho de V.Exa.

Senhores Deputados, alongo-me demais nas considerações sobre os problemas do São Francisco, esquecido de que o tempo é contra mim e tenho necessidade de pronunciar mais algumas palavras sobre os projetos em trânsito nesta Casa.

Antes de proferir minhas primeiras palavras sobre o exame superficial desse projeto, desejo anunciar: pior que o secamento do rio, resultante da assustadora diminuição das chuvas na bacia, de que se falou nesta Casa, pior do que os processos acelerados no despovoamento dos nossos sertões é a morte das ilusões e esperanças do povo sanfranciscano, ansioso pela realização desta obra redentora.

Temos um prazo de 20 anos para o aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio, empreendimento cuja execução gastará metade do tempo previsto, caso dediquemos ao mesmo todo nosso vigor, firmeza e patriotismo.

Tudo depende, porém, da maneira de começarmos e cumprirmos a tarefa que nos foi cometida. O Parlamento tem imensa responsabilidade no êxito ou fracasso do empreendimento. Já não há mais dúvida quanto à imperiosa necessidade da criação de um órgão autônomo para traçar e exercitar o plano referido no Artigo 29 das Disposições Transitórias. Agora, e é verdade, todos aceitamos esta premissa. Todos, sem exceção nesta Casa, estamos acordes em que o aproveitamento do São Francisco é o ato do mais são patriotismo, da mais profunda justiça e do maior interesse nacional. Mantendo o São Francisco abandonado tal qual se encontra, iríamos criar aquilo que acentuei no meu discurso do ano passado: dois Brasis estanques. Um no Norte, contando economicamente com o Vale Amazônico, o do Parnaíba, o do São Francisco e aquelas áreas aproveitáveis do Nordeste Brasileiro, cujas terras se prestam para a labuta do homem; e outro no Sul, potencialmente rico, poderoso economicamente, com indústrias formidáveis, a fazer o orgulho de todas as nações continentais.

Estes Brasis, entretanto, viveriam em choque permanente, separados um do outro pelos desígnios causados pela desigualdade econômica, pondo em perigo a unidade nacional.

Tal perigo, todavia, poderíamos conjurar com o imediato aproveitamento da Bacia do São Francisco, fixando as populações batidas pelas secas inclementes do Nordeste, dando, assim, oportunidade a essa gente que é tão brasileira quanto nós, gente a quem se acusa malevolamente de preguiçosa, quando não conhecemos neste país quem trabalhe com mais ardor de sol a sol, quem tenha maior resistência física e quem ame tanto a sua terra.

E reflitamos bem, Srs. Deputados, neste fato. Exatamente na faixa que vai do S. Francisco ao litoral é que encontramos maior densidade demográfica e política, sonhada pelos nossos maiores, e temos o compromisso de manter.

O São Francisco, na sua seção média, entre Pirapora e Juazeiro, se ergue como uma muralha chinesa, antepondo-se à penetração do homem para o oeste. Qualquer dos Srs. Deputados poderá consultar as nossas estatísticas e comparar a densidade demográfica da margem direita com a esquerda, e verá que, nessa altura, poucos são os municípios existentes, tanto no território mineiro como no baiano. Esse deserto ainda é mais grave porque se continua através do grande planalto goiano, até hoje também despovoado.

O Sr. José Alkmim - Em território mineiro, na margem esquerda do São Francisco, na região a que V.Exa. se refere, estão os municípios de São Romão, Paracatu, Unaí, que são os maiores em extensão e os de menor população em todo o Estado de Minas Gerais.

O Sr. Manoel Novaes - V.Exa. confirma, exatamente, minha asserção. Ao iniciar o Projeto, e aceita a premissa segundo afirmei de que ninguém mais nesta Casa contesta a necessidade do aproveitamento do São Francisco, eu me atreveria, como defensor daquela região, a fazer um apelo ao Parlamento Brasileiro. Disse há pouco, Sr. Presidente, que na Constituição demos vinte anos para que se realize a obra de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e afluentes, e não é possível, não é crível, não é aceitável por qualquer brasileiro, quer daquela grande bacia, quer de qualquer outra região do País, que os constituintes de 46 marcassem um prazo fatal de vinte anos para fazermos esse aproveitamento, e a Câmara levasse trinta anos em discussões acadêmicas para decidir se adotamos como órgão controlador da obra uma autarquia, um departamento autônomo ou uma sociedade de economia mista. Ainda a nosso favor e em benefício do próprio São Francisco, lembro um fato histórico que relatei no discurso do ano passado.

O Sr. Presidente - Peço licença para avisar ao nobre orador que dispõe apenas de cinco minutos.

O Sr. Manoel Novaes - Muito agradecido, Sr. Presidente. Atentem os Srs. Deputados. A mensagem do Presidente Roosevelt à Câmara dos Deputados americana propondo a criação da T.V.A., essa tão famosa Tennessee Valley Authority, que para muitos não passava de utopia do grande democrata e estadista - foi votada pelo Congresso norte-americano em menos de trinta dias.

Que acontece com os nossos projetos sobre o São Francisco? Devo confessar à Câmara que, em data de 2 de janeiro de 1947, en-

treguei à Mesa o projeto da Comissão Parlamentar criando órgão diretor dos planos do São Francisco e são decorridos oito meses e ainda não chegamos a uma conclusão.

Concordo, Srs. Deputados, com a necessidade de debatermos amplamente todos os projetos apresentados à Casa. Não é possível, porém, que numa questão dessas se gaste tanto tempo, em prejuízo da própria Nação e do povo do São Francisco. Temos um prazo limitado e não pode ele esgotar-se sem que, traindo nossos mandatos não tenhamos realizado a obra de aproveitamento econômico do Rio.

Sr. Presidente, a Comissão Parlamentar do São Francisco, da qual sou relator geral, teve oportunidade, como já declarei, de submeter à consideração da Câmara projeto que tomou o número 262, criando um órgão diretor para o planejamento e execução das obras do Rio.

Em suas linhas gerais, o Projeto seguia uma orientação que nos parecia mais acertada. Na realidade, não deixamos bem definida a situação de autarquia ou de departamento autônomo, porque procuramos aproveitar o que havia de mais interessante na matéria e chegar até a criação de um órgão que, aproveitando alguma coisa da experiência brasileira e da estrangeira, principalmente no Vale do Tennessee, pudesse de fato encaminhar a bom termo a solução dos problemas sanfranciscanos. Entendemos serem quatro as vigas mestras do Projeto. A primeira delas se refere à direção propriamente dita. Propusemos um departamento colegiado com três diretores. Pareceu a alguns uma coisa estapafúrdia que assim procedêssemos quando, normalmente, a administração brasileira tem apenas um diretor ou um presidente para organizações dessa natureza. Neste particular, porém, sentimos o que os americanos fizeram na T.V.A. e atendendo à circunstância relevante de que, dada a variedade dos problemas sanfranciscanos, a diretoria de três membros funcionaria quase como um conselho. Assim é que, no projeto, previamos fossem decididas as questões pelo voto, de modo a impedir o que de comum acontece em departamentos com direção única, individual, isto é, que, nas deliberações para solução dos problemas do maior interesse nacional, um só diretor se transformasse em ditador, decidindo todas as questões.

Esse ponto tem muita importância. Suponhamos que numa diretoria de três membros, todos eles técnicos, surgisse um problema ligado à viação. Está visto que um engenheiro civil daria muito bem conta dele. Se surgisse um de agricultura, figuremos a irrigação, naturalmente a opinião do engenheiro agrônomo seria

mais valiosa e decisiva do que a do engenheiro civil. Do mesmo modo um sanitarista que pertencesse à diretoria estaria muito mais apto a conduzir os problemas de saúde - de malária, da peste, da lepra, da tuberculose e tantas outras endemias regionais - do que um engenheiro civil ou agrônomo.

É, portanto, Srs. Deputados, de alta conveniência que, num problema de tão múltiplos aspectos, se tenha uma direção de três técnicos para que encaminhe, na maior harmonia e acerto, todas as soluções.

A segunda viga é a subordinação do órgão ao Presidente da República.

Houve objeções a esta parte. Temiam alguns que se desse poder ilimitado ao Presidente da República.

Devo, porém, declarar à puridade nesta Casa que sou favorável à concessão de um crédito de confiança total ao Presidente da República, porque ninguém mais que S.Exa. se tem desvelado com o São Francisco. É de justiça que se afirme e reafirme a manifesta intenção de S.Exa. de dar ao São Francisco o que ele merece.

O Sr. José Alkmim - S.Exa. nunca faltou com a assistência de seu estímulo aos trabalhos da Comissão Parlamentar do São Francisco.

O Sr. Manoel Novaes - É incontestável. Uma verdade pode doer a quem doer e me atinge também. Habitualmente, a solução dos grandes problemas brasileiros se arrasta com o Congresso, via de regra, a acicatar o Executivo para que os resolva, a exemplo do que acontece com os problemas rodoviários, ferroviários e outros.

O Sr. Presidente - Atenção! Está terminado o tempo destinado ao nobre orador.

O Sr. Rui Santos - Sr. Presidente, requeiro a prorrogação por meia hora, do tempo destinado ao orador.

O Sr. Presidente - Submeto a votos o pedido de prorrogação. Os senhores que concedem a prorrogação por meia hora, para que o orador possa terminar suas considerações, queiram levantar-se. (Pausa)

Está concedida a prorrogação solicitada. Continua com a palavra o Sr. Manoel Novaes.

O Sr. Manoel Novaes - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e aos meus colegas, especialmente ao Sr. Rui Santos, a prorrogação concedida.

Como dizia, acontece, via de regra, nesta Casa, que vivemos nesta tribuna a chamar a atenção do Governo para a solução de vários problemas da maior significação nacional.

No caso do São Francisco, porém, verifica-se o reverso da medalha: é o Presidente da República quem interpela a todo instante à Comissão Parlamentar para saber quando o Congresso o habilitará a começar a obra de redenção daquela zona.

Além disso, há conveniência de subordinação do órgão ao Presidente da República, porque na solução do problema interferem cinco Ministérios: o da Viação, pelas obras portuárias e ferroviárias, rodoviárias, etc; o da Agricultura, através da Divisão de águas, no de energia em geral e, particularmente, no de Paulo Afonso, Fecho do Funil e Jequitaí, etc. Ainda terá esse Ministério de intervir no problema da irrigação. Quanto ao Ministério da Educação e Saúde, há o da construção de hospitais e escolas, combate as endemias, etc., atribuição legítima dessa pasta. O da Aeronáutica tem a seu cargo a questão das comunicações aéreas, a construção dos campos de pouso e assistência dos mesmos. O Ministério da Marinha interfere na questão das delegacias marítimas de Juazeiro e Pirapora, bem como no porto de Penedo.

Trata-se de um problema de grande envergadura a exigir a máxima unidade, a fim de que na sua direção e execução cinco Ministérios estejam a mandar. Justifica-se, pois, um órgão responsável pela unidade administrativa e continuidade do plano para que se possa concluí-lo com felicidade.

O Sr. José Alkmim - Há necessidade de uma Comissão que possa resolver o problema sem o perigo da unilateralidade na direção dos serviços, como V.Exa. bem acentuou.

O Sr. Manoel Novaes - Chegarei a esse ponto mais adiante.

Existindo um órgão centralizador subordinado ao Presidente da República, estaremos livres dos inconvenientes e dos erros tão freqüentes na administração brasileira. Senão vejamos: um Ministro assume um Ministério e traça seu programa de obras. Se tira todo tempo de Governo, esse Ministro realiza alguma coisa; se passa apenas um a dois anos, realiza uma parte. O outro que o substituir entende de paralisar tudo porque tem pensamento e juízo próprios sobre o problema.

Portanto, vêem V.Exas. a necessidade da subordinação do órgão ao Presidente da República.

Outro ponto muito importante do Projeto é o que se refere à competência do órgão. Redigimos na Comissão Parlamentar um artigo que a Comissão de Constituição e Justiça e a nobre Comissão de Finanças aceitaram nos seus substitutivos.

Na presente discussão, tive oportunidade de apresentar emenda, procurando redigi-la da seguinte forma:
"Art. 6º - Incumbe à Comissão do Vale do São Francisco:
a) organizar e submeter ao Presidente da República, para aprovação do Congresso Nacional, o plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco, visando a regularização do curso dos seus rios, distribuição melhor de suas águas, utilização de seu potencial hidroelétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos seus transportes, incremento da imigração e colonização, assistência às famílias, amparo à educação e saúde, bem como a exploração de sua riqueza mineral e de pesca;
b) dar execução ao plano referido na letra "a", depois de aprovado pelo Congresso Nacional;
c) assistir e encaminhar para outras áreas as populações que forem deslocadas por exigência dos trabalhos efetuados na região."

No Projeto da Comissão Parlamentar havíamos redigido um parágrafo único ao artigo que regulava a competência do órgão, no qual previámos que, durante a fase do planejamento, o programa de obras atualmente em execução no São Francisco devesse continuar com os Ministérios. Era maneira de evitar um dispêndio de dinheiro inútil porque, afinal de contas, vamos executar, de acordo com o artigo 29, a obra do São Francisco por conta dos cofres federais. Já existindo na região diversos Departamentos realizando obras por conta dos Ministérios da Viação, Agricultura, etc., era natural que esses órgãos continuassem a executar tais obras para evitar o pagamento de duas burocracias paralelas: uma por conta do Governo Federal, subordinada aos Ministérios, e outra ainda por conta desse Governo, subordinada à Comissão do Vale do São Francisco.

Alguns colegas porém objetaram que essa solução poderia ser adotada na fase ulterior à aprovação do plano pelo Congresso e, pela mesma razão, tive oportunidade de apresentar emenda transformando o artigo e parágrafo único do projeto original e dos substitutivos em dois parágrafos: "Parágrafo 1º - Enquanto não for aprovado pelo Congresso Nacional o plano a que se refere a letra "a" desse Artigo, a Comissão proporá os programas anuais de trabalho, que serão executados através dos órgãos administrativos federais, por intermédio dos respectivos Ministérios. Parágrafo 2º - A execução das diferentes obras e serviços do plano, tendo em vista o seu caráter geral ou específico e conveniência, será realizada pela Comissão ou pelos Ministérios, de acordo com a determinação do Presidente da República que autoriza os destaques dos créditos correspondentes.

"Sala das Sessões, 15 de setembro de 1947. Manoel Novaes."

Sr. Presidente, Senhores Deputados - reatando minhas considerações, devo dizer que os Parágrafos 1º e 2º obtiveram o seguinte.

Na fase do planejamento, o Governo Federal executará suas obras através dos departamentos lá existentes. E para que, pelas mesmas razões apresentadas de economia de pessoal, nós, em relação à fase definitiva do plano, não adotássemos critério diferente, dando autonomia excessiva à Comissão do São Francisco, apresentamos a emenda, visando limitar suas atribuições. Assim, admitimos que, mesmo na fase de execução do plano, tudo aquilo que se relacionar com problemas como da malária e outros, que possuam departamentos próprios, os serviços continuarão com esses departamentos.

Permitimos, porém, com relação às obras consideradas específicas como, por exemplo, a do Boqueirão e do Fecho do Funil - não me refiro a Paulo Afonso porque já está isolada - que a Comissão do São Francisco as execute diretamente.

A solução nos pareceu justa, razoável, econômica e consentânea com os interesses da administração do País. Outro aspecto digno de comentário é o referente aos recursos financeiros. Vez por outra ouço declarações, algumas intencionais, de que não podemos salvar o São Francisco com 1% da cota constitucional. Sr. Presidente, quando redigi emenda constitucional que, com uma aditiva de Clemente Mariani, deu lugar ao artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tive em mente atribuir ao Governo a obrigação de, por conta própria, realizar a obra em vinte anos. E, por isso mesmo, sem emprestar beleza vernacular à sua redação, usei as seguintes expressões: "O Governo Federal fica obrigado a resolver em vinte anos, etc.". Isso quer dizer, pois, que o Governo, se não dispuser dessa cota, estará da mesma forma obrigado a resolver o problema. A cota constitucional é indispensável ao empreendimento e, mais ainda, se tornará para atender ao dispositivo do nosso Projeto, aceito pelo nobre Rela-

tor da Comissão de Finanças, Deputado Israel Pinheiro, que permite a realização de operações de crédito por ela garantidas, de modo a que o Plano do São Francisco, avaliado em 23 a 24 bilhões de cruzeiros, possa, à custa de empréstimo, ser perfeitamente executado sem maiores gravames para o erário público.

Nós, da Comissão Parlamentar do São Francisco, consideramos fundamental a aprovação desse dispositivo, sem o qual o Governo não poderá atacar intensivamente o plano de obra a ser traçado.

O Sr. Rui Santos - Mas esse dispositivo só poderá vigorar se a Comissão for constituída sob a forma autárquica. Parece-me, porém, que como simples repartição ela não poderá realizar tais operações. Aliás, não sou contra a autarquia.

O Sr. Manoel Novaes - V.Exa. tem razão. Na primeira fase a Comissão de Constituição e Justiça previu a natureza autárquica do órgão. Naturalmente, tendo, como tal, personalidade jurídica, poderia diretamente levar a cabo a operação de crédito. Nas condições, porém, em que foi votado pela Comissão do Vale do São Francisco, nós a atribuiremos logo ao Poder Executivo. Assim, terminado o plano e aprovado este pelo Congresso, estará o Governo aparelhado com os necessários recursos financeiros.

Tem-se discutido a conveniência de, desde agora, cuidar-se dos recursos financeiros e dar-se funções executivas ao órgão. Devo, contudo, confessar aos meus nobres colegas os motivos que levaram a Comissão Parlamentar a assim proceder. Sem ofensas a quem quer que seja e sempre tendo em mente que todos os Senhores Deputados têm a intenção de prestigiar a obra do São Francisco, indago que seria de nós daqui a três anos, tendo um plano aprovado pelo Congresso, se levássemos mais oito meses, a exemplo do que ocorre com este projeto, com tudo paralisado, à espera de que o mesmo votasse a autorização do Governo para fazer a operação de crédito?

Eis, portanto, Senhores Deputados, os quatro pontos cardeais do projeto da Comissão Parlamentar do São Francisco, mantido em linhas gerais, com certas restrições, pela Comissão de Finanças. Ouvi, Sr. Presidente, algumas objeções formuladas ao projeto pelo meu nobre companheiro de bancada, o Sr. Deputado Luiz Viana, que apresentou um substitutivo mantendo, de modo geral, aquilo que a Comissão Parlamentar, como as outras Comissões da Casa consideram essencial. No seu substitutivo, S.Exa. introduziu certas inovações, das quais a principal é aquela que

manda admitir, no Conselho ou na Direção da Comissão do São Francisco, observadores dos Governos dos Estados sanfranciscanos.

Acompanhei a discussão em torno do assunto e tive oportunidade de assinalar uma declaração que para mim constitui argumento precioso. O Deputado Hermes Lima, com suas luzes e talento, sustentou a tese da inconveniência dessa medida, chegando mesmo a dizer "que a maior dificuldade da Comissão seria, exatamente, superar o regionalismo que intervirá no prosseguimento das obras..."

O Sr. Rui Santos - O que representa grande perigo.

O Sr. Manoel Novaes - Não sei qual a verdadeira intenção do nobre Deputado Sr. Luiz Viana, porque o debate o arrastou noutro sentido e não chegou S.Exa. a uma conclusão perfeita de seu pensamento no particular. Devo dizer, entretanto, que reputo de alta inconveniência a sugestão e estou de inteiro acordo com o Deputado Hermes Lima. Vamos organizar um plano de obras no São Francisco visando o aproveitamento da bacia.

Alinhemos os problemas.

Energia - A Comissão estuda o plano de aproveitamento do potencial hidráulico da bacia. Que vai acontecer? - Minas possui 46 cachoeiras entre o rio tronco e os afluentes, com capacidade para 2.000hp e projetos, como o do Fecho do Funil, do maior interesse para a economia mineira.

O Sr. José Alkmim - Talvez seja uma das obras mais completas do Estado de Minas, estudada com todo empenho e carinho pelo Engenheiro Lucas Lopes. Ainda agora esteve em visita ao Estado de Minas, especialmente convidado pelo Governador Milton Campos, um engenheiro francês, a fim de estudar a planificação do aproveitamento do Fecho do Funil. Esse notável técnico declarou ser o projeto um dos mais completos que já se tem realizado no Brasil.

O Sr. Manoel Novaes - Trata-se do engenheiro Mayer?

O Sr. José Alkmim - Devo dizer a V.Exa. que, sem maiores conhecimentos da matéria, no Rio de Janeiro, um engenheiro, residente também em Minas, pôs em dúvida a segurança dos estudos feitos, por não estar a par do que se realizou ali.

O Sr. Rui Santos - É essa uma das nossas grandes facilidades: fazer afirmações sem pleno conhecimento de causa.

O Sr. Manoel Novaes - Prosseguindo nas minhas considerações, devo frisar que a situação em Minas é esta: possui o Estado, no mínimo, 46 cachoeiras utilizáveis, afora as centrais elétricas instaláveis com o represamento dos grandes rios.

A Bahia, por seu turno, tem o Rio Corrente com algumas cachoeiras bem aproveitáveis, assim como a barragem do Rio Grande, onde fatalmente construiremos uma grande central elétrica, como demonstrei na primeira parte de meu discurso, além das possibilidades que oferecem as barragens nos rios Verde Grande, no Município de Guanambi e no Paramirim, ao descer a serra do Rio de Contas...

O Sr. José Alkmim - É o caso do Jequitaí, do Pandeiros etc.

O Sr. Manoel Novaes - ...o Rio Jequitaí, como diz V.Exa., e tantos outros.

Pernambuco, por sua vez, há de querer resolver o problema de energia à custa do rio principal ou de seus afluentes mediante o levantamento de grandes barragens, sem falar em Paulo Afonso, que Pernambuco, Alagoas e Sergipe consideram sua principal reserva de força, problema já encaminhado e em vias de solução prática positiva.

Examinemos outros problemas sanfranciscanos, para que os Srs. Deputados meditem bem no ingresso desses Observadores numa Comissão de Planejamento do São Francisco.

Quanto à irrigação, cada um de nossos Estados tem sua maneira de encarar. Se em Minas Gerais, à margem direita, o Pará, o Paraopeba, o Rio das Velhas - que descem entre serras apertadas - se prestam mais à regularização da descarga e fornecimento de energia, na margem esquerda o Paracatu e o Urucuia banham áreas planas consideradas de valor excepcional para irrigação.

A Bahia conta com os Rios Carinhanha, Corrente e Grande, e seu afluente, o rio Preto, apontados por todos os técnicos como oferecendo condições magníficas para uma grande irrigação e até mesmo para alta colonização da Bacia do São Francisco. E isso sem esquecermos as possibilidades de irrigação de vários afluentes, como já se vem fazendo com o Rio Salitre, o Paramirim e o Verde Pequeno, e do aproveitamento das margens planas que vão ter até Glória.

Pernambuco, também, tem necessidade vital para sua gente de fazer a irrigação das margens do São Francisco e seus afluentes.

O Sr. Presidente - Advirto o nobre orador de que lhe restam apenas cinco minutos para concluir suas considerações.

O Sr. Manoel Novaes - Muito obrigado pela advertência, Sr. Presidente.

Sergipe e Alagoas, também favorecidos com excelentes áreas, praticam a irrigação por métodos primitivos, o que, entretanto, tem ocasionado o florescimento e a prosperidade daquela gente.

Tudo isso, Senhores, no que tange à irrigação.

Passemos, agora, ao problema da navegação. Nele o fenômeno é o mesmo: Minas querendo cuidar de sua seção do Médio São Francisco; a Bahia com o mesmo propósito e Pernambuco pensando em estendê-la a Jatobá, o que representa um valioso serviço ao País, a seu sistema de viação. Por outro lado, então, Sergipe e Alagoas interessados no Baixo São Francisco.

Em torno dos três problemas-chave da bacia do São Francisco, pergunto: que aconteceria na hora em que estes programas estivessem organizados, com seus problemas bem situados, de modo a se obter solução prática para a economia da região? Seria um Delegado do Governador de Minas que diria: quero que as obras se iniciem em Minas Gerais; o Delegado do Governador da Bahia propugnaria, igualmente, para que as obras tivessem começo em seu Estado; o Governador de Pernambuco, com direitos iguais, reclamaria que o empreendimento fosse lançado também ali; e o mesmo procedimento teriam os Governadores de Alagoas e Sergipe. Quer dizer: em vez de as prioridades constituírem elementos de colaboração, criariam um impasse na hora em que a Comissão Executiva do São Francisco, olhando o grande rio como um todo indivisível como o Brasil, e não como particularismos regionais, tivesse de enfrentar tais problemas. Faleceria, enfim, autoridade à Comissão do São Francisco para determinar o início das obras neste ou naquele Estado, porque os Governadores dos demais reagiriam, dando como resultado a sua procrastinação.

Sr. Presidente, esta Casa do Parlamento, representante da soberania nacional, não pode ser acoimada de violentar a autonomia dos Estados e Municípios, pelo fato de votar uma lei, dando poderes à Comissão do São Francisco para exercer suas funções no

Vale com plena autonomia. Outro ponto, contra o qual também me bato, é o de se associarem os Estados, de maneira direta, a essas obras, porque nós, do São Francisco, que temos sentido na própria carne o abandono daquela região, que acompanhamos "pari passu" o sofrimento, as torturas e dores de nossa gente, não podemos acreditar que Estados que nos relegaram ao desprezo durante séculos, só pelo fato de existir um artigo constitucional das Disposições Transitórias, venham, amanhã, a mudar de orientação. Não ignoramos, outrossim, que esses Estados não dispõem de recursos financeiros capazes de realizar programas de tamanha responsabilidade.

O Sr. Rui Santos - Vingasse esse ponto de vista, no que diz respeito à Comissão do São Francisco, em pouco teríamos Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, todos pretendendo colocar um representante dentro do Departamento das Secas.

O Sr. Manoel Novaes - Todos os Estados, não só os sanfranciscanos, estão interessados na solução do problema, direta ou indiretamente. E tanto assim é que a própria Paraíba, no caso, por exemplo, da Cachoeira de Paulo Afonso, é interessada muito mais direta do que a própria Bahia, onde vai ser construída a Usina.

E vejam, Srs. Deputados, o perigo de se criar uma Comissão do São Francisco assessorada por delegados dos governadores, na qual apenas não tenham voto, mas participem de todas as deliberações: pertubariam profundamente o funcionamento da Comissão e quebrariam a unidade do empreendimento.

O Sr. Presidente - Advirto o nobre orador de que a hora de que dispunha está esgotada.

O Sr. Manoel Novaes - Sr. Presidente, o tímpano é fatal para o Deputado que está na tribuna e tem seu prazo contado.

Vou concluir minhas considerações, já que abusei tanto da paciência de meus colegas de representação ("não apoiados"), formulando um apelo a esta Casa para que tenhamos em mira o problema do São Francisco dentro do seu sentido nacional, e assumamos a responsabilidade de estudá-lo e encaminhá-lo bem. Não é possível que estejamos consumindo nosso tempo em discussões bizantinas. Situemos o São Francisco dentro do Brasil, procurando soluções brasileiras. Olhêmo-lo como ele é, em suas necessidades, em suas grandezas e misérias, no interesse de seu povo, que é o interesse de toda a Nação. ("Muito bem").

E é de mister, Srs. Deputados, que tenhamos fé em nós mesmos e na proteção de Deus, ao resolvermos os grandes problemas do São Francisco. Devidamente orientados, hão de mudar o cognome do "rio abandonado", transformando-o no "vale da redenção do povo dos sertões do Brasil".

("Muito bem! Muito bem". Palmas.)"

(Transcrito do Diário do Congresso Nacional de 30 de setembro de 1947).

O projeto 262 se arrastou por 2 anos em penosa tramitação pelas Comissões Técnicas e Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Um registro histórico: durante os debates e encaminhamentos das votações falaram os Deputados Rui Santos, Theódulo Albuquerque, Luiz Viana, Medeiros Neto, Amando Fontes, Freitas Cavalcanti, Carlos Mariguella e Gregório Bezerra, e os Senadores José Américo, Ivo de Aquino, Apolônio Salles e Henrique Novaes, uns aplaudindo e alguns divergindo em pontos não essenciais e cujas sugestões, objeto de emendas do Senado Federal, aprovadas de volta pela Câmara dos Deputados, justificaram pequenas modificações no texto do Projeto original.

Na sessão do dia 11 de Dezembro de 1948 a Câmara dos Deputados aprovou a redação final do Projeto, sob o número 1.037 do Senado e o enviou ao Palácio do Catete.

No dia 15 seguinte o Presidente Eurico Dutra, na minha presença e de toda a Comissão Parlamentar, sancionou a Lei 541, referendada por todo o Ministério, que "cria a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências".

Eis, na íntegra, a Lei 541:

"LEI Nº 541, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1948

Cria a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É instituída, para os fins constantes do artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Comissão do Vale do São Francisco, que terá autonomia financeira e administrativa.
Parágrafo único - A Comissão ficará diretamente subordinada ao Presidente da República, cujos atos a ela atinentes serão referendados pelos titulares dos Ministérios a que disserem respeito.

Art. 2º - A CVSF terá um Diretor-Superintendente e mais dois Diretores, todos de nomeação do Presidente da República, escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade técnica, moral e administrativa e demissíveis "ad-nutum".

Art. 3º - O Presidente da República fixará, em decreto, mediante proposta da Comissão, o local de sua sede.

Art. 4º - A título de remuneração mensal, o Diretor-Superintendente receberá a quantia de Cr$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) e os Diretores a quantia de Cr$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros). É-lhes vedado:
a) exercer qualquer outra função de caráter público.
b) participar de interesses financeiros em outra Companhia ou empresa organizada com objetivos idênticos aos da Comissão.

Art. 5º - Toda admissão de empregado da CVSF será feita em comissão por contrato.

Art. 6º - O quadro de pessoal da CVSF será fixado em lei anual e de livre nomeação e demissão do Presidente da República.
Parágrafo 1º - As tabelas numéricas de mensalistas e diaristas serão aprovadas pelo Presidente da República.
Parágrafo 2º - Serão aproveitados os funcionários em disponibilidade e os que forem dispensáveis, existentes em repartições federais, observadas as respectivas aptidões.

Art. 7º - Incumbe à CVSF:
a) organizar e submeter ao Presidente da República, para aprovação do Congresso Nacional, o plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco, que vise a regularização do curso de suas águas, utilização de seu potencial hidroelétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos seus transportes, incremento da imigração e saúde e exploração de suas riquezas;
b) dar execução ao plano constante na letra "a", depois de aprovado pelo Congresso Nacional;
c) assistir e encaminhar para outras áreas as populações que forem deslocadas por exigências dos trabalhos efetuados na região;
d) coordenar a ação das unidades administrativas federais, estaduais e municipais, para a execução dos serviços públicos respectivos, ao aplicarem dotações oriundas do artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Parágrafo 1º - Enquanto não for aprovado pelo Congresso Nacional o plano a que se refere a letra "a" deste artigo, a Comissão proporá os programas anuais de trabalho, que serão executados

através dos órgãos administrativos federais, por intermédio dos respectivos Ministérios.
Parágrafo 2º - A execução das diferentes obras e serviços do Plano, tendo em vista o seu caráter geral ou específico e conveniência verificada, será realizada diretamente pela Comissão ou pelos Ministérios, de acordo com a determinação do Presidente da República, que autorizará os destaques dos créditos correspondentes.

Art. 8º - As entidades já existentes no Vale do São Francisco, com a mesma finalidade da CVSF, passarão a ser por ela orientadas e fiscalizadas.

Art. 9º - A Comissão poderá colaborar com as associações rurais, já constituídas ou que se venham a criar, no sentido de introduzir na agricultura e na pecuária, ou de os aperfeiçoar, os processos mais rápidos e eficientes.

Art. 10 - A CVSF, ao organizar as suas tabelas de salários, procurará fixá-los observadas as condições de cada região, a fim de atenuar quando possível as perturbações oriundas da mudança de atividades das populações locais.

Art. 11 - Ressalvada a concessão da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, poderá o Governo Federal explorar as quedas d'água no rio São Francisco, por intermédio da CVSF ou de sociedade de economia mista que for organizada.
Parágrafo 1º - A Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco deverá coordenar os seus projetos com os da CVSF, de forma a não prejudicar a finalidade desta.
Parágrafo 2º - Na aquisição da energia hidroelétrica, terão preferência os Estados, Municípios, Cooperativas e Sociedades sem fins lucrativos.
Parágrafo 3º - O preço do quilowatt-ano, em grosso, na alta tensão, para essas entidades, será igual, no máximo, ao seu custo acrescido de 6%.

Art. 12 - Nas áreas compreendidas no plano de irrigação e outras obras, o Governo Federal, por intermédio da CVSF, poderá promover a desapropriação de terras destinadas à colonização e, especialmente, à fixação de populações deslocadas por necessidade do plano geral adotado.

Art. 13 - Os Governadores dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, poderão designar, sem ônus para os cofres federais, observadores que, sem direito a voto, partici-

parão das reuniões da Diretoria da CVSF, com direitos amplos de informação e discussão.

Art. 14 - Poderá a CVSF assinar convênios e acordos com os Estados e Municípios ribeirinhos, para os fins previstos nos Artigos 7º e 8º, mediante expressa aprovação do Presidente da República.

Art. 15 - O Presidente da República enviará, anualmente, ao Congresso Nacional, com as contas da Administração Federal relativas ao exercício anterior, as que digam respeito aos serviços a cargo da CVSF, devidamente pormenorizadas e julgadas pelo Tribunal de Contas.

Art. 16 - As importâncias das dotações orçamentárias e dos créditos adicionais destinados ao Vale do São Francisco, serão depositadas no Banco do Brasil, para ulterior requisição, quando autorizada pelo Presidente da República.

Art. 17 - Todas as dotações, orçamentárias ou não, destinadas ao Vale do São Francisco, independerão de registro no Tribunal de Contas para serem distribuídas.

Art. 18 - Dentro de noventa dias da sua constituição, a CVSF submeterá o seu regimento à aprovação do Presidente da República.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1948, 127º da Independência e 60º da República.

Eurico G. Dutra, Adroaldo Mesquita da Costa, Sylvio de Noronha, Canrobert P. da Costa, Hildebrando Acioly, Corrêa e Castro, Clovis Pestana, Daniel de Carvalho, Clemente Mariani, Honório Monteiro, Armando Trompowsky."

(Transcrita do Diário Oficial da União, de 17 de dezembro de 1948.)

A solenidade de sanção foi celebrada em 15 de dezembro de 1948, faltando apenas dois dias para completar dois anos da apresentação do Projeto 262.

A atuação da CVSF

A Lei 541 habilitou o Governo Federal a enfrentar e vencer os desafios da problemática do São Francisco.

Enfim, mãos à obra para a conquista definitiva de um "Eldorado" há tanto descoberto e imperdoavelmente ignorado por várias gerações de homens públicos deste País.

Para que nosso objetivo fosse alcançado, exigia-se dos condutores da CVSF muita determinação, competência, prudência, perseverança, paciência e coragem no ordenamento das metas e programas e na opção das prioridades.

A primeira providência do Presidente Eurico Dutra foi organizar administrativamente a CVSF, que pela Lei 541 teria um Diretor Superintendente e dois Diretores.

Na ocasião o Presidente Dutra, homenageando o autor da Lei 541 e do Dispositivo Constitucional, colocou à minha disposição o provimento de todos aqueles cargos.

Agradecendo, objetei que estávamos defronte de uma cartada inédita na História do São Francisco, onde nasci e que não gostaria de correr o risco de um colapso, pois não tinha dúvidas de que, se a Comissão fracassasse na sua missão, ruiria por terra o acalentado sonho de redenção do Vale.

Resultou que o Presidente, aceitando minhas ponderações e considerando que a Unidade do São Francisco era indispensável à execução do Plano, e que os Estados da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco somavam 96% do território do Vale, resolveu nomear o Engenheiro Paulo Peltier, Diretor Superintendente, por mim indicado; o Engenheiro Lucas Lopes, Diretor de Planos e Obras, indicado pelo Senador Benedito Valadares e pelo Deputado Israel Pinheiro, e o Agrônomo Oscar Guedes, Diretor de Produção e Assistência, indicado pelo Senador Apolônio Salles.

Este, o primeiro passo dado para o efetivo e livre exercício da Comissão do Vale do São Francisco.

O segundo foi a sua estruturação, com a criação dos Distritos de Obras de Belo Horizonte, Lapa, Juazeiro e Propriá, correspondentes ao Alto, Médio e Baixo São Francisco, seguidos logo adiante pelas residências agrícolas de Pirapora, Irecê, Guanambi, Petrolina e Penedo.

A terceira função, a principal e mais consentânea com as atribuições constitucionais da Comissão, seria a elaboração do Plano Geral, prescrito pelo Art. 29 do A.D.C.T.

Não pode ser omitido que o espaço de tempo entre o lançamento do Projeto 262 e sua sanção, sob a forma da Lei 541, foi assinalado por dois acontecimentos de grande interesse para o São Francisco.

Em fins de maio de 1947 a Comissão Parlamentar, em peso, da qual fui o intérprete, compareceu a uma audiência do Presidente Dutra, no Palácio do Catete, a quem solicitou fossem postos em execução os Decretos 8.301 e 8.303, de 1945, do Presidente Getúlio Vargas, referendados pelo Ministro Apolônio Salles.

O primeiro criando a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e o segundo abria um crédito de Cr$ 200.000.000 para a constituição de uma Companhia Financiadora da Construção da Usina de Paulo Afonso.

Depois de demorado debate para elucidação dos pleitos, o Presidente Dutra resolveu atender-nos, com a condição de que as despesas decorrentes da instalação da CHESF e da construção da Usina corressem por conta dos recursos vinculados ao São Francisco pelo Art. 29 do A.D.C.T. e discriminados anualmente nos Orçamentos da República, com o que concordamos.

Ato contínuo, o Presidente Dutra ordenou ao Ministro Pereira Lyra, Chefe da Casa Civil, que tomasse todas as providências necessárias ao imediato cumprimento de sua decisão.

Conseqüentemente ao entendimento de Pereira Lyra e do Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, foi confiado ao Engenheiro Antônio José Alves de Souza, então Diretor do Departamento de Produção Mineral, o encargo de organizar a CHESF e providenciar urgentemente o projeto definitivo da Usina I, para sua construção imediata.

No dia 15 de março de 1948, constituída a CHESF, foi eleita em Assembléia Geral a seguinte Diretoria: Presidente - Engenheiro Antônio José Alves de Souza; Diretores - Coronel Carlos Berenhaser Júnior, Engenheiro Otávio Marcondes Ferraz e Adozindo Magalhães de Oliveira.

A partir de sua constituição, a CHESF tratou de acelerar a conclusão do projeto definitivo da usina e de delimitar e dotar o acampamento - que hoje emoldura a bela cidade de Paulo Afonso - da infra-estrutura reclamada por empreendimento de tamanho porte.

Verdade se diga, que o São Francisco, antes e depois da instalação da Comissão do Vale do São Francisco, até o exercício de 1950, custeou as obras da Usina I, da terminação da usina piloto iniciada por Apolônio Salles e da infra-estrutura do acampamento.

O outro acontecimento se refere à construção da barragem-eclusa, a jusante das Corredeiras de Sobradinho, onde anualmente ocorriam 80% dos acidentes com navios da linha Juazeiro-Pirapora.

O Engenheiro Paulo Peltier, Chefe do 10º Distrito de Portos, Rios e Canais, com jurisdição no São Francisco, afirmou em seu depoimento perante a Comissão Parlamentar que "os trabalhos destinados ao melhoramento das condições de navegabilidade do Rio, levados a efeito entre os anos 1930 e 1943, pela extinta Comissão da Rede Fluvial Baiana, não deram resultados em virtude de terem sido aplicados em rio de fundo resistente".

Demonstrou que "o novo Projeto - por ele elaborado e aprovado pelo Governo Federal -, elevando o nível das águas nas Corredeiras mediante a construção de uma barragem com eclusa a jusante da "Criminosa", resolveria o problema, entregando à navegação um canal mínimo de 2 metros de profundidade".

A barragem eclusada de Sobradinho foi construída nos exercícios de 1947 e 1948, normalizando, naquela época, o fluxo da navegação fluvial de vapores e barcas entre os portos de Juazeiro e Pirapora.

Nesse mesmo período o Presidente Eurico Dutra fez duas viagens ao São Francisco.

Na primeira, em 1947, sobrevoou extenso trecho do Rio para observar sua natureza e informar-se de sua problemática, e visitou Petrolina, Juazeiro e Paulo Afonso.

Na viagem de 1948 inaugurou o Hospital Carmela Dutra, em Bom Jesus da Lapa e pernoitou em Barreiras, hóspede de Geraldo Rocha na sua Fazenda Água Doce, quando conheceu o pujante Rio Grande, o maior afluente do São Francisco baiano.

No dia seguinte visitou Petrolina e Juazeiro, onde bateu a pedra fundamental da ponte que liga as duas florescentes cidades marginais do Rio, obra de minha autoria, em cuja solenidade fui orador oficial e à qual batizei com o nome de "Ponte Presidente Eurico Dutra", nome que até hoje permanece, como preito de gratidão ao inolvidável brasileiro e benemérito sanfranciscano.

Logo depois seguimos para Paulo Afonso, onde o Presidente Dutra, emocionado - tal a consciência de seu ato -, bateu a pedra fundamental da Usina I na presença de Apolônio Salles, seu idealizador, do Presidente da CHESF, Alves de Souza, e do competente Diretor Técnico, Marcondes Ferraz, verdadeiro artífice do projeto definitivo da Usina I.

O Presidente, com este ato, convertia em realidade o ambicioso sonho dos nordestinos e anunciava o limiar de novos tempos para a Região.

Voltemos ao Plano Geral, pedra angular do incipiente Sistema Sanfranciscano.

Durante dois anos ininterruptos, uma equipe, composta e assessorada pelo que havia de mais hábil nos quadros técnicos especializados do Governo Federal, percorreu a Bacia em todas as direções, travou contatos com suas populações, anotando seus costumes, queixas e reivindicações, estu-

dou e pesquisou problemas e fatos de toda ordem - econômicos, sociais, políticos, sanitários, educacionais - e analisou o acervo de suas observações, para concluir recomendando as soluções mais adequadas e viáveis para a conjuntura defrontada.

Foram dois anos de constante vaivém entre as diferentes cidades, vilas, povoações, ilhas e fazendas que visitavam, às vezes seguidamente, a fim de conferir a exatidão das informações e dos dados coletados.

Fiquei feliz ao constatar que as conclusões das equipes se ajustaram às teses por mim expendidas no discurso da Assembléia Constituinte. Ao descrever o drama secular vivido pelo São Francisco, eu distinguira primeiramente o Homem, alvo principal de minhas preocupações, freqüentemente tangido para fora do Vale pelas estiagens, sem pouso e sem destino certo, brigando pelo sustento da família.

Na minha desesperada luta, eu objetivava acima de tudo a valorização de meus conterrâneos e sua libertação do jugo da fome, das doenças e da miséria a que estavam condenados, sem direito a ver o sol da esperança dos tempos porvindouros.

Em síntese, procurei demonstrar que o São Francisco existia e existe em função do Homem, seu mais rico patrimônio a salvar.

Os suportes de minha concepção desenvolvimentista eram a água e o solo, abundantes e férteis no Vale do São Francisco.

Essa trindade - homem, água e solo - inteligente e conjugadamente explorada, constituía o alicerce sobre o qual se assentaria o sólido desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Com a utilização racional de sua água e solo, nós saltaríamos todos os obstáculos que se antepunham ao aproveitamento das potencialidades econômicas do Vale.

A água e o solo nos forneceriam os elementos indispensáveis à implantação de um Plano que abrangesse solidariamente os problemas de energia, irrigação, navegação, colonização, de educação e saúde. Chegara a vez de se realizar o que Geraldo Rocha idealizou, isto é, a construção de reservatórios de compensação, escalonados no São Francisco e seus afluentes, idealização que se concretizou mais tarde com Três Marias, Sobradinho e Itaparica.

São nunca menos de 18.000.000kW, gerados ou a gerar, nas usinas já instaladas ou projetadas, e também nunca menos de 3.000.000 hectares irrigáveis do Vale, lastro estrutural e justificativa da criação de um Estado do São Francisco de médias dimensões.

Tomem, pois, consciência os sanfranciscanos das razões que me animaram na luta pela inserção do São Francisco no texto da Constituição de 1946. Esses argumentos influíram decisivamente na deliberação da Assembléia Constituinte de votar favoravelmente a Emenda 179.

Ao cabo de dois anos de exaustivo trabalho das equipes técnicas, geridos pelo Engenheiro Lucas Lopes, Diretor de Planos e Obras, e pelo Agrônomo Oscar Guedes, Diretor de Produção e Assistência, o Engenheiro Paulo Peltier, Diretor-Superintendente, submeteu ao Presidente Eurico Dutra,

no dia 15 de dezembro de 1950, o Plano Geral para o aproveitamento das possibilidades econômicas do Rio São Francisco, disposto no Art. 29 do A.D.C.T., acompanhado da respectiva documentação, envolvendo os antecedentes e subsídios para elaboração do Plano.

O Presidente Dutra, depois de meticuloso exame de sua Assessoria Técnica, o enviou à Câmara dos Deputados para sua apreciação e a esperada aprovação pelo Congresso Nacional.

Um parêntese para um fato digno desta memória.

1950 movimentou a sucessão do Presidente Eurico Dutra.

As confabulações das lideranças políticas, de começo, davam a impressão de que seria viável uma candidatura de conciliação nacional - naquela conjuntura, a solução mais aconselhável.

Entretanto, as desconfianças, os choques de interesses, as origens e o passado do PSD, UDN e PTB, partidos polarizadores da opinião pública nacional, fizeram fracassar as conversações.

Como conseqüência, voltamos aos velhos tempos de confrontação de candidatos do Governo e da Oposição. Foram indicados, de um lado, Cristiano Machado e, de outro, novamente o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Solicitado pelo Presidente Dutra, a quem eu devia a vitória do São Francisco na Constituição de 1946 e a quem não poderia faltar, me desliguei da UDN, da qual era membro do Diretório Nacional e aderi à candidatura de Cristiano Machado.

De imediato ingressei no Partido Republicano, por recomendação do Presidente Dutra, ao insigne brasileiro, Presidente Artur Bernardes, seu chefe supremo.

Como a política brasileira é rica de surpresas, longe estava-se de imaginar que o PTB divergisse do PSD e lançasse o Senador Getúlio Vargas como seu candidato oficial.

É um episódio da história política brasileira de ontem, do qual ainda se lembram muitos de seus contemporâneos.

Resultado: o Senador Getúlio Vargas se elegeu Presidente da República.

Apesar de perigosas escaramuças e de conspiração em rodas oficiais contra a posse, o Presidente Dutra, impassível em seu fanático respeito à Constituição, empossou o Presidente Getúlio Vargas.

Diante da atitude do Presidente Dutra, só me cabia acatar a vontade da nação.

Decorrido um mês da posse, certa tarde recebi um telefonema de Lourival Fontes, Chefe da Casa Civil, convidando-me, em nome do Presidente Vargas, para visitá-lo no Palácio Rio Negro, em Petrópolis.

Ali compareci no dia e hora da audiência marcada.

Recebido cordialmente pelo Presidente, disse-lhe que estava às suas ordens e indaguei o motivo do convite. Sereno por temperamento, respondeu que me chamara para entregar o São Francisco, sob a minha supervisão desde 1947.

Retruquei-lhe dizendo que agradecia, mas não entendia seu gesto.

Além do mais, fiz-lhe ver que Deputados do PTB se batiam na tribuna da Câmara pelo domínio do São Francisco, como troféu da vitória, o que eu considerava natural, em face da tradição política brasileira.

O Presidente respondeu-me que sua decisão estava tomada e explicou a razão.

De hábito, como Senador, ele comparecia à abertura das sessoẽs da Assembléia Constituinte e se retirava tão logo anunciado o grande expediente, quando a "banda de música" da UDN, que tinha sempre orador inscrito, desferia, diariamente, violentos ataques contra ele, o ex-ditador. Coindiciu que, no dia 26 de junho de 1946, por amável concessão de Milton Campos, fora eu o udenista primeiro orador do grande expediente. Já de pé, ele ouviu as primeiras frases do meu discurso sobre o São Francisco, no qual advogava a aprovação da emenda 179. Voltou, sentou-se no Plenário e ouviu meu discurso até o fim.

O Presidente narrou o fato e arrematou textualmente: "um homem que defendeu sua Região no tom e argumentos que você expendeu, é o homem certo para comandar o São Francisco".

Não era possível dizer mais e me rendi à sua decisão.

Graças, pois, ao Presidente Vargas e aos seus dotes de estadista, continuei orientando a CVSF tal qual desde sua instituição.

O Projeto do Plano Geral tramitou durante cinco anos pelos meandros da Câmara e do Senado Federal.

Na qualidade de seu relator, apresentei três emendas, que, aprovadas, consubstanciaram os Artigos 6º, 12 e 15, de expressiva significação regional.

O Art. 6º vinculou 0,4% dos recursos constitucionais para construção da barragem de Três Marias.

O Art. 12 criou a Companhia de Navegação do São Francisco, resultante da fusão das 4 empresas que trafegavam no Rio, ou sejam: a Navegação Mineira, a Viação Baiana (estatais), a Indústria e Viação de Pirapora S.A. e a Empresa Fluvial Ltda. (particulares), apenas esta última do Baixo São Francisco.

O Art. 15 estabelecia que qualquer concessão para aproveitamento de quedas d'água no Rio São Francisco e seus afluentes, dependeria de prévia audiência da CVSF, e oficializava a criação, de minha autoria, dos sistemas elétricos do Cariri, Senhor do Bonfim, Mossoró, Pajeú e Palmeira dos Índios, integrantes da CHESF.

Enfim, no dia 13 de setembro de 1955, o Presidente Café Filho sancionou a Lei 2.599, que dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco.

Em agosto de 1953, dois anos antes da sanção do Plano Geral, o Senador Apolônio Salles e eu, a convite do Presidente da CHESF, Engº Alves de Souza, assistimos à inauguração da Usina I de Paulo Afonso, com 180.000kW, saudada como retumbante vitória de Apolônio Salles e, sem dúvida, o mais alvissareiro evento para o desenvolvimento do Nordeste Brasileiro e de sua incipiente industrialização.

No prazo que mediou entre a vigência do Art. 29 do A.D.C.T. e a sanção da Lei 2.599, todas as obras e serviços executados no Vale obedeceram às diretrizes estabelecidas pela Lei 23 e aos programas organizados pela Comissão Parlamentar, de acordo com a CVSF.

Na formulação desses programas observava-se a multiplicidade de itens abrangentes de diferentes problemas, que, incluídos no orçamento da República, eram alvo de críticas, apelidados de "pulverização de verbas".

Em verdade, aquelas consignações traduziam uma situação de fato, isto é, o efeito da absoluta falta de recursos próprios para os Estados sanfranciscanos atenderem às necessidades da Região.

Naqueles tempos, era sabido, os Estados marcavam suas presenças no São Francisco unicamente através das autoridades judiciárias, onde funcionavam Comarcas e Termos, ou da Polícia, habitualmente precária, ou do Fisco, este sim sempre presente em toda parte.

A Comissão Parlamentar e a CVSF agiam coordenadamente, cobrindo todos os setores econômicos, sociais, sanitários, educacionais e viários do Vale, contando com a permanente vigilância e participação das bancadas federais dos Estados sanfranciscanos.

As verbas eram distribuídas proporcionalmente às populações e aos territórios dos Estados, ressalvadas as obras estruturais do Plano.

Ainda na fase de elaboração do Plano Geral, o Engenheiro Lucas Lopes, com sua comprovada competência e segura experiência do São Francisco mineiro, visualizou o alcance e prioridade do problema de regularização das descargas do Rio e de cuja solução dependeria a montagem de infra-estrutura para a navegação, produção de energia e implantação da irrigação, com seus apêndices: educação, saúde e colonização, instrumentos do ambicionado progresso regional.

Enquanto o Plano Geral amadurecia, Lucas Lopes cultivava a idéia da construção de uma barragem no Alto São Francisco, baseado no raciocínio verdadeiro de que 70% das águas do Rio provinham da bacia em Minas Gerais. Essa barragem, inicialmente cogitada na foz do afluente Abaeté, foi definitivamente localizada a jusante da foz do Rio Borrachudo, afogando a Corredeira de Três Marias, que lhe deu o nome sugestivo. Seu projeto, pronto, foi revisado e aprovado pela engenharia americana, tida mundialmente, na época, como a de maior experiência na especialidade.

Em 1956 é empossado o Presidente Juscelino Kubitschek, que nomeou o Engenheiro Assis Scaffa, em substituição ao Engº Paulo Peltier, embasador da CVSF e a quem a história do Vale está indissoluvelmente ligada.

O Engº Assis Scaffa tinha pela frente a pesada responsabilidade de consolidar a CVSF e dar continuidade aos seus estudos e programas em andamento no Vale.

A obra mais importante a empreender era justamente a construção da primeira barragem de regularização do Rio São Francisco em Três Marias.

Diante de sua projeção na problemática do Vale, o Dr. Assis Scaffa submeteu o projeto à decisão do Presidente Juscelino, que aprovou e ordenou a imediata construção da barragem.

Pelo projeto definitivo, a Barragem de Três Marias armazenaria 22 bilhões de metros cúbicos de água, teria uma altura de 74 metros no talvegue, um remanso de 180 quilômetros, uma área inundável de 1.400km² e alimentaria uma usina de 520.000kW.

No dia 14 de setembro de 1956, em memorável solenidade à qual compareci, o Presidente Juscelino bateu a pedra fundamental da Barragem de Três Marias.

Por não existirem naquele tempo, no Brasil, firmas de engenharia capacitadas para execução de obras de tamanho vulto, a CVSF abriu concorrência pública com participação internacional, vencida pela Companhia Internacional, que a construiu sob a fiscalização e controle da CEMIG, mediante convênio e supervisão da CVSF, que custeava todas as suas despesas por conta do Artigo 29 do A.D.C.T. e do Artigo 6º da Lei 2.599, de setembro de 1955.

A barragem foi concluída em três anos e meio, feito sem precedente na história da Administração Federal. Basta evocar que Orós, barragem de apenas 2,5 bilhões de metros cúbicos d'água, construída pelo DNOCS, gastou 38 anos. Foi iniciada em 1922, no Governo Epitácio Pessoa, concluída e inaugurada pelo Presidente Juscelino em 1960.

Observe-se também que o DNOCS contava, desde 1934, com 3% de renda tributária da União para aplicação no Polígono das Secas, enquanto a CVSF dispunha apenas de 1% a partir da Constituição de 1946.

No dia 20 de janeiro de 1961, em palanque armado defronte do maciço da barragem, o Presidente Juscelino inaugurava Três Marias, com a presença do governador mineiro, Bias Fortes, a quem a execução desta obra muito deve.

Saudando-o oficialmente em nome da Câmara dos Deputados, pronunciei estas palavras: "hoje, após três anos de árduos e penosos trabalhos, o povo brasileiro é convocado para assistir sua inauguração, o que vale dizer, da maior barragem já construída em terras da América do Sul". E prossegui: "Três Marias, a quinta barragem do mundo, projetada e executada por engenheiros nacionais, custeada com recursos constitucionais do Vale, a serviço de milhões de brasileiros, no mais nacional de nossos grandes rios, galvaniza a maioridade econômica e política deste País".

Vaticinava: "Paulo Afonso e Três Marias, nos extremos do Rio São Francisco, como suportes de uma nova estrutura econômica regional, requerem, para seu pleno rendimento, a imediata construção da Barragem de Sobradinho. A de Três Marias, ora pronta, e a de Sobradinho, cuja construção deverá ser iniciada no exercício corrente, assegurarão uma reserva utilizável de 60 bilhões de metros cúbicos d'água, mais que suficientes para garantir a irrigação das terras marginais desde o Alto ao Médio e Baixo São Francisco".

E perorei: "o São Francisco, em unção religiosa, pede ao seu divino padroeiro, o Senhor Bom Jesus da Lapa, que retribua a Vossa Excelência o bem que nos fez e cubra de graças os engenheiros, técnicos e modestos operários, que projetaram e construíram esta obra ciclópica, que outra coisa não é senão mais uma jornada vencida na gloriosa luta pela libertação econômica do São Francisco e do Brasil".

O Dr. Assis Scaffa, depois de empenhar-se e levar a bom termo a construção de Três Marias, defrontou-se com outro similar e palpitante problema sanfranciscano - a construção da Barragem de Sobradinho.

A corredeira sempre fora considerada o maior óbice à navegação do Médio São Francisco, onde anualmente ocorriam cerca de 80% dos acidentes dos navios e barcas que trafegavam na rota Pirapora-Juazeiro.

Por isso o Engenheiro Paulo Peltier, quando Chefe do 10º Distrito de Portos, Rios e Canais, projetara e construíra uma barragem-eclusa em Sobradinho, calculando destarte afastar os obstáculos que dificultavam a navegação fluvial.

Todavia, sua iniciativa fora frustrada por uma grande enchente do Rio, ocorrida em 1953. Esta barragem-eclusa tinha sua ombreira esquerda encravada em terra firme e a ombreira direita no flanco de uma ilha fronteira.

Entretanto, não sei se por imperícia na sua construção, a ombreira direita funcionou como verdadeiro espigão.

Fato é que, baixado o nível das águas da enchente, constatou-se que a ilha fora cortada ao meio, interrompendo irremediavelmente a navegação.

Em virtude dos navios não descerem até Juazeiro, porto final da viagem, pedi ao Dr. Assis Scaffa que providenciasse com urgência a restauração da barragem-eclusa.

Após estudos pormenorizados de equipe técnica, o Dr. Scaffa concluiu que a obra era viável, mas extremamente dispendiosa.

Aventei então a hipótese da construção de uma grande barragem, cujas águas afogassem os nove quilômetros das corredeiras de Sobradinho, resolvendo de uma vez por todas o problema da navegação naquele trecho do Rio.

Matutando sobre o assunto, me lembrei que o notável engenheiro, Senador Henrique Novaes, no curso dos debates da Lei 541 no Senado, ventilara a idéia de construção de um grande reservatório em Sobradinho.

Recordo, igualmente, que durante o encaminhamento do Projeto Três Marias, ele insistira junto a mim para que a CVSF desistisse da construção de uma barragem de regularização no Alto São Francisco e optasse por uma em Sobradinho.

Após sua morte fui procurado por seu filho, Henrique de Novaes, Chefe de Gabinete do Ministro Maurício de Medeiros, que, sabendo de nosso interesse comum pelo Rio São Francisco, entregou-me o croqui da barragem, desenhado por ele na ocasião de sua visita à Corredeira de Sobradinho.

O local da barragem, escolhido por Henrique de Novaes, ocupava uma larga garganta entre a Serra de Sobradinho e os morrotes de Várzea e do Lambedor, na margem esquerda do Rio, e a Serra Branca e Serrotinho do lado direito.

Entreguei o croqui ao Dr. Assis Scaffa com a solicitação de mandar conferi-lo. Os técnicos e especialistas incumbidos dessa tarefa, depois de demorado e detalhado estudo, concluíram pela sua exatidão e viabilidade, e recomendaram a construção da barragem justamente no ponto indicado pelo croqui.

Dada a previsível repercussão da medida, e tendo em vista sua relevância no Plano Geral Sanfranciscano, a concepção da barragem foi submetida pelo Dr. Assis Scaffa ao Presidente Juscelino, que, consultando sua assessoria técnica, a aprovou e autorizou a elaboração do projeto. Naquele mesmo instante assumiu comigo o compromisso de iniciar a construção da barragem de Sobradinho tão logo fosse concluída a de Três Marias, ambas imprescindíveis e completivas da regularização do Rio São Francisco.

Em seqüência destes fatos, o Dr. Assis Scaffa, no dia 9 de fevereiro de 1960, assinou o contrato com o consórcio nacional Lasa-Tecnosolo para "elaboração de estudos e serviços técnicos especializados e apresentação de um anteprojeto básico da Barragem de Sobradinho".

Os estudos visavam especialmente "a escolha e localização do eixo da barragem, a fixação da cota de retenção, definição da descarga regularizada, controle de enchentes e concepção básica do projeto". A determinação das áreas inundadas e suas diferentes cotas de retenção seriam estabelecidas depois do cotejo das cotas máximas analisadas de 392.5, 394.5, 395 e 400.

A CVSF optou pela cota 392.5, que, inundando 4.250km², causava menos prejuízo às áreas agricultáveis dos municípios ribeirinhos e acarretaria, conseqüentemente, menor relocação dos habitantes de cidades, vilas, povoados, fazendas e ilhas a serem cobertas pelo futuro lago.

Por esta solução seriam sacrificadas apenas as cidades de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado. A cota 400, advogada pelo Engº Eudes de Souza Leão, idealizador do canal de irrigação Sobradinho-Moxotó em Pernambuco, inundaria 8.374km², perda territorial inaceitável pela Bahia, pois inundava mais duas cidades importantes: Xique-Xique e Barra.

A barragem foi concebida do tipo misto, constituída por um corpo central em estrutura de concreto, com usina vertedouro e ombreiras maciças de terra.

O corpo principal da barragem tinha 3.730m de extensão, num total de 8.200m, e 42,5m de altura máxima na crista.

Sua acumulação estava calculada em 37 bilhões de metros cúbicos d'água, com área inundável de 4.250km², descarga regularizada de 2.045m³ por segundo, potência a instalar de 744.000kW e represamento de 400km, até perto da cidade de Barra do Rio Grande.

Por estes dados poder-se-ia avaliar a grandeza física da Barragem de Sobradinho e sua projeção geo-sócio-econômica, regional e nacional.

Tratava-se, pois, de anteprojeto para aproveitamento múltiplo do Rio São Francisco, objetivando: 1º) regularizar a descarga do Rio; 2º) normalizar a navegação entre os portos de Pirapora e Juazeiro; 3º) instalar uma usina hidroelétrica integrada no sistema CHESF para energização do Médio Vale e unificação do sistema São Francisco, interligando as usinas Paulo Afonso, Sobradinho e Três Marias; 4º) aumentar a capacidade geradora das usinas do complexo Paulo Afonso, limitada, mesmo depois de Três Marias, a 1.300.000kW; 5º) armazenar água para irrigação das terras de montante e de jusante da barragem; 6º) combater e eliminar os efeitos das enchentes; 7º) desempenhar indiscutível função social, isto é, dar trabalho e assegurar emprego ao homem sanfranciscano.

O anteprojeto básico, seu relatório e estimativas orçamentárias foram entregues à CVSF e publicados em meados de 1962.

Pelo exposto, seria uma peça insubstituível na estrutura sócio-econômica de um novo São Francisco, razão pela qual me aprofundei no detalhamento de tão fascinante problema.

Empossado em 1961, o Presidente Jânio Quadros nomeou, por indicação minha, o Engenheiro Dalmo Pontual, Superintendente da CVSF em substituição ao Dr. Assis Scaffa.

Em cumprimento ao compromisso assumido publicamente comigo em comício na Praça da Sé, em Salvador, de construir a Barragem de Sobradinho durante seu Governo, o Presidente Jânio adotou em abril as seguintes providências: 1º) recomendar ao Superintendente da CVSF conceder prioridade absoluta à conclusão do projeto técnico da Barragem de Sobracdinho e ao recondicionamento das máquinas de Três Marias, seu transporte e instalações necessárias para início da obra no começo de 1962; 2º) logo que orçada a obra, recomendar o entendimento do Superintendente com o Diretor Executivo da Sudene e o Sr. Ministro de Viação ou Diretor Geral do DNOCS, para elaboração com o Sr. Ministro da Fazenda do esquema financeiro do empreendimento; 3º) determinar aos mesmos órgãos, no orçamento de 1962, a parte dos recursos que caberá a cada um contribuir, ou seja, 50% para a CVSF e 25% da Sudene, para despesas; 4º) decidir, logo que concluído e orçado o projeto, se sua construção será feita administrativamente ou se em regime de concorrência pública como ocorreu com Três Marias.

Em virtude da renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, assumiu a Presidência da República o Vice-Presidente João Goulart, que nomeou o Veterinário Renato de Medeiros Neto, Superintendente da CVSF, e suspendeu todas as providências em andamento para a construção da Barragem de Sobradinho, inclusive as obras da estrada de acesso a Juazeiro, município sede do reservatório, apesar de já construída a ponte de concreto do rio Salitre, sua principal obra de arte.

No dia 6 de agosto de 1963, em solenidade promovida pelo então Superintendente, Engenheiro João Gomes Sobrinho, e celebrada no adro do Santuário do Senhor Bom Jesus da Lapa, em sua data maior, o Presidente João Goulart inaugurou oficialmente a Usina Hidroelétrica de Correntina,

de 4.000kW, destinada à energização das áreas dos municípios localizados nos afluentes Corrente, Carinhanha e Grande, e a linha de transmissão Correntina - Santa Maria da Vitória - Lapa, na presença de uns 80.000 romeiros, do Bispo Dom José Grossi e do governador baiano, Lomanto Júnior.

Fui orador oficial da solenidade, na qualidade de idealizador da usina. No meu discurso, após ressaltar o valor e significação sócio-econômica da usina para o desenvolvimento da região, renovei ao Presidente João Goulart o pedido para, naquela oportunidade histórica, autorizar o reinício da construção da Barragem de Sobradinho, suspensa desde 1961.

Sua Excelência, em seu vibrante discurso de exaltação ao Rio da Unidade Nacional, omitiu Sobradinho, apesar de, na véspera, no Palácio do Planalto, haver se comprometido comigo de, naquele momento, ordenar a execução da obra em seu governo, perdendo, com este gesto, a oportunidade de conquistar a gratidão imorredoura dos Sanfranciscanos.

Terminada a festa da Lapa, a CVSF prosseguiu sua caminhada rotineira na execução dos programas pré-estabelecidos, priorizando, sobretudo, as ações de levantamento aerofotogramétrico da Bacia, de saneamento básico das suas cidades e vilas, de implantação da rede hospitalar, de eletrificação do Vale através de usinas hidroelétricas, grupos geradores, etc.

A CVSF pouco a pouco ia superando todas as dificuldades inerentes a empreendimento de tal envergadura, não só devido às deficiências técnicas e carências financeiras, como também às resistências políticas.

Este ritmo de trabalho, de resultados positivos, perdurou até a vitória do movimento militar de 31 de março de 1964.

Daí para a frente as coisas mudaram sensivelmente.

A CVSF passou a sofrer influências conflitantes com suas diretrizes, mas ainda assim continuou realizando suas metas.

O Presidente Castelo Branco, que no começo de seu governo estimulava e prestigiava a CVSF, no período final tomou duas decisões que feriram mortalmente o São Francisco: a primeira, suprimindo da Constituição de 1946 o Art. 29 do A.D.C.T. e o Art. 198 referente ao Polígono das Secas; e a segunda expedindo o Decreto-Lei que criou a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) e extinguiu a CVSF.

Recordo-me que, em fins de 1966, prestes a esgotar-se a vigência do Art. 29 do A.D.C.T., que estipulava o prazo de 20 anos para a execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas do Vale, prazo provadamente inexeqüível, redigi outra emenda constitucional, sem prazo prefixado, viabilizando o São Francisco como região nacional independente, nos moldes do Polígono das Secas.

Ainda guardo comigo este documento já assinado por 76 deputados sanfranciscanos.

Em dezembro de 1966 o Presidente Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 25, acompanhada do Ato Institucional nº 4, convocando-o extraordinariamente para apreciação da nova Carta Constitucional, no período de 12/12/66 a 24/01/67.

O texto do Projeto da nova Carta excluía efetivamente os Arts. 29 do A.D.C.T. e 198 da Constituição de 1946. Lutei em vão pelo restabelecimento daqueles dispositivos.

Promulgada em 27 de janeiro, a Constituição de 1967 ratificou implacavelmente a sentença revolucionária, rebaixando o São Francisco à condição de *terra de ninguém*, vivida anteriormente a 1946.

Em suma, despojou-o do que a partir da Constituição de 1946 lhe garantia a sobrevivência e o desenvolvimento disputados. Porque, uma coisa era a CVSF contar, para sua operacionalidade, com recursos próprios constitucionais, e outra era viver batendo às portas da SEPLAN como mendigo, tal qual a SUVALE posteriormente.

Esta violência contra o São Francisco foi arrematada com a aprovação do Decreto-Lei 292, de 28 de fevereiro de 1967, que criou a SUVALE e extinguiu a CVSF.

A extinção da CVSF, homologada pelo Decreto-Lei 292, infundiu em mim incontrolável sentimento de revolta e profunda decepção, menos por ter sido seu criador, mas porque se oficializava uma clamorosa injustiça contra o São Francisco. Esta ato só seria admissível se dirigido contra um órgão público inoperante ou fracassado, porém, nunca contra um que, durante 18 anos de existência, provara cabalmente sua eficiência, produtividade e devotamento ao São Francisco.

Estava claro: o que se pretendia era riscar o São Francisco do mapa do País, não obstante suas exuberantes potencialidades econômicas. Por isso interpretei a extinção da CVSF como uma medida infeliz, exdrúxula e punitiva.

Abro aqui outro parênteses para menção especial de fatos dignos de figurarem nestas memórias por suas implicações com as medidas relatadas.

Por estranha coincidência, o Deputado Luiz Viana Filho ocupava, naquela época, a Chefia da Casa Civil do Presidente Castelo Branco, e, neste episódio, assumiu uma posição equívoca.

Diga-se, de passagem, que ele foi signatário de minha emenda 179, que originou o Art. 29 do A.D.C.T., certamente fingindo acreditar no êxito de minha iniciativa parlamentar e receando ficar isolado na bancada da Bahia.

Depois de sua aprovação e conversão no Art. 29 do A.D.C.T., e da criação da CVSF, que, paulatinamente, pela sua ação equilibrada, foi conquistando a confiança dos sanfranciscanos, o Deputado Luiz Viana Filho se transformou em seu arqui-inimigo, por conseguinte do São Francisco, comprometendo, publicamente, em pronunciamentos e entrevistas desabonadoras, um órgão oficial que ensaiava cuidadosamente seus passos e cujo sucesso e consolidação dependia, sobretudo, do apoio e união dos deputados da região.

Este seu ostensivo pendor anti-sanfranciscano culminou na CPI, requerida à Câmara dos Deputados, contra a CVSF, pelo deputado baiano Edgard Pereira, do qual fora seu segundo signatário e mentor. A CPI instalada em 1962 durou alguns meses, até 1963, para afinal suas conclusões serem rejeitadas pela maioria da Câmara dos Deputados.

A CPI em si, continha dois objetivos transparentes.

Primeiro, desmoralizar a CVSF, denunciando discutíveis irregularidades administrativas; e, segundo, incompatibilizar-me politicamente: de um lado, com o São Francisco - do qual ele só conhecia Juazeiro e Casa Nova, berço de seu ilustre pai -, onde, até então, jamais pusera os pés e a que nenhum serviço prestara, não obstante exercer um mandato de Deputado; e, do outro lado, jogar-me contra o Congresso Nacional, que sempre me apoiara firmemente.

Devo esclarecer que jamais fui ouvido durante a tramitação do inquérito.

No caso, a influência do Chefe da Casa Civil era notória. Ninguém de boa fé admitia que o Presidente Castelo Branco, cidadão dotado de excepcionais virtudes cívicas, militares e de perspicaz inteligência, cometesse a ignomínia de assinar uma mensagem ao Congresso Nacional suprimindo da Constituição de 1946 os Artigos 29 do A.D.C.T. e 198, que privilegiavam o São Francisco e o Polígono das Secas, com a aplicação em seus territórios de, respectivamente, 1% e 3% da renda nacional, indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Naquele instante os colegas raciocinavam comigo que, se o Chefe da Casa Civil mostrasse, com argumentos lúcidos, a inconveniência e insensatez de tão nociva medida, o Presidente Castelo Branco teria rasgado a mensagem, que o marcou triste e indelevelmente na História do São Francisco e do Nordeste Brasileiro, que tanto amava.

Logo depois da exclusão do São Francisco da Constituição, o Deputado Luiz Viana encaminhava ao Congresso Nacional a mensagem presidencial, que criava a SUVALE e extinguia a CVSF, completando assim sua imperdoável vingança contra o São Francisco e seu leal defensor.

Os dados e provas da insuperável atuação da CVSF no processo pioneiro de desenvolvimento do São Francisco são indestrutíveis e visíveis até hoje.

Neste ponto, fecho o parêntese que emoldura o perfil de um político que, dizendo-se sanfranciscano, renegou o São Francisco.

Em páginas anteriores, relatei o que realmente o São Francisco possuía em serviços e obras, feitos pelos governos imperiais e republicanos, até 1946.

Em verdade, excetuadas Belo Horizonte e raras cidades de sua área metropolitana, de um modo geral as da região não dispunham dos serviços essenciais a qualquer comunidade civilizada.

Para demonstrar a iniqüidade da extinção da CVSF, vejamos, numa retrospectiva resumida, o que ela realizou no São Francisco de dezembro de 1948 a fevereiro de 1967, visando sua integração no contexto sócio-econômico brasileiro.

Operando em 640.000km²* de uma terra rica, mas paradoxalmente pobre, competia à CVSF corporificar a gama multiforme dos problemas do São Francisco, reuni-los, catalogá-los e estruturá-los, na busca das mais adequadas soluções. Em 1948, a CVSF encontrou um São Francisco engatinhando sob o signo da Lei 23, que acenava com perspectivas de estabilidade para seu povo, que deperecia sem opção para o futuro.

Era efetivamente um regime novo que a CVSF inaugurava no Vale e cujos alicerces tinham de ser sólidos, duradouros e seguros.

Na linha deste pensamento, a Lei 23 começou, entre outras, com a adoção de algumas providências basilares para o homem e a terra do São Francisco: a campanha de combate à malária, o levantamento aerofotogramétrico do Vale e a construção da Usina I de Paulo Afonso. A malária assolava arrasadoramente a região. E o levantamento aerofogramétrico abria as portas do São Francisco para seu planejamento racional e técnico.

Porque nenhuma obra resistiria ao tempo e perduraria se não contasse com o braço humano e com o conhecimento exato da topografia e caracteres geológicos do solo sanfranciscano.

Por sua vez, a Usina de Paulo Afonso foi o sinal verde para o desenvolvimento do Nordeste Brasileiro e o que possibilitou, anos mais tarde, à SUDENE instalar no seu litoral um robusto parque industrial, acionado pelo sistema CHESF.

Com a vigência da Lei 541, a CVSF imprimiu rumos mais amplos que os consignados na Lei 23, expandindo seu raio de ação.

Relatemos, sucintamente, o que a CVSF realizou em todos os quadrantes do Vale.

Páginas atrás eu expus o estado de pobreza e de abandono do São Francisco, contrastando com suas imensas riquezas inexploradas e a absoluta carência de serviços públicos.

Fui além, particularizando tudo que podia ser visto no Vale como realizações dos governos imperiais, republicanos e estaduais até o advento da Constituição de 1946.

Folheando-se do primeiro orçamento federal de 1950 ao último, de 1967, observa-se que suas dotações eram muito diversificadas, em uma clara evidência de que a CVSF tinha de cuidar de tudo, resolver tudo, porque tudo estava por fazer.

Isto confirma o que declaramos repetidas vezes e reafirmamos: que o São Francisco era visto como autêntico moribundo, para quem se devia receitar urgentemente remédios heróicos ou então resignar-se, e a curto prazo assinar seu atestado de óbito.

---

* A determinação da área da Bacia do São Francisco em 640.000km² foi uma das realizações técnicas da CVSF. Anteriormente, essa área era estimada em 610.000km2, conforme explicitado em passagens anteriores.

A função precípua da CVSF era impositivamente coordenar, promover, orientar e fiscalizar o desenvolvimento global e não setorial do São Francisco. Por isso a distribuição e aplicação dos recursos constitucionais outorgados pelo Art. 29 do A.D.C.T. abrangia todos os setores do Vale.

A atividade da CVSF se exerceu com vistas ao ordenamento e solução dos seus problemas, desde os estudos e levantamentos à regularização do regime fluvial, à navegação, à eletrificação, à irrigação e drenagem, à construção de rodovias e campos de pouso, à implantação de linhas telegráficas, à saúde e assistência, à educação, ao fomento da produção agropecuária e à colonização. Eis por onde se afere a multiplicidade dos problemas geridos pela CVSF, capazes de absorver as preocupações dos que se dispunham a civilizar uma região que, no mapa do Brasil, era assinalada apenas por um risco azul, indicativo de um grande rio mediterrâneo.

Nessa dura jornada de 18 anos, a CVSF se envaidecia de ter sido, historicamente, a chave que abriu as portas do progresso a um São Francisco venerado pelos que o consagraram na Constituição de 1946.

Partindo do nada, impunha-se a implantação no São Francisco de uma infra-estrutura física, econômica e social que o capacitasse a solucionar seus problemas mais urgentes e inadiáveis.

A CVSF continuou os estudos e levantamentos da região, encetados pela Lei 23, para a planificação e exame da amostragem de suas reais necessidades e reivindicações populares do Vale.

Como este planejamento demandava tempo indefinido, a CVSF se empenhou no prosseguimento das obras e serviços já atacados e se adiantou, por conta própria, na execução de outras obras por ela programadas, à espera da aprovação do Plano Geral.

Saliente-se que a CVSF atuava em região de 640.000km², pertencente aos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Goiás, com população, em 1967, pouco superior a seis milhões de habitantes, distribuídos em cerca de 300 municípios.

Alinhemos alguns números e dados incompletos que melhor documentam o que a CVSF realizou no São Francisco até sua extinção. Em 1967 o serviço aéreo Cruzeiro do Sul, contratado para o levantamento aerofotogramétrico da Bacia, já havia fotografado 80% e mapeado 30% de toda sua área. Este levantamento era indispensável à elaboração dos projetos de irrigação, hoje especificamente vinculados à CODEVASF, de barragens de regularização do regime do Rio e de seus tributários, de estradas, aeroportos e campos de pouso.

No setor de energia, o São Francisco, detentor de riquíssima bacia hidráulica, de potência energética só inferior às dos rios Paraná e Amazonas, não possuía uma única usina hidroelétrica (excetuadas as Usinas Delmiro Gouveia e Apolônio Sales, em Pernambuco, já desativadas), embora o aproveitamento de suas cachoeiras e declives pudesse gerar cerca de 18.000.000kW.

A CVSF foi colaboradora e pioneira na implantação dos dois maiores sistemas hidroelétricos no São Francisco: o da CHESF e o de Três Marias, de extraordinária projeção no desenvolvimento dos Estados do Nordeste Brasileiro, de Minas Gerais e do São Francisco. No sistema CHESF, financiou durante quatro anos a construção da Usina I de Paulo Afonso, de 180.000kW, e, no de Três Marias, custeou integralmente a construção da barragem e a instalação da usina de 520.000kW.

Estas usinas originaram e alimentaram as primeiras linhas de transmisso no Sistema CHESF, a de Paulo Afonso-Barro Vermelho-Juazeiro-Petrolina, de Barro Vermelho a Senhor do Bonfim-Campo Formoso-Antônio Gonçalves-Pindobaçu-Saúde-Jacobina-Miguel Calmon, e mais tarde estendida para eletrificação de Irecê e de todos os municípios de sua microrregião na Bahia; de Paulo Afonso-Itacuruba-Belém-Cabrobó, de Itacuruba-Floresta-Carqueja, Serra Talhada e, logo depois, para eletrificação de todos os municípios sanfranciscanos de Pernambuco: em Alagoas, a linha Paulo Afonso-Delmiro Gouveia-Mata Grande e a marginal para Piranhas-Pão de Açúcar-Penedo-Piaçabuçu, além da linha Propriá-Penedo, derivada do tronco Paulo Afonso-Aracajú, em Sergipe, todas custeadas pela CVSF.

No sistema Três Marias, a CVSF financiou a construção das linhas de transmissão de 138.000kW: Três Marias-Várzea da Palma-Montes Claros (com ramificações para Pirapora e Bocaiúva), em seguida prolongada para Janaúba, Gorutuba, Francisco Sá e Salinas e demais municípios do Nordeste Mineiro, bem como linhas para Morada Nova e as cidades marginais do lago formado pelo reservatório etc.

Além destas duas poderosas usinas, a CVSF custeou e construiu as seguintes hidroelétricas de médio e pequeno porte:

- de Correntina, com 8.000kW, na Bahia;
- de Pandeiros, com 4.000kW;
- de Cajuru - consorciada com a CEMIG -, com 9.000kW;
- de Samburá, com 850kW, beneficiando a cidade de Bambuí;
- de Abaeté, com 600kW, energizando as cidades de S. Gonçalo, Tiros, Rio Paranaíba e Matutina;
- de Paraíso, com 300kW, atendendo à cidade de Carmo do Paranaíba; e
- de Canabrava, com 400kW, para o suprimento da Colônia Agropecuária de Paracatu, todas estas em Minas Gerais.

A CVSF adquiriu também as usinas da Companhia Sertaneja de Barreiras e da Prefeitura de Jacobina, ambas na Bahia, de 40kW cada.

Da Usina de Correntina partiram as linhas de transmissão:

- Correntina-Santa Maria da Vitória-Bom Jesus da Lapa-Riacho de Santana-Igaporã-Caetité-Guanambi;
- Santa Maria-Porto Novo-Santana-Canápolis-Serra Dourada;
- Santa Maria-Coribe-Jaborandi-Cocos-Montalvânia; e
- Correntina-São Desidério-Barreiras, todas em operação.

Da Usina de Pandeiros se estendiam linhas de transmissão para as cidades de Januária, São Francisco, Itacarambi e Manga, em Minas Gerais.

Este conjunto de linhas de transmissão foi totalmente custeado pela CVSF.

No setor de energia a CVSF, antes do funcionamento desses grandes sistemas, montou as usinas termoelétricas de:

- Pirapora, com 1.050kW, em Minas Gerais, para servir essa cidade;
- Ilha do Fogo, com 1.400kW, para suprir Juazeiro (BA) e Petrolina (PE);
- Jacobina, com 400kW, para servir à cidade de Jacobina;
- e Senhor do Bonfim, com 500kW, beneficiando a cidade do mesmo nome, na Bahia.

Devo salientar que a escassez de eletricidade na Região, em 1946, era tamanha que a CVSF teve de instalar 280 motores diesel para iluminar nossas cidades e vilas, cujas populações, em geral, ainda desconheciam a energia elétrica.

Basta dizer que, em todo o Médio e Baixo São Francisco, apenas as cidades de Juazeiro, Barra, Lapa e Xique-Xique, na Bahia, Petrolina, em Pernambuco, Penedo, em Alagoas, e Propriá, em Sergipe, possuíam precárias instalações de grupos geradores.

No setor de saneamento básico, o São Francisco padecia de deficiência idêntica à de energia.

A rigor, excluídas Belo Horizonte, algumas cidades de sua área metropolitana e Montes Claros, nenhuma cidade do Alto, Médio e Baixo São Francisco possuía serviço de abastecimento d'água, reclamado por seus habitantes.

A CVSF instalou, até 1967, estes serviços em mais de 50% das cidades do Vale, nos seis Estados.

Com a mesma finalidade e para suprir as áreas rurais, perfurou e equipou cerca de 150 poços tubulares, ainda hoje em operação, abastecendo as populações locais.

No setor transporte e comunicação, a CVSF construiu cerca de 2.000km de estradas de rodagem de 1ª classe, padrão federal, convindo apontar que, em 1946, só existia uma única rodovia que atravessava o São Francisco, ou seja, a Transnordestina, não existindo nenhuma outra de acesso ao Vale.

Portanto, nesse período, foram ligadas:

- Bom Jesus da Lapa, Caetité e Guanambi a Ilhéus e Salvador;
- Xique-Xique, Irecê, Morro do Chapéu, Ipirá e Mundo Novo a Salvador; e
- Juazeiro-Uauá à Transnordestina, todas na Bahia;
- Januária-Montes Claros e Pirapora-Patos de Minas, em Minas Gerais;
- Paulo Afonso, na Bahia, a Recife, via Petrolândia e Garanhuns, em Pernambuco, porque as turbinas das usinas de Paulo Afonso eram desembarcadas no porto de Recife e transportadas por essas rodovias;
- Paulo Afonso a Delmiro Gouveia e Mata Grande e, daí, à "Central de Alagoas" (atualmente, trecho da BR-316); e
- Neópolis-Propriá-Aracaju, em Sergipe.

Além destas rodovias, a CVSF, em convênio com Estados e Municípios, custeou ou subvencionou a construção de numerosas estradas vicinais e municipais de interesse da Região.

Igualmente, a CVSF construiu e instalou mais de 50 aeroportos e campos de pouso no São Francisco. Assinale-se que o Vale, em 1946, só possuía

em operação os aeroportos de Petrolina e Bom Jesus da Lapa, construídos pela NAB, companhia nacional que fazia a rota do São Francisco, o da Pampulha, em Belo Horizonte, e o grande campo de Barreiras, construído pelos norte-americanos em 1944, durante a 2ª Guerra Mundial.

A CVSF unificou a rede telegráfica da Região construindo inúmeras linhas e fechando vários circuitos, facilitando desta forma as comunicações entre as sedes municipais e as capitais dos Estados do Vale.

No setor fluvial propriamente dito, a CVSF cuidou preliminarmente de regularizar a vazão do Rio, construindo a Barragem de Três Marias, que, além das finalidades referidas anteriormente nesta monografia, contribuiu de forma ponderável para aumentar a lâmina d'água do Rio durante a estiagem, melhorar sua navegabilidade e regularizar a navegação entre os portos de Pirapora e Juazeiro-Petrolina.

No mesmo sentido, com objetivos maiores e bem definidos, elaborou o anteprojeto da Barragem de Sobradinho, cuja construção foi retardada em 12 anos, com enorme prejuízo para o São Francisco e para a Bahia.

No setor da saúde, a CVSF se deparou, em 1948, com um São Francisco praticamente livre da malária, seu mortal inimigo, graças à ação e competência do notável ministro baiano, Clemente Mariani, e do Sanitarista Mário Pinotti.

Na esteira dos setores de energia, saneamento básico e estradas, o São Francisco, excluídas Belo Horizonte e raras cidades de sua área metropolitana, não possuía um só hospital para tratamento de seus enfermos. A falta de assistência médico-hospitalar na Região era total.

A CVSF modificou este impiedoso panorama, construindo e mantendo uma rede de dezenas de Hospitais Regionais e quase 60 Postos de Saúde e Maternidades espalhadas pelas cidades de todo o Vale.

Os Hospitais Regionais de Pirapora, Bom Jesus da Lapa, Barra, Juazeiro, Petrolina e Penedo, entregues ao SESP mediante convênio, foram custeados pela CVSF. Tudo isto foi feito sem interromper o combate à malária e a outras endemias existentes no Vale.

A irrigação é, social e economicamente, o mais importante instrumento para o desenvolvimento do São Francisco, pois oferece trabalho e fixa o homem à terra. Foi objeto de cuidados especiais da CVSF.

No meu discurso na Constituinte, frisei a capital importância da irrigação para o desenvolvimento do Vale e seus reflexos colaterais sobre seu povoamento e colonização. Para a localização dos perímetros irrigáveis, impunha-se como providência preliminar o levantamento aerofotogramétrico da Bacia, já regulado pela Lei 23, num de seus dispositivos mais explícitos. Isto porque, naquela época, o São Francisco praticamente não possuía um palmo de terra levantado para a irrigação.

Norteada pela mesma diretriz, a CVSF, logo que instalada, criou os Postos de Irrigação de Januária e Pirapora, em Minas Gerais; Paratinga, Barreiras, Salitre, Curaçá, Ibó e Glória, na Bahia; Petrolina, Coripós, Cabrobó, Belém e Gravatá, em Pernambuco; e Propriá e Penedo, no Baixo São Francisco. E tal era o propósito da CVSF de embasar este problema, que, nos idos

de 1950 a 1952, já funcionavam, sobretudo na fronteira Bahia-Pernambuco e no Baixo São Francisco, 1.250 motobombas por ela financiadas aos irrigantes através de sua carteira de revenda, sem qualquer lucro, e assentadas na beira do Rio para irrigação de suas terras.

Além disso, iniciou a implantação do Projeto São Desidério, no Rio Grande, e deu continuidade à irrigação, promovida por Apolônio Salles, no Núcleo Agroindustrial de Petrolândia.

Por onde se vê que a irrigação foi uma cogitação permanente da CVSF. Já na década de 1950 a CVSF contratou o famoso engenheiro italiano Galioli, que estudou e elaborou os primeiros grandes projetos de irrigação no Vale do São Francisco, destacadamente os dos Rios Grande e Corrente, na Bahia.

No setor da educação, a situação no Vale era tão desesperadora quanto no da saúde. Justamente os dois pilares sustentadores da moderna civilização, nos quais se arrima o progresso científico e tecnológico de todas as nações contemporâneas mais desenvolvidas.

Para se ter uma idéia do grau de atraso da educação no São Francisco e do índice mais alarmante de seu subdesenvolvimento, bastaria recordar que, pela inexistência de cursos ginasiais, somente as famílias abastadas desfrutavam do privilégio de educar seus filhos, nas capitais. Os alunos pobres ficavam marcando passo no ABC e tabuadas das escolas primárias, públicas e particulares, citadinas e rurais.

Em 1946 a carência de educação era de tal ordem que, em todo o Médio São Francisco - registre-se -, só havia três estabelecimentos de ensino ginasial, isto é, a Escola Normal de Caetité, o Colégio Santa Eufrásia, na Barra, e o Colégio das Freiras, em Petrolina.

Em 1967 a situação era diferente. Incentivados e subvencionados pela CVSF, funcionavam em todo Vale mais de 200 estabelecimentos de ensino médio, divididos entre colégios, ginásios, escolas normais, seminários menores, escolas profissionais etc. Graças à CVSF, se consolidaram no São Francisco a Escola de Agronomia do Médio São Francisco, em Juazeiro, Bahia, e a Escola de Agronomia Artur Bernardes, em Lagoa Santa, Minas Gerais.

No setor do desenvolvimento da produção, a CVSF desempenhou um papel pioneiro nas áreas de colonização e fomento da produção vegetal e animal, problemas jamais ventilados no Vale. A CVSF manejou e usou todos os instrumentos de real influência no progresso agropecuário do São Francisco. Assim é que criou, instalou e pôs em funcionamento a Colônia de Paracatu, em Minas Gerais, e a Colônia do Formoso, na Bahia, ambas implantadas em vastas propriedades e destinadas à preparação de plantéis para melhoria dos rebanhos nativos, em geral de gado pé duro, predominante na região. Além destas colônias, criou e manteve 21 postos veterinários espalhados por todo o Vale, em áreas apropriadas à criação de bovinos, eqüinos, caprinos etc.

Com a incorporação do acervo do Núcleo Agroindustrial de Petrolândia, a CVSF conservou e continuou seu programa de fomento às culturas

da videira, do algodão, da palma, algaroba etc e de auxílio às indústrias de transformação, além do incentivo à avicultura.

A CVSF ainda subvencionou o Posto de Colonização da Diocese de Petrolina e Núcleos Coloniais das Escolas Caio Martins,de Urucuia e Carinhanha, adotivos do saudoso deputado mineiro Manoel de Almeida.

Fato marcante e de efeito definitivo: a CVSF foi a introdutora do trator no São Francisco, onde era totalmente desconhecido.

Para sua utilização criou em 1953, em caráter experimental, as Patrulhas Mecanizadas de Irecê e Guanambi, já naqueles tempos, respectivamente, os maiores produtores de feijão e de algodão herbáceo da Bahia e possuidores de terras adequadas à mecanização da lavoura.

A troca da enxada tradicional pelo trator provocou uma verdadeira revolução no meio rural sanfranciscano. A CVSF inaugurava, por esta forma, novos métodos de trabalho, como mudava até mesmo os hábitos antigos e a vida cotidiana do agricultor regional.

Este, inteligente, rapidamente assimilou as vantagens da mecanização da lavoura, resultando no aumento de sua produtividade e, conseqüentemente, da rentabilidade das safras.

Tudo isto traduzia estabilidade econômica, bem-estar e prosperidade dos lavradores e de suas famílias. As estatísticas consultadas revelam o convincente crescimento da produção agrícola. O trator e suas técnicas operacionais se propagaram por todo o São Francisco. O que, em nossos dias, se observa de modernização da agricultura na Bacia resultou, sem dúvida, desta iniciativa pioneira da CVSF.

No caso da Patrulha de Irecê, há um detalhe notabilíssimo de sua credibilidade.

O trator caiu no gosto do povo de tal maneira que, em 1976, ocasião de uma das piores crises que sofreu em virtude da seca, a microrregião já possuía uma frota particular de 5.000 tratores em plena operação, no lugar dos 20 tratores da patrulha original.

A CVSF também difundiu pioneiramente a cultura da videira no São Francisco. Começando pelo Núcleo de Petrolândia, a cultura da uva se expandiu e, nas décadas seguintes, tomou grande vulto, sobretudo no Médio São Francisco inferior, entre Juazeiro-Petrolina, Coripós e Paulo Afonso, e no Médio Superior, especialmente em Pirapora.

Hoje o São Francisco abastece de uva os mercados próximos de Salvador e Recife, também os do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo e já exporta para o exterior. Em 1980, depois de iniciada a construção da Barragem de Itaparica, visitei as plantações de uva da Cinzano, no meu município de Floresta, onde já frutificavam mais de 500.000 pés para consumo de sua fábrica de vermute no Recife.

Este vinhedo foi depois totalmente submerso pela Barragem de Itaparica.

Do mesmo modo foi a CVSF que estreou na Região a cultura do Algodão "Saka" do Egito, cujas sementes foram trazidas por um agrônomo seu. Em 1961, nos seus campos experimentais, a CVSF chegou a colher 50.000kg de sementes do Saka, para distribuição aos lavradores do Vale.

Este algodão produzido no São Francisco deu uma fibra longa, de 42 a 45 milímetros, superior à de 36 a 42 milímetros do Algodão "Mocó", então considerado o melhor algodão de fibra longa do Brasil.

A CVSF também estimulou a cultura da cebola, que alcançou especial rendimento nos municípios do Médio São Francisco inferior e em alguns do Baixo. Por isso Cabrobó ganhou o título de "Capital da Cebola", como seu maior produtor.

Para se ter uma idéia da influência da CVSF na expansão desta cultura no Vale, basta relembrar que a produção de cebola naquela região, em 1952, foi de 2.130 toneladas, ainda quando as plantações eram irrigadas por motobombas, elevando-se esta produção, em 1959, para 30.000 toneladas, já então irrigada com bombas elétricas acionadas pela Usina de Paulo Afonso.

Esta cifra, nos dias atuais, está ultrapassada pela participação expressiva do município de Xique-Xique e de outros dedicados ao plantio da cebola.

A CVSF experimentou ainda a cultura do melão europeu com excelentes resultados. Sua produção cresceu de tal modo em todo Médio São Francisco que hoje atende ao consumo interno e o excedente é exportado para o exterior, especialmente para o Mercado Comum Europeu.

O arroz foi outro cereal a cuja cultura a CVSF deu toda a atenção no Baixo São Franciso, tanto no lado alagoano, quanto no sergipano.

Ali os lavradores cultivavam o arroz de forma rudimentar e sem nenhuma assistência técnica. Era uma cultura tradicional das várzeas do Baixo São Francisco. Sua produção em 1955 alcançou 283.000 sacos de arroz em casca.

Depois da instalação de uma Residência Agrícola em Penedo, com jurisdição sobre as várzeas, a produção subiu em 1961 para 1.000.000 de sacos.

Até 1967, repita-se, a CVSF, fiel à sua filosofia desenvolvimentista, pesquisou variadas culturas adaptáveis à Região, visando estruturar com segurança sua economia em crescimento.

Para tanto criou as estações para fomento do algodão herbáceo e da mamona, em Irecê, Guanambi e Paramirim, na Bahia, municípios em que estas lavouras já tinham sido testadas promissoramente.

O incipiente setor industrial de transformação não foi negligenciado pela CVSF como incentivo aos produtores da Região. Assim é que instalou duas usinas de óleos vegetais para aproveitamento do caroço de algodão e da mamona, cinco usinas de beneficiamento de algodão em pluma, sete usinas de arroz e três de milho, localizadas em municípios produtores.

Arrematando esta resenha das realizações da CVSF, recordo e insiro retrospectivamente nesta monografia, que em dezembro de 1951 o Engº Paulo Peltier, seu Superintendente, assinou um convênio com a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para "realização de pesquisas e estudos de caráter sociológico e ecológico da Região do Vale do São Francisco sob a supervisão e coordenação direta do Prof. Donald Pierson", seu mestre de renome internacional. Durante vários anos, equipes de abnegados e experientes especialistas em ciência social, por ele orientados, percorreram o Vale do São Francisco de Norte a Sul e de Leste a Oeste, investigando a vida do homem, pesquisando a base ecológica, o estado sanitário e o nível educacional da

Região, analisando o estágio da agricultura e o teor de alimentação de sua gente, apontando todos os demais problemas que se relacionassem com o conveniado "Projeto São Francisco", como era conhecido pelos técnicos, aos quais cabia formalizá-lo.

Em outubro de 1959, ao cabo de oito anos, Donald Pierson deu por concluído seu magnífico trabalho e o entregou ao então Superintendente da CVSF, Engº Assis Scaffa, para sua publicação. Esta obra em três volumes, intitulada "O Homem do São Francisco", prefaciada pelo autor, só foi impressa em 1972, com apresentação do Superintendente da Suvale, Wilson Santa Cruz Caldas.

Ainda agora ela é indiscutivelmente o mais completo acervo de estudos, informações e verdades, colhidas "in loco", do que naquele tempo ostentava o Vale do São Francisco.

E, em junho de 1964, a CVSF, junto com a SUDENE e a CHESF, assinou com o *Bureau of Reclamation* norte-americano um convênio especificado para o levantamento hidro-agrícola do Vale do São Francisco, visando o aproveitamento de suas potencialidades geo-econômicas e as dos afluentes: Rios das Velhas, Jequitaí, Paracatu e Urucuia, em Minas Gerais, Corrente e Grande, na Bahia.

A relação de obras, serviços gerais, assistenciais e benefícios outros, disseminados por todo o Vale, dá a justa medida do esforço gigantesco da CVSF no exercício de sua competência legal. Esforço acima de tudo para enraizar na Região uma economia sólida, competitiva e remuneradora de investimentos governamentais e empresariais.

Pelo seu pioneirismo, operosidade e devotamento ao São Francisco, a CVSF, ao retirar-se da cena compulsoriamente, deixou como herança sua imagem inesquecível e viva, gravada na lembrança das gerações contemporâneas, com reflexo nas atuais.

Outros tempos: a SUVALE

As obras, serviços e deliberações da CVSF, arrolados nesta monografia, por si sós contra-indicariam a edição do Decreto-Lei 292, de 28.02.67.

Este decreto, que transformou a CVSF em autarquia, sob a denominação de SUVALE, surpreendeu a quantos dentro e fora do Congresso Nacional se interessavam pela sorte e pelo desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Eu pergunto: se seus autores encontrassem, em 1967, um São Francisco nas condições que eu o vi em 1946, dizimado pela malária, sem um levantamento da Bacia destinado aos projetos de irrigação e regularização do Rio, com seus municípios sem abastecimento d'água, sem energia, estradas, hospitais, colégios, e com inexpressiva produção agropecuária, se atreveriam a baixar o Decreto 292?

Certamente que não, para não ofenderem o bom senso nem seus pruridos de patriotismo.

A ementa do Decreto-Lei 292 ("cria a Superintendência do Vale do São Francisco e extingüe a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências"), estampa transparentemente o propósito do regime militar de extirpar a CVSF da administração pública federal.

Antes da expedição desse Decreto-Lei, o Ministro Extraordinário do Interior, João Gonçalves, por deferência pessoal, deu-me conhecimento da medida e ouviu de mim palavras de discordância e reprovação, por interpretá-la como um ato de força injustificável e um erro imperdoável do Governo, ao patrocinar tamanho castigo ao São Francisco, erro este de que ele, alagoano, jamais se redimiria.

Porque ninguém estava mais apto que ele para avaliar o desempenho da CVSF em todo o Vale e julgar a iniqüidade do Decreto. João Gonçalves iniciara sua carreira profissional de agrônomo na CVSF, a que servira du-

rante vários anos, até sua ascensão para a OEA. Argumentei com ele que, se a Revolução pretendia ajudar o São Francisco e reconhecesse os bons serviços prestados ao Vale pela CVSF, só tinha um caminho a seguir, isto é, dar continuidade aos seus trabalhos, mantendo-a em funcionamento, apesar da espoliação de seus recursos constitucionais.

Se o intuito do Decreto fosse, deveras, desenvolver o São Francisco, bastaria manter a estrutura funcional da CVSF, já testada, ajustando-a às inovações imaginadas pelos idealizadores da SUVALE, sobretudo no âmbito do planejamento e na formulação dos projetos das áreas-programas, seu objetivo primordial.

Tentei dissuadi-lo da prática de ato tão chocante e tão lesivo ao São Francisco, para que ele não ingressasse na História como seu cúmplice.

O que a Revolução de 31 de Março pretendia, efetivamente, era ofuscar a atuação da CVSF no Vale e deitar sobre ela a pedra tumular do esquecimento.

Nas palavras francas do Ministro, senti a impossibilidade de mudar a resolução do Governo. Estava eu diante de um fato consumado. Selado estava o destino da CVSF, que deste jeito desapareceria, sem deixar vestígio - na opinião dos que viviam longe do Vale e não comungavam dos sentimentos de seu povo.

Dias depois era divulgado o Decreto-Lei 292, certamente sob os aplausos e abraços congratulatórios do Chefe da Casa Civil, Luiz Viana Filho.

A redação dos textos do Parágrafos 2º do Art. 1º e do Art. 2º do Decreto-Lei deixava a impressão de que a SUVALE daria continuidade ao plano de desenvolvimento sócio-econômico do Vale, concebido e em execução pela CVSF. Vejamos: Parágrafo 2º do Art. 1º - "A autarquia terá como área de atuação a Bacia do Rio São Francisco; (...) Art. 2º - "São objetivos da Superintendência do Vale do São Francisco na sua área de atuação..." (seguem-se suas cinco alíneas). Alíneas.

Entretanto, tratava-se de simples aparência, logo desmascarada pelo Art. 3º, que dizia taxativamente: "a SUVALE adotará as diretrizes estabelecidas pela SUDENE e observará as disposições da Lei 4.869, de 1º/09/65, relativamente aos planos, programas e projetos que deva executar no Nordeste".

Este Artigo 3º exprimia, irrecorrivelmente, a cassação da autonomia da SUVALE no São Francisco, em contraposição à CVSF, que desfrutara de competência e poderes legais para superintender e solucionar todos os problemas, elaborar programas e planos em todo o território do São Francisco, que, no meu entendimento, é uno e indivisível.

O Parágrafo único do mesmo Art. 3º estabelecia que "na área da Bacia do São Francisco não compreendida no Nordeste, a SUVALE atuará de modo compatível com os planos, programas e projetos, executados, em execução ou a serem executados na Região Nordestina", o que prova que a subordinação da SUVALE à SUDENE era de tal ordem que esta não respeitava sequer o limite sul do Polígono das Secas, entre Pirapora e Montes Claros, e invadia o Alto São Francisco.

Mas o ponto mais vulnerável da SUVALE situava-se no Art. 4º e no seu parágrafo 1º, assim definidos: "Art. 4º - Observado o disposto no Parágrafo 2º do Art. 1º, desde Decreto-Lei, a SUVALE deverá atuar prioritariamente em áreas-programas, nas quais concentrará seus investimentos.

"Parágrafo 1º - A SUVALE somente poderá realizar investimentos em energia elétrica, abastecimento d'água, esgotos sanitários, rodovias, portos, aeroportos, habitação, saúde e educação, nas áreas-programas".

Estes dispositivos do Decreto-Lei 292 revelam, transparentemente, que o desenvolvimento do São Francisco, previsto pela SUVALE, se restringia exclusivamente às áreas-programas, e condenava à orfandade o resto do Vale.

Todos aqueles problemas relacionados no Parágrafo 1º do Art. 4º do Decreto-Lei 292 constituíam objetivos programáticos da CVSF, em via de solução em todas as áreas do São Francisco. Estava afinal quebrada a unidade geo-econômica imprescindível ao seu desenvolvimento integrado.

O Decreto 292, oficializando a subordinação da SUVALE à SUDENE, se opunha à lei específica da CVSF, que lhe conferira completa autonomia no Vale e responsabilidade absoluta pelo seu desenvolvimento, sem submissões de qualquer espécie na condução de seus problemas.

Regulamentada a autarquia, aprovado seu regimento interno, extinto gradativamente na forma da lei o quadro do pessoal da CVSF - absurdo inqualificável -, enfim organizada administrativamente, a SUVALE estava instrumentada para agir e habilitada para concretizar seus objetivos.

A partir daí a SUVALE realizou acurados estudos em determinados setores do Vale, que resultaram na seleção de nove áreas-programas, a saber: no Baixo São Francisco, a das várzeas inundáveis e a da bacia leiteira dos Estados de Alagoas e Sergipe; no Sub-Médio São Francisco, a área Petrolina-Juazeiro; no Médio São Francisco, a área de Irecê, a do Rio Grande e a do Rio Corrente; no Alto-Médio São Francisco, a área de Jequitaí e a de Paracatu; e, no Alto São Francisco, a área de Três Marias.

Os módulos destas áreas-programas, pelas publicações oficiais, somavam aproximadamente 77.539km^2, que representavam pouco mais de 10% do território do Vale do São Francisco, dependente todo ele da assistência do Governo Federal para sua sobrevivência e desenvolvimento econômico.

A SUVALE, assumindo as responsabilidades e as conseqüências nefastas da supressão do Art. 29 do A.D.C.T., de 1946, perdeu de imediato o direito a recursos constitucionais, situação que só se normalizará num dia muito distante, quando houver estabilidade econômica no País, nos Estados integrantes da Região, ou através de empréstimos externos.

À luz da História e da imparcialidade desta monografia, devo afirmar que a SUVALE, dentro de suas limitações legais, se desempenhou corretamente na busca dos objetivos fixados pelo Decreto-Lei 292.

Depois de organizada e instalada, a SUVALE adotou, como providência preliminar para roteiro de seu funcionamento, a elaboração de Planos Diretores para o desenvolvimento integrado do São Francisco, com base na irrigação das áreas-programas.

Obediente a normas rígidas previamente estabelecidas, a SUVALE encaminhou os estudos de viabilidade técnico-econômica de numerosos projetos de irrigação, abrangendo uma área de 24.000ha: no Baixo São Francisco, os Projetos Propriá, Itiúba, Betume, Boacica, Cotinguiba, Marituba, Brejo Grande e o das Várzeas; no Submédio, os Projetos Massangano, Maniçoba e Curaçá; no Médio São Francisco, o São Desidério; e, no Alto, o Projeto Pirapora.

Contratou a elaboração dos projetos básicos e executivos dos Perímetros de Propriá, Itiúba e Betume I, no Baixo São Francisco; de Maniçoba e Curaçá, no Submédio; de São Desidério, no Médio; e Pirapora, no Alto São Francisco.

Iniciou a implantação dos projetos de irrigação de Propriá, Itiúba, Maniçoba, Curaçá e Pirapora, todos concluídos pela CODEVASF.

Os projetos de irrigação e colonização de Bebedouro e Mandacaru, por sinal os menores da área-programa Juazeiro-Petrolina, no Submédio São Francisco, foram iniciados pela SUDENE e concluídos pela SUVALE. Os projetos de São Desidério, no Rio Grande, e o de Formosinho (Projeto Piloto da Colônia de Formoso, no Rio Corrente), no Médio São Francisco, foram iniciados pela CVSF e implantados, praticamente terminados, pela SUVALE. A área total operada pela SUVALE foi da ordem de 3.000ha.

A SUVALE, logo que instalada, prorrogou em 1967 o convênio assinado em 1964 pela CVSF, SUDENE e CHESF com o Bureau of Reclamation, norte-americano, prorrogação que durou até 1970.

O Bureau of Reclamation forneceu um minucioso relatório, no qual inseriu sugestões e recomendações do mais alto valor. O Bureau indicou, sobretudo nos afluentes do São Francisco, cerca de duas dezenas de locais adequados à construção de barragens, das quais destacamos a do Rio Paracatu, cuja acumulação ficava quase nos níveis da de Três Marias, e da qual, na certeza de executá-la, o DNOS elaborou o projeto definitivo. Sua implantação seria de grande influência na descarga do Rio São Francisco e nas disponibilidades de água para irrigação.

O volume d'água armazenado nessas barragens asseguraria condições propícias à irrigação, à geração de energia e à navegação, tríade na qual se apoiaria qualquer plano de desenvolvimento econômico do Vale do São Francisco.

Nesta nova fase, o Bureau estudou com mais profundidade principalmente os Projetos de Irrigação de Jequitaí e das Velhas e as barragens nos Rios Corrente e Grande.

Do ponto de vista econômico-social, a contribuição marcante da SUVALE ao São Francisco se estampa na mudança da política de irrigação vigente na Região. Até então os projetos se cingiam estritamente à colonização, executada em lotes familiares de 6 a 8 hectares. A SUVALE inovou pioneiramente este método, introduzindo a participação das pequenas empresas privadas em lotes de até 50 hectares.

Durante o período de vigência da SUVALE, o São Francisco foi sacudido por dois acontecimentos importantes: o lançamento do Decreto 1.207, de 7 de fevereiro de 1972, que criou o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE), e o início da construção da Barragem de Sobradinho, acontecimentos de profunda repercussão nos destinos do Vale.

O pronunciamento do Presidente Emílio Médici, anunciando o PROVALE, confere a dimensão sócio-econômica do São Francisco por ele objetivada. Reproduzamos as palavras oraculares do Presidente Médici: "pela sua singular importância no quadro da vida brasileira, pelas múltiplas e transcendentais funções que nela está fadado a desempenhar como fator de unidade e progresso do País, o Rio São Francisco - tema obrigatório de quantos se interessarem pelos problemas nacionais - reclama dos governantes o melhor dos seus esforços para ajudá-lo a cumprir, em toda plenitude, o relevante papel que os seus especiais característicos o destinam.

"Sentindo que a Nação não podia tolerar maior delonga quanto ao aproveitamento em escala adequada dos recursos oferecidos por esta bacia hidrográfica, o legislador constituinte, em decisão histórica, estipulou que nela se empregasse parte da renda nacional. Prescreveu-se assim, no Artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1946, que: 'o Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de 20 anos a contar da promulgação desta Carta Política, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento (1%) de suas rendas tributárias'."

E prosseguiu o Presidente Médici: "a ação administrativa, que para logo se desencadeou sob o influxo desse preceito constitucional, rendeu ao longo dos anos frutos consideráveis. A valorização do São Francisco deixou, pois, de constituir expressão meramente retórica, para se converter em princípio de ação eficaz e proveitosa. A magnitude das obras realizadas em cumprimento de planos estabelecidos dentro das melhores concepções, representa contribuição inestimável para o desenvolvimento dessa Região.

"Além de outros empreendimentos de grande porte, é bastante indicar, para dar medida do que ali se realizou, a construção das Usinas de Três Marias e Paulo Afonso."

Ainda hoje sinto emoção ao reler este discurso do gaúcho Presidente Médici, cujos conceitos calhariam maravilhosamente bem nos lábios e na pena do nordestino Presidente Castelo Branco. Foi esta a primeira demonstração inequívoca de apreço e reconhecimento de um governo revolucionário, ao papel do São Francisco na comunhão nacional, desde a extinção da CVSF em 1967.

Sem se ater aos limites estreitos das áreas-programas, o Presidente Médici arquitetou um sistema emergencial sanfranciscano, cronogramado para funcionar, preservando rigidamente a unidade geo-econômica do Vale.

O Artigo 1º do Decreto 1.207 estava assim redigido:

"É criado Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE),

complementar aos programas em execução, para ocupar os vazios econômicos existentes nessa Região e acelerar seu desenvolvimento econômico e social, integrando-a mais rapidamente ao processo de desenvolvimento nacional".

A execucão do PROVALE estava a cargo dos Ministérios da Agricultura, Interior, Transportes e das Minas e Energia, cada qual com suas prioridades definidas.

O PROVALE, sem prejuízo das verbas orçamentárias autorizadas, contava com uma dotação no Valor de Cr$ 840.000.000,00 distribuída pelos exercícios de 1972, 1973 e 1974. As maiores dotações destinavam-se à implantação e pavimentação da rede de rodovias básicas - Cr$ 350.000.000,00; ao financiamento de projetos agrícolas e agroindustriais - Cr$200.000.000,00; à realização de obras de urbanismo, infra-estrutura social e irrigação - Cr$ 100.000.000,00; e ao Reservatório de Sobradinho, para construção de eclusa na barragem e relocação de cidades e vilas - Cr$ 190.000.000,00.

Naquela altura, saneado e dotado o São Francisco de satisfatória rede hospitalar, recomendava-se todo esforço para melhoria do nível de vida de seus habitantes. O PROVALE veio justamente preencher a lacuna espacial da SUVALE no São Francisco, jungida às minguadas áreas-programas. O fomento da produção agrícola e agroindustrial estava entre as mais imperiosas preocupações do PROVALE, com o escopo de fixar o homem à terra.

Socialmente, o objetivo principal do PROVALE, consubstanciava-se "no apoio aos programas de colonização, irrigação e desenvolvimento agrícola das regiões do Rio Corrente, Rio Grande, Irecê, Jaíba, Paracatu, João Pinheiro, Montes Claros, Petrolina-Juazeiro, Penedo e Propriá".

O PROVALE deu ênfase especial à rede rodoviária do São Francisco, que em 1967 já estava ligado a todas as capitais dos Estados sanfranciscanos e privilegiando suas conexões com as demais regiões brasileiras.

O grande e saudoso Ministro Mário Andreazza determinou ao DNER delegar à Engenharia Militar a conclusão das rodovias BR-020 e BR-242, trecho Brasília-Posse-Barreiras-Ibotirama, indubitavelmente a primeira ligação direta entre a Capital da República e o Nordeste brasileiro, completada com a assinatura do contrato de elaboração do projeto da ponte sobre o Rio São Francisco em Ibotirama; a conclusão da BR-316, trecho Teresina-Picos-Salgueiro, cujas concorrências já tinham sido julgadas; a construção pelo DNER da BR-365, trecho Montes Claros-Pirapora-Patos-Uberlândia; a elaboração dos projetos da BR-351, Brasília-Unaí-Pirapora, e da BR-407, trecho Picos-Petrolina.

Ficava, desta forma, estruturado um sistema hidro-rodo-ferroviário, tendo como fulcro o São Francisco e apoiado na Estrada de Ferro Central do Brasil, em Pirapora, e na E.F. Leste Brasileiro, em Juazeiro-Petrolina e Propriá, entrelaçando perenemente a Amazônia, o Nordeste, o Centro Sul e o Centro Oeste, e atestando ser o São Francisco efetivamente o Rio da Unidade Nacional.

O ponto alto do PROVALE se patenteia no item consagrado ao reservatório de Sobradinho, esquecido pela SUVALE, consignando verbas para a

construção da eclusa e para relocação dos ribeirinhos de cidades, vilas, ilhas e áreas rurais inundáveis pela barragem, antes mesmo do início de sua construção.

Foi como que a ressurreição de um projeto por mim acalentado, mas frustrado. Sobradinho, tal qual projetada, seria a maior obra a ser executada no São Francisco em todos os tempos.

Em 1962 a Lasa/Tecnosolo entregou à CVSF o anteprojeto da "Barragem de Sobradinho, para aproveitamento múltiplo do Rio São Francisco".

Era tal a certeza de sua concretização, que a CVSF antecipou o início das obras preliminares de acesso e a transferência da maquinaria pesada de Três Marias, de sua propriedade, para o futuro canteiro de obras, no lado direito.

Por efeito da suspensão das obras pelo Governo João Goulart, da supressão do Art. 29 do A.D.C.T. e da extinção da CVSF, o anteprojeto da Barragem de Sobradinho ficou engavetado durante vários anos.

Aproveitando-se destas circunstâncias, a CHESF, que tinha convicção de que a expansão do complexo energético de Paulo Afonso dependia fundamentalmente de Sobradinho, se interessou pelo anteprojeto que lhe foi adjudicado pelo Governo Federal, objetivando sua revisão, elaboração do projeto definitivo e sua construção.

O projeto de Sobradinho foi realizado com a participação de expoentes da técnica brasileira e a colaboração de consultores estrangeiros de renome mundial, orientado, porém, pela experiência adquirida pelos técnicos da CHESF, no seu longo período de convivência com o Rio São Francisco.

Os estudos topográficos, batimétricos e geológicos da área de Sobradinho confirmaram o local da barragem tradicionalmente adotado pelos projetistas anteriores (anteprojeto Lasa/Tecnosolo). Apenas foi realizado pequeno deslocamento do eixo principal.

Depois de exaustivas e demoradas investigações de todos os seus aspectos técnicos, a CHESF adotou o projeto definitivo elaborado pela Hidroservice Engenharia S.A., baseado nos dados explicitados, formalmente, na seguinte ficha técnica, decalcada na cota máxima normal de operação 392,5m, anteriormente optada pela CVSF: volume acumulado - 34,5 bilhões de metros cúbicos; área inundável - 4.214km^2; represamento - 400km, até próximo à foz do Rio Grande; descarga mínima - 2.060m^3/s; potência a instalar - 1.050.000kW; altura máxima - 41m; largura do coroamento - 10m; extensão total da barragem - 14.704m, sendo 3.988 da barragem principal (concreto e terra), 5.014m dos diques A, B, C e D e 5.702m dos acidentes naturais, ou sejam, Serra da Batateira, Serrotinho, Serra do Sobrado e Morro da Vargem; população a relocar - 70.000 pessoas, das quais 50.000 da área rural e 20.000 das sedes municipais a inundar - Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado. A eclusa foi projetada com desnível máximo de 32,5m; comprimento da câmara, 120m e largura de 17m. Assinale-se que ela não figurava no anteprojeto primitivo; portanto, foi iniciativa da CHESF, assim como a tomada d'água para irrigação da margem esquerda, com vazão de

25m³/s, e previsão de 75m³/s para o lado direito, solicitada oficialmente pela SUVALE-SUDENE.

Estes dados técnicos em si, comparados aos do anteprojeto da CVSF, em quase nada diferiam. A mensagem presidencial do PROVALE continha outro assunto do máximo interesse, isto é, a relocação de 50.000 ribeirinhos rurais a serem atingidos pelas inundações da barragem.

Neste caso tínhamos um impasse a superar. A CHESF entendia que as águas do Rio seriam usadas exclusivamente para a geração de energia.

No meu parecer ao PROVALE, sugeri a relocação desse pessoal, ou para as vazantes a se formarem à beira do lago, ou para as bacias dos Rios Verde e Jacaré, ambos desaguando na Barragem de Sobradinho e levantados aerofotograficamente pela CVSF com esta finalidade e tendo em vista a irrigação.

Este levantamento abrangia uma área de 480.000 hectares de terras férteis, excelentes para lavouras de grãos e onde hoje se pretende implantar o Projeto de Irrigação do Baixo de Irecê.

A CHESF todavia optou pela remoção dos ribeirinhos para o distante município sanfranciscano de Bom Jesus da Lapa, embora provocando muita contrariedade, além de elevadas despesas de transporte e alojamento dos relocados. Tão errada foi a decisão, que a maioria esmagadora dos relocados regressou aos seus municípios de origem, por não se aclimatarem a novos regimes de trabalho e de vida, apesar da instalação de dispendiosas e modernas agrovilas para alojá-los.

Ainda assim, a CHESF obstinava-se na tese de que as águas da barragem serviriam apenas para acionar suas turbinas, sob o fundamento de que o desfalque da água do rio para a irrigação implicaria na redução da capacidade geradora de suas usinas, tanto de Sobradinho, quanto de Paulo Afonso.

Reagi, na ocasião, contra tal pensamento dominante, sob o argumento de que o São Francisco estava dando efetivamente uma grande contribuição ao desenvolvimento dos Estados do Nordeste, através de sua industrialização, nutrida pelos geradores de Paulo Afonso. Entretanto, o Rio São Francisco, fonte de toda essa energia, não consumia, então, em seus municípios, mais que 1% da energia do sistema CHESF para fins públicos e domésticos, até porque não existiam indústrias na área de sua concessão.

Nossas atenções, como de todos os interessados no São Francisco, estavam voltadas para a irrigação, que no caso assumiria evidente função social, dando trabalho e enriquecendo o homem sanfranciscano, para arrimo de milhares de famílias.

Portanto, a solução do problema consistia na CHESF, em seus cálculos, reservar certo volume d'água do rio para irrigação das terras de jusante e montante da barragem de Sobradinho, mesmo que isto implicasse em reduzir sua geração de energia. Porque hoje e a médio prazo a irrigação é sem dúvida o principal agente do desenvolvimento do Vale, onde ainda é cedo para se pensar em industrialização intensiva.

Não havia nesse gesto nenhum laivo de exclusivismo ou egoísmo de nossa parte, porque o São Francisco, sendo brasileiro e de todos, justo era que,

na partilha dos benefícios, coubessem estes, prioritariamente, aos sanfranciscanos.

Para o feliz desfecho deste episódio, contei com o decisivo apoio do Engenheiro Eunápio Queiroz, Diretor de Construção da CHESF e Superintendente de Sobradinho, que compreendeu o alto e indiscutível sentido de minha objeção.

Graças a ele devemos a definitiva mudança de posição da CHESF no tocante ao uso das águas do Rio São Francisco. A irrigação, a partir daquele instante, não correria mais qualquer risco e poderia ser programada livremente no trecho de concessão da CHESF no Rio São Francisco, sem restrição de nenhuma espécie.

Os eventos que nortearam a Barragem de Sobradinho obedeceram à cronologia que se segue: em julho de 1971 a Eletrobrás, pelo seu Presidente, Mario Bhering, decidiu pela construção da Barragem; em 27 de agosto de 1971, sob pressão do Dr. Apolônio Salles, então Presidente da CHESF, foi decidida a criação da Superintendência de Sobradinho, com plena autonomia e responsabilidade total pela construção da Barragem, e a nomeação do Dr. Eunápio Queiroz para Superintendente; em setembro de 1972 foi dado início às obras do acampamento do canteiro de acesso.

A Barragem, propriamente, foi começada no dia 26 de julho de 1973, ratificada posteriormente pela Portaria de 21 de dezembro de 1973, do Ministro Dias Leite, das Minas e Energia - seu grande incentivador -, e terminada em dezembro de 1977, com início do enchimento do reservatório. Sua inauguração ocorreu festivamente no dia 28 de maio de 1978, na presença do Presidente Ernesto Geisel, do Ministro Shigeaki Ueki, do Governador Roberto Santos, do Presidente da Eletrobrás, Antônio Carlos Magalhães, de fato seu construtor, do Presidente da CHESF, das autoridades e do povo de Juazeiro e Petrolina.

Em 2 de julho de 1978 o enchimento do Reservatório atingiu a cota máxima de 392,5m e a descarga regularizada de 1.260m³/s.

Em janeiro de 1979 foi iniciada a montagem da usina de seis turbinas, com potência de 175kW cada, adquiridas na União Soviética.

Em novembro de 1979 a primeira turbina entrou em operação. Em dezembro de 1981 o Presidente João Figueiredo inaugurou as outras cinco turbinas com potência global de 1.050.000kW, juntamente com a eclusa para a navegação fluvial.

Destaque-se na execução desta obra, de projeção excepcional para o desenvolvimento do São Francisco e do Nordeste brasileiro, a ação, a pertinácia e a visão de administrador do Diretor Eunápio Queiroz, secundado por seu assistente João Paulo Aguiar.

Um fato passado na época de Sobradinho, que também merece registro nestas páginas.

Durante a construção da Barragem, a Eletrobrás, por recomendação de seu Presidente, Antônio Carlos Magalhães, projetou o Sistema Oeste, que tinha por finalidade a eletrificação da região baiana a Oeste do São Francisco, um dos objetivos da Barragem de Sobradinho.

Esse sistema consistia numa linha de transmissão de 230kV, que, partindo da Usina de Sobradinho, passando por Juazeiro, Senhor do Bonfim e Irecê, terminava em Bom Jesus da Lapa, de onde seria continuada por outra linha de 138kV, entre Lapa e Angical, em cuja ponta se instalaria uma subestação, da qual irradiariam linhas secundárias para eletrificação de Barreiras e demais Municípios do Vale do Rio Grande.

Era então Governador da Bahia o Sr. Roberto Santos, em azeda divergência com Antônio Carlos Magalhães, que patrocinara sua candidatura ao Governo.

Antônio Carlos, que sempre teve verdadeira obsessão pelo desenvolvimento da Bahia, como Governador ou não, autorizou-me, em ofício, a um entendimento com Roberto Santos, no sentido de promoverem juntos a execução do Projeto Oeste, correndo as despesas da construção da linha Sobradinho a Bom Jesus da Lapa por conta da Eletrobrás, sem ônus para o Estado da Bahia; e cabendo ao Estado a construção da linha Lapa-Angical, com seus ramais financiados pela Eletrobrás a juros baixos e prazos longos.

Por diversas vezes tentei obter uma audiência com Roberto Santos que, sabedor de sua finalidade pela divulgação da notícia, não me concedeu, apesar de eu ser Deputado Federal e legítimo representante do São Francisco.

Diante de sua teimosa negativa, desisti da incumbência que me fora dada por Antônio Carlos e lhe escrevi uma carta de protesto, relatando as ocorrências para resguardo de nossa posição política.

Tempos depois, Antônio Carlos Magalhães, pela segunda vez Governador da Bahia, como tal inaugurou retumbantemente a linha de transmissão de alta potência de Sobradinho a Bom Jesus da Lapa, com 900 quilômetros de extensão.

Já lá vão cerca de sete anos de inauguração da Usina, durante os quais a região baiana a Oeste do São Francisco, sobretudo a área de Barreiras, alcançou formidável surto de progresso, graças à lavoura de soja - que efetivamente descobriu um novo São Francisco - e aos projetos de irrigação da CODEVASF.

Eu estava convencido de que todo aquele progresso se assentava na energia gerada em Sobradinho.

Qual não foi a minha surpresa quando, no início de 1989, em bate-papo telefônico com o Engº José Carlos Aleluia, então Presidente da CHESF, fui informado de que a CHESF decidira reiniciar a construção do Sistema Oeste da Bahia, pelos meses seguintes.

Alegou que, diante da demora de sua execução e do rápido crescimento da demanda de energia, resultante do extraordinário desenvolvimento econômico regional, a CHESF resolveu modificar o projeto original do sistema e construir, com recursos próprios, uma linha de transmissão de 230kV direta entre Bom Jesus da Lapa e Barreiras, com 220 quilômetros de extensão, na ponta da qual montaria uma subestação, donde se ramificarão linhas secundárias para eletrificação de Barreiras e de todos os municípios do Vale do Rio Grande, para conseqüente implantação dos principais projetos de irrigação da CODEVASF, que só poderão deslanchar se contarem presentemente com esta fonte de energia, e para a implantação da agroindústria na região.

Para breve, portanto, aguardamos a conclusão do Sistema Oeste, planejado e em grande parte executado por Antônio Carlos Magalhães, como Governador da Bahia, Sistema este de capital importância para os programas da CODEVASF e para o desenvolvimento do São Francisco.

Foram 11 anos de expectativa e de imenso prejuízo para uma região de exuberante potencial econômico que durante cerca de 20 anos fora precariamente suprida pela Usina Hidroelétrica de Correntina, que, desta forma, ficará liberada para servir exclusivamente aos municípios dos vales dos Rios Corrente e Carinhanha.

Rumos atuais: a CODEVASF

A Lei 6.088, de 15 de julho de 1974, criou a CODEVASF, encerrou o ciclo da SUVALE, que durou 7 anos, rasgou novos horizontes e imprimiu rumos mais realistas à problemática do São Francisco.

O mérito especial desta Lei consistiu na reintegração do São Francisco no rol dos grandes problemas nacionais, do qual o Decreto-Lei 292, da SUVALE, o havia excluído, e na devolução do comando único do Vale.

A Lei 6.088 originou-se da mensagem 207, de 2 de maio de 1974, do Presidente Ernesto Geisel, acompanhada da exposição de motivos do Ministro do Interior, Rangel Reis, e convertido pela Câmara dos Deputados no Projeto 1.934, que me coube relatar.

O Art. 1º deste projeto estava assim redigido: "fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos do Art. 5º, inciso II, do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, e do Art. 5º do Decreto-Lei 900, de 29 de setembro de 1969, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (COVALE), como Empresa Pública vinculada ao Ministério do Interior".

O Art. 15º dispunha taxativamente: "o Poder Executivo adotará as providências necessárias à oportuna extinção da Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE)"; e prescreviam expressamente os Arts. 16 e 17: "Art. 16 - Serão transferidos para a COVALE os bens móveis, imoveis e instalações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, e da SUVALE, localizados no Vale do São Francisco e ligados à finalidade da Empresa"; "Art. 17 - O pessoal da SUDENE, do DNOCS e da SUVALE, localizado no Vale do São Francisco, cujas atividades estejam vinculadas à finalidade da COVALE, poderá ser aproveitado na Empresa, observado o disposto no Art. 12º desta Lei, ou localizado em seus órgãos de origem".

Estes dois artigos cancelaram totalmente a influência decisória da SUDENE e de seu apêndice, o DNOCS, no Vale do São Francisco. Por este meio a COVALE recobrou sua absoluta autonomia e poder, ficando tal qual a CVSF.

Foi o reconhecimento revolucionário dos motivos que aleguei, junto ao Ministro João Gonçalves, contra sua extinção.

O Projeto 1.934, no fundo e na forma, consagrava uma orientação diametralmente oposta à SUVALE e regulava a COVALE por outros parâmetros na condução dos problemas do São Francisco.

O Decreto-Lei 292, que instituiu a SUVALE, determinava expressamente sua subordinação à SUDENE e restringia sua ação administrativa às nove áreas-programas, que representavam uma parcela diminuta do território do Vale.

Este procedimento, por si só, indicava o grau de vulnerabilidade da SUVALE, que fugia abertamente ao conceito básico de desenvolvimento obrigatório do Vale do São Francisco, por mim consignado na Constituição de 1946.

Devido a estas e outras incongruências, eu prognostiquei vida curta para a SUVALE, o que realmente se confirmou.

Na exposição de motivos da Mensagem 207, item 5, está escrito que "os estudos efetuados pelos Ministérios do Interior e do Planejamento concluíram pela necessidade de se promover a criação de entidade dotada de grande flexibilidade operacional e capacidade executiva capaz de implantar na Região as referidas obras, bem como programas de saneamento e outros empreendimentos de infra-estrutura, que viabilizem novas atividades diretamente produtivas". No item 7: "deverá ainda absorver as atividades da SUVALE, cuja extinção será promovida, bem como projetos, programas atualmente de responsabilidade da SUVALE, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, e do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS, todos órgãos vinculados ao Ministério do Interior.

Atuará finalmente como agente de produção e coordenação do desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco, etc".

Em consonância com estas idéias e políticas, formulei meu parecer, no qual procurei elucidar dúvidas sobre os papéis da CVSF e da SUVALE na história do São Francisco, dando a cada um o que de fato e de direito lhes cabia.

Acentuei, na oportunidade, que o Presidente Ernesto Geisel fez da COVALE um órgo único, com responsabilidade integral pelo desenvolvimento do São Francisco, restabelecendo, desta forma, a unidade geográfica, social, econômica e espiritual do Vale. Portanto, uma COVALE, sem peias e com atuação global em todo o Vale, indistintamente para usufruto de todos os sanfranciscanos. Tudo para que o homem do São Francisco continuasse "dono de sua gleba, cultivando-a, ali morando com seus filhos e nunca fugindo da sua para outras terras por falta de trabalho ou para não morrer de fome".

No meu parecer assim me reportei ao Decreto-Lei 292, que criou a SUVALE: "ele confinou sua atuação às chamadas áreas-programas, únicas possibilitadas de receber os benefícios de energia elétrica, abastecimento d'água, rodovias, portos, aeroportos, saúde e educação, isto é, infra-estrutura social e econômica que, compulsoriamente, deveria caber a todo o São Francisco e de resto a todos os sanfranciscanos". A prova de que a finalidade precípua da SUVALE era exclusivamente planejar e executar a irrigação em áreas específicas do Vale, enquadrada no plano de irrigação do Nordeste, residia em que a CODEVASF, de saída, dividiu o vale em quatro Diretorias Regionais, de Montes Claros, Salvador, Petrolina e Aracaju*, abrangendo todo o São Francisco, enquanto a SUVALE se restringiu à criação de agências, subagências e escritórios localizados nas áreas-programas. Conclusivamente, a SUVALE não colimava estruturar o desenvolvimento integrado de todo o Vale do São Francisco, objetivo maior da CVSF, ratificado pela CODEVASF.

Outro argumento que fortalece minha crítica: a CODEVASF, atrelada à sua competência a ação sobre todo o Vale do São Francisco, ampliou para 17 as 9 áreas-programas de irrigação instituídas pela SUVALE, abrangendo outras também importantes, sob a denominação de "áreas prioritárias".

Em face dessa nova orientação, foram acrescentadas as áreas de Jaíba, Cochá-Carinhanha, Guanambi, Paramirim-Santo Onofre, Sobradinho, Santa Maria da Boa Vista-Belém do São Francisco, Paulo Afonso-Jatobá e Distrito Federal-Goiás.

O natural seria que a SUVALE programasse primeiro a irrigação em todo o Vale, para depois selecionar as áreas-programas que mais rápido garantissem o retorno do capital empregado. Mas nunca fazer como fez, privilegiando-as com a exclusividade de infra-estrutura físico-econômica. Esta a razão pela qual sempre me pronunciei contra as áreas-programas da SUVALE e no contra a concepção em si, perfeitamente justificável, tal qual entende a CODEVASF, de que a irrigação interessa a todo o São Francisco.

Todavia, o ponto fraco do realista Projeto 1.934 se situava na sigla "COVALE", combatível e rejeitável como diminutiva para retratar uma entidade responsável pelo desenvolvimento de um Vale banhado por caudaloso rio perene, sigla que se ajustaria a qualquer rio torrencial do Nordeste brasileiro.

Na qualidade de Relator, propus, através da Emenda nº 1, a troca da sigla "COVALE" pela de "CODEVASF" (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), onde ficaria gravado o sufixo "SF", indicativo do São Francisco, assim como a CHESF e a SUDAM, que assinalaram seus rios originários.

Esta emenda mereceu a concordância do saudoso Ministro Rangel Reis.

Meu parecer, contendo ao todo oito emendas de minha autoria - por sinal as únicas - foi aprovado literalmente pelas Comissões Técnicas e Plenárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

* Posteriormente, foi criada a 5ª DR, sediada em Penedo, Alagoas.

À luz da história, o autêntico inspirador da criação da CODEVASF foi David Lilienthal, Presidente da Development and Resource Corporation, renomada consultoria norte-americana, senão vejamos.

No dia 19 de setembro de 1972, o Governo do Brasil e a Development and Resource Corporation assinaram um convênio, pelo qual a D&R "assistiria ao Governo no sentido de que fosse encontrado um meio, pelo qual se desse pronto desenvolvimento unificado aos recursos do Vale do São Francisco".

Em carta memorando de 2 de maio de 1973, dirigida pelo Presidente Lilienthal ao então Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, ele fornecia esclarecimentos adicionais ao Relatório de fevereiro de 1973, intitulado "Aspectos institucionais do desenvolvimento unificado do Vale do São Francisco".

Dentre as responsabilidades da D&R, estipuladas no Convênio, destacavam-se: "1 - preparar um plano detalhado e global para o desenvolvimento unificado do Vale do São Francisco, para ser adotado oficialmente pelo Governo Federal, bem como atualizar o referido plano em intervalos periódicos; 2 - facilitar e orientar a adesão de interesses federais, estaduais e do setor privado, ao plano adotado de desenvolvimento unificado para o Vale; 3 - estabelecer diretrizes federais direta e indiretamente relacionadas ao desenvolvimento do Vale; 6 - encorajar e promover a participação do setor privado em todas as fases do desenvolvimento do Vale".

A D&R estudou quatro soluções institucionais alternativas, destinadas a desempenhar a missão do Governo Federal no Vale.

Optou afinal, após a análise pormenorizada de todas elas, "por uma organização que permitisse, não só a definição, mas também assegurar a execução de programas federais, de uma maneira realmente integrada e equilibrada".

Em suma, a D&R "recomendou esta forma de organização para realizar os programas do Governo Federal - *uma organização do Vale, com total autoridade e responsabilidade para isso*" (destaque nosso).

Por onde se conclui que, na essência e no fundo, a CODEVASF, em boa hora oficializada pelo Presidente Ernesto Geisel, configura textualmente a opção de Lilienthal.

A CODEVASF, no seu trajeto, cumpriu e cumpre três estágios distintos: o de Nilo Siqueira, implantador e gestor da transição da SUVALE; o de Erasmo Almeida, seu continuador intransigente e a quem muito deve, das firmes diretrizes e do equacionamento e execução de muitos de seus projetos e programas atuais; e o de Eliseu Alves, emérito pesquisador, cérebro condutor da nova CODEVASF, que hoje praticamente responde pela irrigação pública em nosso País, credenciado pelos êxitos alcançados no São Francisco. O elevado conceito deste dirigente está arrimado nas estacas de seu insuperável curriculum cultivado na EMBRAPA.

Em suma, três técnicos do mais puro quilate e de diferentes origens estaduais: um fluminense, outro pernambucano e o terceiro mineiro, todos porém imbuidos do mesmo propósito de bem servir ao São Francisco.

O ato, entre outros, que marca indelevelmente a atual gestão da CODEVASF, é a emancipação dos perímetros irrigados do Vale do São Francisco. A emancipação, na prática, pelo que observei nas minhas visitas em 1987 a todos os perímetros do Vale - excetuado o de Barreiras -, representa como que uma carta de alforria do irrigante sanfranciscano.

A emancipação foi originalmente inaugurada em áreas públicas irrigadas do São Francisco a partir de 1986. Ela demonstrou ser um método capaz de viabilizar numerosas metas perseguidas pela CODEVASF, quais sejam: "o aumento da eficiência produtiva, a aceleração do retorno de investimentos públicos, a liberação de recursos humanos e materiais para execução de novos projetos, a melhoria dos padrões de desempenho da assistência técnica".

Além destes requisitos, distingüe-se outro que, do ponto de vista social, é o mais relevante de todos.

Pelo País inteiro, efeito da vacilante Reforma Agrária em curso, ecoa o brado de revolta do trabalhador sem terra, que vive como agregado, roceiro, parceiro, posseiro, etc., em propriedades as mais das vezes pertencentes a latifundiários desumanos.

O processo de emancipação da CODEVASF, exercitado no São Francisco, arraigou, no lavrador irrigante, a consciência de "dono" do pedaço de chão onde trabalha, mora e ganha o pão de cada dia para sustento de sua família, enfim, sua maior aspiração.

Se esta prática vitoriosa, que pode ser vista e estimada, fosse difundida pelo Brasil afora, respeitadas as peculiaridades das áreas, de certo pouparia ao Governo esforço, contratempos e recursos gastos na implantação da Reforma Agrária, tanto nas propriedades privadas improdutivas, quanto nas terras devolutas da União e dos Estados.

A busca da definitiva auto-gestão, amadurecida e manejada pelos colonos dos perímetros, conduziu a CODEVASF à fórmula da co-gestão, etapa na qual são delegados aos irrigantes, organizados em Cooperativas ou Associações, as responsabilidades pela operação, manutenção e administração dos projetos implantados pelo Governo Federal.

Corroborando com esta premissa, a CODEVASF está abreviando a emancipação de todas as áreas públicas irrigadas do São Francisco.

A duração da co-gestão está prevista para cinco anos, durante os quais os colonos ou irrigantes habilitam-se a assumir o controle definitivo dos projetos públicos. A partir da co-gestão, todas as atribuições antes detidas pela CODEVASF passam, por delegação, à competência das Cooperativas e Associações, o que inclui desde o recrutamento, seleção e assentamento de novos colonos até as ações mais positivas, no sentido de assegurar a eficácia da irrigação, como instrumento principal do crescimento da renda do agricultor e do desenvolvimento planejado para o São Francisco.

Da maior liberdade conquistada pelos irrigantes, decorre desde logo o exercício de sua capacidade de iniciativa, resultando na introdução de técnicas mais modernas de preparo do solo, ganhos de eficiência na captação e distribuição da água, redução das despesas com energia elétrica, uso mais

intensivo da mecanização agrícola, aumento da produtividade por área e por trabalhador e assim por diante.

Esta concepção foi inspirada, entre outras, na experiência bem sucedida do Projeto Piloto Pirapora, que teve a organização de seus agricultores a cargo da Cooperativa Agrícola de Cotia, desde a implantação, em 1979.

Foram ao todo 20 entidades, isto é, Cooperativas e Associações, a começar pela Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba, em maio de 1986, até a Associação dos Usuários do Perímetro de Touro (Juazeiro), em abril de 1988, que assumiram a co-gestão de seus Perímetros, confiantes no sucesso da emancipação.

Vejamos alguns exemplos dignos de serem seguidos. O perímetro Gurutuba, na margem direita do Rio Gurutuba, em Minas Gerais, já em operação com 5.240ha e oriundo de um Projeto Piloto do DNOCS, foi o primeiro a engajar-se no processo de co-gestão, na busca de sua emancipação. A Cooperativa Agrícola do Vale do Gorutuba (COVAG) assimilou rapidamente o novo sistema ensaiado pela CODEVASF, com excelentes resultados, de que damos testemunho. A COVAG, seguindo instruções da CODEVASF, logrou compatibilizar os interesses dos irrigantes parceleiros com os dos lavradores e empresários pequenos e de médio porte assentados no Perímetro, cada qual operando em suas áreas privativas, disciplinando a escolha das lavouras, orientando sua produção, atuando na comercialização e simplificando o crédito rural.

O financiamento bancário passou a ser concedido à Cooperativa que "se responsabiliza pelo resgate integral da dívida e faz o repasse aos agricultores". Esta norma adotada pela COVAG está vigindo nas demais cooperativas e associações em todo o Vale, sob regime de co-gestão, em via de emancipação de seus perímetros.

Durante a co-gestão, as despesas com a recuperação da infra-estrutura física, isto é, tomada d'água, canal de irrigação, estradas, eletrificação e assistência técnica dos perímetros, correm por conta da CODEVASF, cabendo às cooperativas ou associações responsáveis pelos perímetros o custeio dos encargos de operação, manutenção, administração, assistência técnica e comercialização.

Os Perímetros Tourão e Maniçoba, da Área-Programa J.P., em Juazeiro, e Nilo Coelho, em Petrolina, são também evidentes demonstrações práticas do acerto da co-gestão.

O Tourão ocupa uma área de 10.455 hectares, parte reservada para a colonização e 10.000ha destinados a empresas agro-industriais e agrícolas.

Dentre estas destaca-se a Agrovale, pioneira da implantação da agroindústria no São Francisco baiano. A Agrovale instalou a 15km de Juazeiro uma usina de açúcar de grande porte, com capacidade para produzir anualmente dois milhões de sacas, e uma destilaria para fabricar dez milhões de litros de álcool, cultivando cana em uma área de sete mil hectares.

Ambas, nesta altura de 1989 e em pleno funcionamento, já devem ter atingido ou ultrapassado estas cifras.

O Maniçoba possui uma área irrigada de 4.398 hectares em operação. Sua ocupação foi efetuada por colonos, em 234 lotes de 8 hectares, por pequenas e médias empresas em parcelas de 25 hectares e por uma grande empresa, a Cicanorte, com 500ha. Este perímetro, que entrou em operação em 1981, está dedicado às culturas de tomate, uva, melão, melancia e cebola.

A Cica montou uma fábrica em Juazeiro para industrialização do tomate produzido em Maniçoba e nos perímetros da Bahia e Pernambuco.

O Projeto Nilo Coelho, neste momento o maior em operação em todo o Vale do São Francisco, está localizado na fronteira dos Estados de Pernambuco e Bahia. Ele dispõe de 20.000ha irrigáveis, dos quais 15.000 estão em exploração. A ocupação de suas áreas foi feita nos moldes do Perímetro Maniçoba, parte para colonização e o restante distribuído entre pequenas, médias e grandes empresas.

Estes três perímetros adotaram o processo de co-gestão na expectativa de sua emancipação definitiva.

As tomadas d'água do Tourão e Maniçoba foram feitas diretamente no Rio São Francisco, e a do Nilo Coelho por uma derivação da Barragem de Sobradinho.

Tal como no Gorutuba, as despesas com a implantação da infra-estrutura física destes perímetros, pagas pela CODEVASF, serão ressarcidas contratualmente pelos irrigantes e empresários. Estas regras se aplicam a todos os projetos de irrigação do São Francisco em que haja investimento público.

A CODEVASF, experimentalmente esclarecida pela coleta de observações diretas nos Perímetros, chegou à conclusão de que o modelo institucional misto é o ideal para projetos de irrigação em que couber a participação do Estado. Nele se entrosam e convivem harmônica e solidariamente o Poder Público, a Empresa e o Irrigante, cada qual emprestando sua contribuição ao bom desempenho do perímetro.

Explica-se. A CODEVASF hoje entende que existem por tradição no Brasil dois *modelos institucionais de irrigação: o privado e o público.* A irrigação privada é a que é de iniciativa dos particulares, que escolhem a área a ser irrigada, elaboram o projeto, adquirem e implantam os equipamentos e assim por diante, assumindo, enfim, todas as decisões e riscos. É a forma de irrigação amplamente predominante no País. Tem a vantagem de direcionar os investimentos para os lugares e situações em que as taxas de retorno econômico são maiores.

Mas tem, por outro lado, a desvantagem de não induzir à adoção da moderna agricultura irrigada nos lugares mais desfavorecidos pela sorte e pelos governos, ao longo da história - como é precisamente o caso do Vale e do Nordeste, de uma maneira geral.

Para consertar esse desequilíbrio, os governos têm procurado implantar projetos de irrigação às suas próprias expensas, como forma de introduzir a moderna agricultura irrigada em tais regiões. É o *modelo institucional público.*

Na avaliação da CODEVASF, estes projetos públicos, embora tenham cumprido o papel de criar uma "cultura da irrigação" em regiões sertanejas

onde antes a prática era virtualmente inexistente, ficaram, ainda assim, muito aquém do desejado, em termos de eficiência produtiva, conforme Eliseu Alves atesta, em seu trabalho "Modelos Institucionais de Irrigação". E as razões para esta frustração parcial estariam principalmente no paternalismo do Estado em relação ao irrigante instalado nos projetos públicos. Em nome da intenção de protegê-lo, acaba, isto sim, tolhendo suas iniciativas e prejudicando-o.

Daí a proposição de um *modelo misto,* no qual agricultores e governo interagem para viabilizar um projeto de irrigação. Aplica-se sobretudo em situações que requerem grandes investimentos - impossíveis de serem suportados pelos agricultores - e em que são beneficiados grandes grupos de irrigantes, sobretudo pequenos produtores. Estes, organizados sob uma forma de associação, assumem, desde o início, as responsabilidades pela produção, comercialização, operação e manutenção da infra-estrutura comum de irrigação e drenagem, além de regerem o próprio processo de assentamento.

No São Francisco já temos em operação exemplos típicos dos 3 modelos, privado, público e misto. A Fazenda Milano, em Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, instalada à beira do Rio São Francisco, é o protótipo do modelo privado. Ela possui uma área irrigável de 1.500ha.

Desde a tomada d'água no São Francisco ao canal e aqueduto de irrigação, à manutenção, à assistência técnica com equipes próprias, e ao imitável complexo social, dotado de moradias, escolas, postos médicos, restaurantes, até Igreja, funcionando satisfatoriamente, todas as despesas são custeadas pela empresa paulista proprietária.

Seguindo os rastos da Milano, visitamos a Fazenda Ouro Verde, sua vizinha, em início de operação, direcionada para a cultura da uva de mesa. Mais além, no rio Corrente, na Bahia, visitamos o projeto Artex, em fase final de implantação e preparado, preferencialmente, para a cultura do algodão, a ser consumido por suas fábricas em Santa Catarina.

O modelo público foi o primeiro testado e posto em prática em todo o Vale do São Francisco. Tem como exemplo o Perímetro Bebedouro, em Petrolina (PE), historicamente o projeto pioneiro de irrigação do Vale, cuja operação foi iniciada em 1968, e o Perímetro Mandacaru, em Juazeiro (BA), com operação iniciada em 1973.

Tudo que em ambos existe de obras, instalações, serviços, equipamentos e de assistência social foi custeado pelo Governo Federal. Suas atividades agrícolas estão voltadas especialmente para a fruticultura (uva, melão etc.) e para a produção de tomates e grãos.

O processo de emancipação destes perímetros data respectivamente de outubro e dezembro de 1986. A maioria de seus pequenos irrigantes usufrui hoje de padrão de vida muito bom.

O *modelo misto* encontra demonstração nos novos projetos de irrigação - inicialmente concebidos como casos clássicos de projetos públicos mas que, já agora, quando começam a entrar efetivamente em funcionamento,

estão se organizando segundo o novo modelo. É o que ocorre com os Projetos Formoso e Jaíba.

Neles, a gestão da infra-estrutura comum (estações de bombeamento, canais, adutoras, estradas internas etc.) é de responsabilidade de um "Distrito de Irrigação", entidade associativa, sem fins lucrativos, constituída formalmente pelos irrigantes e por eles controlada, através da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. É função do Distrito manter o projeto de irrigação em funcionamento. Fica a cargo da cooperativa assistir o produtor na produção e comercialização.

O êxito da CODEVASF na implantação do sistema de co-gestão e na introdução do modelo institucional misto - pela via do Distrito de Irrigação - já faz escola. O DNOCS começa a praticar sistema semelhante em seus novos projetos, como o Brumado, na Bacia do Rio de Contas, Sudeste da Bahia. E o próprio Presidente José Sarney, orientado pelo então Ministro da Irrigação, Vicente Fialho, decide incumbir a CODEVASF de implantar seus modelos em perímetros públicos situados fora do Vale do São Francisco. Este é o significado do Decreto 95.940, de 20 de abril de 1988. Em cumprimento a este dispositivo, a empresa sanfranciscana está prestando colaboração aos colonos de cinco projetos do DNOS, no Maranhão, Piauí e Ceará.

Propositadamente deixei para o final destes comentários sobre a irrigação no São Francisco, os Projetos Jaíba, em implantação, e Baixio de Irecê, ainda no papel, os maiores e, economicamente, os mais importantes do Vale.

O Projeto Jaíba, em Minas Gerais, com 90.000 hectares, só deslanchou depois que o Ministério do Interior assinou um convênio com o Governo de Minas Gerais, pelo qual a CODEVASF assumiu a responsabilidade da construção de suas obras civis. A Ruralminas, empresa oficial, é a detentora parcial das áreas do Projeto e orientadora da sua política fundiária.

Em abril de 1987, a serviço da CODEVASF, tive oportunidade de visitar o canteiro das obras infra-estruturais do Jaíba. Vi, já prontos, o canal de chamada de 1.200m de extensão, que desvia parte do Rio São Francisco para a Estação de Bombeamento Principal (EB1), vi esta estação e a EB2, com capacidade de elevar, respectivamente, 80 e 65m³/s d'água e despejá-la no canal adutor principal de 37 quilômetros, praticamente concluído. A EB1 foi inaugurada em 1987. Suas instalações e casa de máquinas, de dimensões gigantescas, têm uma altura correspondente a um prédio de 12 andares. O Jaíba contava, então, com o Núcleo Colonial de Mocambinho, área piloto do Projeto, com 1.300ha, reservada para a experimentação das culturas mais adequadas às suas terras. O núcleo já possuía 160 irrigantes assentados há 9 anos, à espera da operação do sistema.

O Jaíba será, nos próximos 5 anos, caso haja continuidade das obras e serviços projetados, um projeto de vastas proporções, comportando o assentamento de irrigantes, a participação do Estado de Minas Gerais, a fixação de médios e pequenos empresários e o loteamento de extensas áreas para a instalação de grandes empresas agrícolas e agroindustriais.

Este projeto se destina a ocupar amplo espaço vazio do Médio São Francisco mineiro, situado no Polígono das Secas, entre Montes Claros e o Rio Verde Grande.

As análises de seus solos revelaram qualidade apropriada a variadas culturas, sobretudo de grãos e algodão. A implantação do Jaíba anda compassadamente, consoante as disponibilidades de recursos exigidos por empreendimento de tamanho vulto.

Praza aos céus, a CODEVASF receba do próximo governo o mesmo e merecido apoio que recebeu do Presidente Sarney para seu prosseguimento e conclusão. Para a implantação dos próximos 45.000ha, já foram asseguradas as verbas, graças aos financiamentos obtidos pela CODEVASF e pelo Governo de Minas Gerais, junto ao Banco Mundial e ao Governo do Japão, respectivamente. O contrato da CODEVASF com o BIRD, no valor de US$71 milhões, mais contrapartidas nacionais de US$87 milhões, foi assinado em 31 de maio de 1989.

O Projeto Baixio do Irecê, na Bahia, abrange uma área de 235.000ha. Foi despertado pela seca de 1976, quando cobrei do Ministro Rangel Reis seu estudo definitivo, baseado no levantamento aerofotogramétrico das bacias dos Rios Verde e Jacaré, afluentes do São Francisco no semi-árido baiano.

Este levantamento foi feito em 1960, objetivando a relocação do pessoal que habitava as margens e ilhas do rio, na área a ser inundada pela Barragem de Sobradinho. Os mapas aerofotogramétricos, herdados da CVSF, dormiam nos arquivos da CODEVASF em Brasília. Descobertos e examinados tecnicamente, ensejaram a elaboração de um grande anteprojeto de irrigação, batizado de Baixio do Irecê, nome indicativo da microrregião na qual se situa.

Este anteprojeto alertou o arrojado e saudoso Ministro Mário Andreaza, que ordenou sua revisão. Foram então realizados os levantamentos pedológicos e aerofogramétricos nas escalas 1:20.000 e de 1:5.000 de toda a área, resultando, daí, um anteprojeto definitivo e compacto de 235.000ha, o maior da América Latina. Cobre uma faixa contínua de solos adequados à irrigação, diferentemente dos projetos da área-programa Juazeiro-Petrolina, da SUVALE, estruturados em manchas de terras separadas.

Quase todas as áreas do Baixio do Irecê estão na posse de poderosos grupos econômicos, o que dificulta e atrasa sua execução. O anteprojeto está pronto aguardando decisão do Governo Federal e proporcionará, como o Jaíba, excelente oportunidade de aplicação do modelo misto.

Recordo-me que, logo após o regresso do Presidente Sarney de Petrolina, onde lançou o Programa de Irrigação do Nordeste, com a meta de um milhão de hectares, fui recebido em audiência para congratular-me com Sua Excelência, por tão sábia resolução.

Naquela ocasião, aproveitando a euforia do Presidente e ex-colega Deputado, e louvando a medida, ponderei-lhe, em comentário sisudo, que naquele instante ele estava às voltas com o sufocante problema da dívida externa brasileira, então avaliada em US$100 bilhões. Entretanto, o que me espantava, disse-lhe eu, é que os Governos que tomaram tanto dinheiro não

tivessem aplicado ao menos um bilhão de dólares na irrigação do São Francisco, cujos projetos garantiam retorno certo do investimento. Citei como comprovante o Projeto Baixio do Irecê, o maior de todos, que não contava, como não conta até hoje, com um único hectare de terra irrigada.

Os Projetos Jaíba e Baixio de Irecê, depois de implantados e em operação, assegurarão centenas de milhares de empregos diretos e indiretos aos sanfranciscanos e brasileiros de outras paragens.

É inteligente manter acesa no espírito do povo daquelas áreas a chama da esperança de sua conclusão em futuro próximo. Além destes grandes projetos, a CODEVASF prossegue os estudos dos Perímetros Salitre, em Juazeiro, e Pontal, em Petrolina, que rondam a casa de 30 mil hectares irrigáveis cada um.

Ambos oferecem condições excepcionais para sua exploração, não só quanto à qualidade dos solos identificados e facilidade de captação d'água direta do Rio São Francisco, como também quanto à abundância de mão-de-obra, exigida para suas implantações.

A operação destes perímetros consolidaria definitivamente o desenvolvimento espantoso dos dois municípios mais populosos do Sub-médio São Francisco, donde jamais ninguém emigraria por falta de trabalho, e ainda serviria de refúgio a milhares de nordestinos flagelados pelas secas, como, aliás, já vem servindo.

Em virtude da exclusão do DNOCS da Bacia do São Francisco, por força da Lei 6.088/74, a CODEVASF anexou e assumiu a direção dos Perímetros de Gorutuba, em Minas Gerais, e de Ceraíma e Estreito, na Bahia, hoje todos eles sob regime de co-gestão.

Estes perímetros são irrigados com água dos açudes públicos do Bico da Pedra, no Gorutuba, projetado pelo DNOCS e construído pela CODEVASF, e os de Ceraima e Estreito, construídos pelo DNOCS.

O perímetro do Açude do Poço da Cruz, no Rio Moxotó, em Pernambuco, foi o único do Vale do São Francisco que continuou sob o controle do DNOCS.

A CODEVASF, a partir de sua criação em 1974, acionou as potencialidades econômicas do Vale do São Francisco e impulsionou a irrigação, seu principal objetivo.

A CODEVASF se deparou, então, com valioso acervo de estudos, levantamentos e projetos realizados pela CVSF e SUVALE, o que lhe permitiu, desde logo, dar continuidade e concluir obras já atacadas e executar outros projetos por ela elaborados.

Assim é que, nos seus 15 anos de atividade, elevou de 3.000ha, deixados pela SUVALE/SUDENE, para 70.000ha as áreas públicas irrigadas em operação no Vale do São Francisco. Os 3.000ha deixados em operação pela SUVALE foram representados pelos Projetos Propriá, em Sergipe, Itiúba, em Alagoas, Bebedouro, em Pernambuco e Mandacaru, na Bahia - estes dois, iniciados pela SUDENE -, São Desidério, na Bahia, iniciado pela CVSF, e Núcleo de Colonização de Brasilândia, em Minas Gerais, acrescidos das áreas irrigadas dos Centros de Treinamento instalados nos Projetos Pilotos de Pi-

rapora e do Formoso - este, em Coribe, Bahia. De passagem, cabe acentuar que o primeiro pivô central - hoje tão difundido na Região - foi adquirido pela SUVALE e sua operação menejada pela CODEVASF inauguralmente.

Até 1985, entraram em operação no Vale 47.947ha, pertencentes a variados projetos de irrigação, concluídos nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Esta cifra se elevou para cerca de 70.000ha, aumento correspondente aos exercícios de 1986 a 1988 e ao primeiro semestre de 1989.

A CODEVASF, demonstrando desse modo sua eficiência, prossegue obstinadamente na faina de implantar a irrigação em todas as áreas do Vale, identificadas como propícias ao seu desenvolvimento em bases seguras.

Outra contribuição da maior significação que a CODEVASF está trazendo para a Região é a aceleração, a partir de 1985, do PLANVASF - Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, criado em 1981 pelo Ministro do Interior, Mário Andreaza, para elaborar um amplo diagnóstico da situação do Vale e propor um plano global para seu desenvolvimento.

O PLANVASF reúne, num consórcio, a CODEVASF, a SUDENE e a OEA (Organização dos Estados Americanos), com término previsto para dezembro de 1989.

O plano convencionado tem como objetivos fundamentais: "1º - melhorar as condições sociais das populações de baixa renda; 2º - diminuir as disparidades intrarregionais; 3º - incorporar o Vale à economia nacional".

A Coordenadoria Nacional do PLANVASF é exercida pelo capaz sanfranciscano nato, funcionário da CODEVASF, oriundo da CVSF, fervoroso devoto do Senhor Bom Jesus da Lapa, Dr. Otaviano Ramos, cuja dedicação à causa do São Francisco se afere no texto de seus relatórios precisos e realistas.

O PLANVASF condensa em seus relatórios a problemática do São Francisco, que ele tão bem estudou e conhece, o diagnóstico de seu estado atual de desenvolvimento e a terapêutica indicada para expansão da sua economia.

O PLANVASF, em seus estudos, levantamentos e projetos, foi precedido pela Lei 2.599, de 1955, que aprovou o Plano Geral do São Francisco, organizado pela CVSF. Este documento pioneiro consubstaciava um plano de desenvolvimento global do Vale do São Francisco, concebido para preencher o vazio de séculos de expectativa. A Lei 2.599 foi substituída pelo Decreto-Lei 292, que criou a SUVALE, autora de um plano setorial, objetivando exclusivamente a irrigação de nove áreas-programas por ela selecionadas.

O PLANVASF aproveitou e atualizou o que havia de concreto no Plano Geral da CVSF e no espólio técnico da SUVALE. Devidamente instrumentado e dispondo de apoio logístico e financeiro adequado, cobriu todas as áreas e setores do Vale possíveis de figurarem em projetos de desenvolvimento.

Sem dúvida que a irrigação ocupa o primeiro lugar no enfoque dos problemas embutidos no seu plano de desenvolvimento do São Francisco, sem com isto assumir uma posição exclusivista.

Para o Governo Federal a irrigação é a tábua de salvação da economia nordestina e, quiçá, do desenvolvimento agrícola brasileiro, periodicamente

ameaçado pelas secas que, por último, vêm ocorrendo até no Centro-Sul do País.

O Plano, como disse, abrange todo Vale do São Francisco, priorizando a irrigação, objetivo maior da CODEVASF. O PLANVASF formalizou, pois, um plano objetivo e confiável, enquadrado com todo rigor técnico, na realidade ambiente e nos anseios de progresso dos sanfranciscanos. Enfim, um plano que será roteiro seguro para o desenvolvimento presente e futuro do São Francisco.

Outro traço digno de nota, da atuação da CODEVASF, se refere à cooperação técnico-financeira internacional. Essa cooperação começou com a CVSF, quando o Governo francês nos enviou uma missão que percorreu e fez o reconhecimento do Vale do São Francisco, examinou os estudos e planos existentes, analisou os problemas técnicos, sociais e econômicos em pauta e recomendou providências específicas.

De 1961 a 1965, a FAO e a SUDENE elaboraram um Plano Diretor para Irrigação do Submédio São Francisco.

De 1964 a 1970, o governo brasileiro conveniou com a USAID, representada pela Bureau of Reclamation, com a finalidade de implementar um programa de estudos sobre o aproveitamento hidro-agrícola do Vale do São Francisco.

Efetiva e historicamente, coube somente à CODEVASF assinar numerosos empréstimos externos e receber consideráveis recursos para implementação de seus projetos de irrigação e para execução de encargos e obras diversas no São Francisco. Estes empréstimos ofereceram ponderáveis vantagens à CODEVASF, quais sejam: o aumento de volume de recursos financeiros para seus projetos, a alocação de recursos nacionais como contrapartida, e a vinda de especialistas internacionais experimentados para o treinamento de nossas equipes técnicas.

Anotemos.

A CODEVASF, em 1975, contratou um empréstimo de US$23 milhões com o Banco Mundial, para implementação de projeto de emergência destinado a obras de contenção de cheias e proteção das várzeas do Baixo São Francisco.

Em 1976, contratou outro empréstimo com o Banco Mundial, no valor de US$35,7 milhões, para implementação de um projeto integrado de irrigação nas várzeas do Baixo São Francisco.

Em 1986, contratou, ainda com o Banco Mundial, um empréstimo de US$57 milhões para reabilitação dos projetos de irrigação executados no Alto e Médio São Francisco e treinamento do pessoal.

Continuando, em 1976, a CODEVASF contratou, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um empréstimo de US$57 milhões destinado à implementação do projeto de irrigação Massangano, hoje denominado Senador Nilo Coelho, em reconhecimento ao grande sanfranciscano falecido.

Em 1986, o governo brasileiro assinou, com o Banco Mundial, um empréstimo de US$48 milhões para estudos de viabilidade técnico-econômica

de projetos de irrigação e treinamento de pessoal em áreas da CODEVASF, DNOCS e DNOS. Os projetos da CODEVASF contemplados neste empréstimo foram os de Jequitaí, Serra do Ramalho, Formoso H, Barreiras Norte, Nupeba, Riacho Grande, Baixio de Irecê, Platô de Irecê e Salitre.

Em maio de 1989, como já relatado, o Banco Mundial assinou com o governo brasileiro, representado pelo Ministro Iris Rezende, da Agricultura, contrato de empréstimo de US$71 milhões, para implementação do Projeto de Irrigação Jaíba, Etapa I.

Além desses empréstimos consumados, o governo brasileiro está negociando com o BID um contrato de financiamento para implementação dos projetos de irrigação Estreito IV, Senador Nilo Coelho (áreas adicionais) e Projeto Mirorós, num total de cerca de 16.000ha. As contrapartidas nacionais a este financiamento serão cobertas pelo governo japonês, através do OECF (Overseas Economic Cooperation Fund), com recursos do chamado "Fundo Nakasone". Somados os recursos das duas fontes, temos um aporte da ordem de US$113 milhões.

A CODEVASF está em fase preliminar de entendimentos com o Governo da URSS para um empréstimo de US$300 milhões, destinados ao projeto de irrigação de Pontal, em Pernambuco.

Afora destes recursos vinculados especificamente à irrigação, o governo brasileiro assinou em 1982, com o Governo da Hungria, um contrato de empréstimo de US$15 milhões, em plena vigência, para assistência técnica, compra de animais e equipamentos voltados para a piscicultura, pati-cultura, suinocultura e viticultura no Vale do São Francisco.

O aporte destes recursos externos, adicionado à contrapartida nacional, influenciou consideravelmente e agilizou o processo de desenvolvimento agroindustrial do Vale do São Francisco, promovido pela CODEVASF.

Outro setor da CODEVASF que ganhou substância e nova dimensão nestes últimos anos foi o dos recursos humanos, por considerar que "o sucesso de qualquer organização pública ou privada depende basicamente da ênfase dispensada à administração do capital humano".

O Presidente Eliseu Alves, firmado em sua comprovada experiência de administrador e no preceito de valorização do homem "como agente e beneficiário de todo esforço administrativo da CODEVASF", montou uma estratégia objetivando alcançar o máximo de eficiência e produtividade de seus quadros técnicos e burocráticos.

Indo mais longe, criou um programa de treinamento para "atender os recursos humanos de todos os níveis, particularmente os irrigantes, tendo como meta a obtenção de competência e adaptação requeridos pelos programas da Empresa".

Este o retrato, de corpo inteiro, da CODEVASF, pintado pela História.

O São Francisco e a Constituição de 1988

Não obstante minha confiança na criação do Ministério da Irrigação, entregue ao honrado e competente Ministro Vicente Fialho, e no êxito promissor do Programa de Irrigação empreendido no São Francisco pelo Presidente José Sarney, objetivando implementar a irrigação de um milhão de hectares em todo o Nordeste, olho para trás e vejo decepcionado o que no particular se fez na Região depois da extinção da CVSF, em 1967.

Nesses 22 anos, prazo bastante longo, o São Francisco só mostra perto de 70.000ha de perímetros públicos irrigados em operação, além de cerca de 150.000ha irrigados por particulares, para uma área aproximada de 3.000.000ha irrigáveis.

Os mesmos argumentos que usei em 1946 para defender a inserção do São Francisco na Constituição em pé de igualdade com a Amazônia e o Polígono das Secas, já contemplados pelo anteprojeto constitucional, prevalecem agora, ainda mais incisivos, após a amarga experiência da Constituição outorgada de 1967, que o extirpou.

Não nos iludamos com as aparências animadoras dos projetos em execução no Vale, porque, no ritmo atual de exploração das riquezas potenciais do São Francisco, nem com um século teremos nossas terras irrigadas.

O próprio Programa Nacional de Irrigação (PRONI) já sofreu, neste mesmo governo que o criou, uma considerável redução em suas propostas iniciais, ao perder sua condição de órgão de nível ministerial. O Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), que o antecedeu e foi por ele incorporado, ficou aquém de suas primeiras metas, que eram de irrigar um milhão de hectares no Nordeste no qüinqüênio 1986-90. Os dados estatísticos disponíveis mostram que, nos três primeiros anos desse período, foram efetivamente abrangidos 283.900ha - o que é substancial, à vista da penúria até então reinante, mas ainda é muito pouco em comparação com as metas que podemos e devemos alcançar e com as necessidades do País e da Região.

Sou modesto e no auguro para o São Francisco o milagre japonês posterior à vitória americana de 1944, embora o saudasse entusiasticamente, se viesse a acontecer. Todavia, meu receio se baseia em precedentes históricos ocorridos com o combate às secas do Nordeste, interrompido durante vários anos por Governos Republicanos.

Se o sucessor do Presidente Sarney for um político divorciado do Nordeste e comprometido com as tendências já provadas de governantes do Centro-Sul, de concentrarem a aplicação dos recursos federais em áreas e problemas fora do São Francisco, certamente os nossos programas de irrigação, embora reconhecidamente lucrativos, serão procrastinados.

Queira Deus se cumpra o dispositivo Constitucional de 1988, que regionaliza o orçamento da República na base da população.

Minhas esperanças repousavam na Assembléia Constituinte de 1987, através da qual eu pleitearia o restabelecimento do Art. 29 do A.D.C.T., da Constituição de 1946, abolindo apenas o prazo de 20 anos para execução de um Plano Geral, já agora de caráter permanente, e mantida a vinculação de 1% da renda tributária da União. Este seria um ato de reparação ao São Francisco.

Candidatei-me ao 13º mandato com esta intenção.

Minha eleição foi malograda, o que não importaria, porque a Bahia elegeu vários deputados, graças aos votos dos sanfranciscanos, evidentemente convencidos da lealdade e compromisso deles para com a Região, a qual lhes caberia defender.

Não resta dúvida de que alguns deputados baianos com assento na Constituinte tiveram suas cadeiras garantidas pelo São Francisco. Entretanto, somente dois deles se manifestaram, através de emendas, a seu favor:

- o Deputado Waldeck Ornelas, com a seguinte emenda: "o Governo Federal manterá programa permanente de desenvolvimento da Bacia do Rio São Francisco, administrado por entidade específica, visando o aproveitamento integrado de suas potencialidades e mediante a alocação anual e plurianual de recursos orçamentários".

- o Deputado Luiz Viana Neto foi autor da outra emenda, assim redigida: "o Governo Federal aplicará na Região do Vale do São Francisco, durante pelo menos 20 anos consecutivos, quantia não inferior a 1% (um por cento) de suas rendas tributárias, para pleno aproveitamento de sua potencialidade econômica e melhoria das condições de vida de suas populações. Parágrafo único - Um terço pelo menos, dessa quantia, será obrigatoriamente aplicado nos setores de educação e saúde. Outro terço, pelo menos, será aplicado em irrigação".

Esta emenda foi rigorosamente decalcada no texto e no espírito do Art. 29 do A.D.C.T. da Constituição de 1946, que tamanhos benefícios carreou para o São Francisco.

Pena que estes Deputados não tenham defendido suas emendas, para subirem ao pódio da História de nossa Região.

Além destas emendas, para ser exato, houve uma outra, apresentada pelo Deputado José Viana, de Rondônia, descendente de baianos, atendendo à

solicitação do sanfranciscano entusiasta de Barreiras, Dr. Marlan Rocha, fervoroso simpatizante de Geraldo Rocha.

Fato é que as bancadas dos Estados sanfranciscanos guardaram absoluto silêncio e esqueceram inexplicavelmente o São Francisco nos 19 meses que durou a Assembléia Constituinte.

Esta omissão, ou nome pior, se agravou ao cotejarmos friamente o Art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição recém promulgada, assim redigido:

> "Art. 159 - A União entregará:
> I - Do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento, na seguinte forma:
> (...)
> c) três por cento da aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurado ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região ..."

Se houvesse efetivamente interesse dos Deputados, bastaria acrescentar as palavras *São Francisco*, logo após as Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, da alínea "c" do Art. 159.

Porque o São Francisco, embora encravado no Nordeste, constitui uma região tão autônoma quanto aquelas outras.

Segundo afirmei discursando da tribuna parlamentar sobre o PROVALE, "o São Francisco e o Nordeste são regiões sócio-economicamente afins, cada qual, porém, com suas peculiaridades e problemas individualizados". Disse, mais, que "os planos da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste, baseados inicialmente na industrialização dos pólos litorâneos de Salvador e Recife, quase sós, não teriam viabilidade sem o São Francisco".

Por isso o Presidente Juscelino Kubitschek retardou a criação da SUDENE para 1959, cinco anos depois de instalada a Usina I de Paulo Afonso.

Hoje em dia, com a expansão do parque industrial do Nordeste Legal, excluídas parte do Maranhão, Piauí e Minas Gerais, servidas pelas Usinas de Tucuruí, Boa Esperança e Três Marias, é mais que notório que a industrialização do Nordeste, do Ceará à Bahia, está totalmente dependente do suprimento de energia da CHESF, isto é, do São Francisco.

Isto comprova que "a batalha pela emancipação econômica do Nordeste se decide nas águas do Rio São Francisco".

Pesava ainda outra razão, tão importante quanto a industrialização, negligenciada pelos Constituintes dos Estados sanfranciscanos, que lhe viraram as costas.

A irrigação, determinadamente atacada pelo Presidente José Sarney, é meta prioritária do seu Governo e tem no São Francisco seu principal campo de prova. Programar irrigação era unir água e solo, fatores que colocavam o São Francisco em posição vanguardeira no Nordeste e no País. Observe-se que o Rio São Francisco, depois de cheias as Barragens de Três Marias, Sobradi-

nho e Itaparica, continua a despejar anualmente no Atlântico cerca de 100 bilhões de metros cúbicos d'água, que, comparados aos 25 bilhões, se tanto, acumulados pelos açudes públicos construídos pelo DNOCS em todo Nordeste desde sua fundação em 1908, neles incluídos os da Bacia do São Francisco, dão justa medida ao problema de irrigação no Vale.

Pondere-se ainda a constatação de que o São Francisco é um grande rio perene, enquanto são intermitentes todos os rios que abastecem os açudes construídos pelo DNOCS no Polígono das Secas, açudes que só tomam água ou enchem durante as irregulares estações chuvosas da Região.

Ressalte-se o detalhe da Bacia do São Francisco possuir, levantados, cerca de três milhões de hectares de solos irrigáveis, enquanto o Nordeste, excluídos os Vales do São Francisco e do Parnaíba, detém pouco mais de 1 milhão de hectares, no Polígono das Secas, do Ceará a Minas Gerais.

Considere-se, também, que os projetos de irrigação implantados pelo DNOCS nos açudes públicos e particulares do Nordeste, são todos acionados pela energia gerada em Paulo Afonso e Sobradinho, o que confirma que a sobrevivência do Nordeste está intimamente ligada ao São Francisco.

Incontestavelmente, a energia da CHESF é a mola da industrialização do Nordeste, como a irrigação é o suporte indiscutível do desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Por estes dados específicos se avalia o mal irremediável da mancada dos Constituintes de 1987-8, somente justificada pelo desinteresse e ignorância dos problemas e realidades da Região do São Francisco.

Estes os motivos porque o São Francisco não foi incluído expressamente no texto do Art. 159 da Constituição de 1988, ao lado e desfrutando as mesmas prerrogativas e vantagens das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

A CVSF e a SUVALE tiveram sua vez e voz bem nítidos no contexto do desenvolvimento sanfranciscano. A CODEVASF deu renovado impulso e rumo certo ao desenvolvimento integrado do São Francisco.

Deus louvado, jamais futuramente se esmoreça ou se interrompa o ritmo atual do desenvolvimento do São Francisco, pela falta de recursos vinculados à nossa Região pelos Constituintes de 1988. Se isto acontecer, recairá sobre eles a maldição dos sanfranciscanos.

Este, o límpido pensamento de quem, historicamente, propugnou e acreditou no desenvolvimento sócio-econômico do São Francisco, para felicidade de seu povo bom, sofredor e heróico.

Minha missão está cumprida.

CODEVASF BIBLIOTECA

338.1/N935m/000938/ 00822

Memorias do Sao Francisco...

DDO - 246

CODEVASF
DPIB - PATRIMÔNIO
N.º 23.1.150.000.00
Preço:
Data:
N. FISCAL

CODEVASF CONTROL

DEVOLVER NA ÚLTIM

DEVOLVIDO
DEVOLVIDO
DEVOLVIDO 1997
DEVOLVIDO
DEVOLVIDO
DEVOLVIDO
DEVOLVIDO
DEVOLVIDO

DDO - 247

hospitais, postos de saúde; implantou linhas de transmissão e levou a energia elétrica a dezenas de cidades e vilarejos. Não dirigiu estas ações pessoalmente, posto que sempre preferiu manter-se no exercício do mandato popular. Apenas criou as condições que tornaram-nas possíveis.

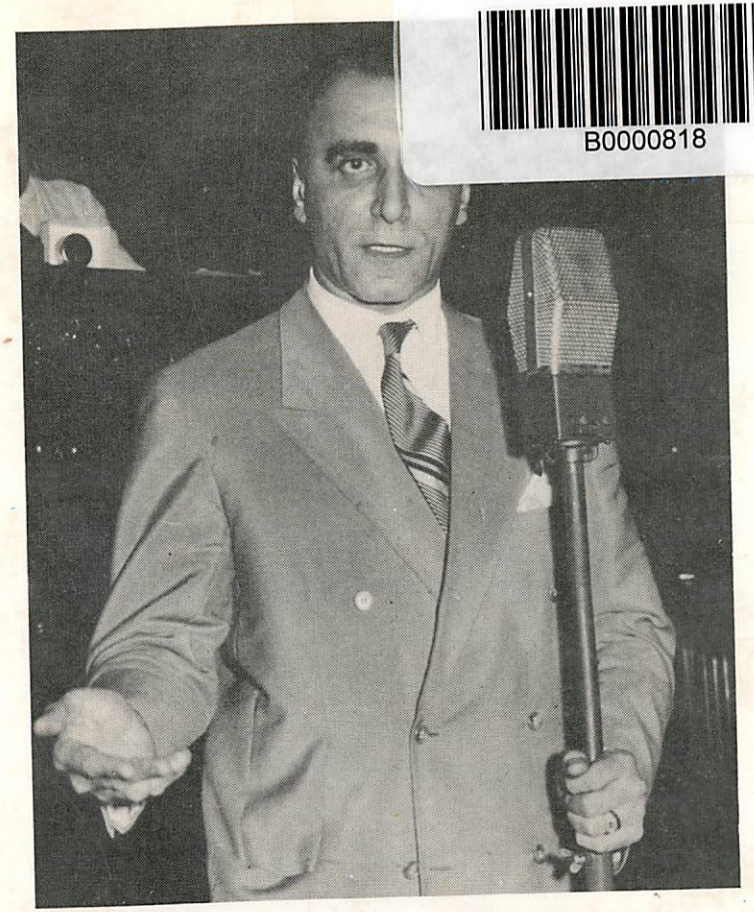
Hoje, o Brasil vive situação que mantém com 1946 diversos traços de semelhança. Estamos novamente saindo de período discricionário e recuperando a plenitude democrática, sob a moldura de uma nova Carta de direitos e deveres. Os poderes se redividem e cabe ao Legislativo maior parcela de responsabilidade na condução do País.

No Vale do São Francisco a realidade é um tanto diferente da de 1946. Estamos ainda bem aquém do progresso imaginado por Manoel Novaes, como ele mesmo avalia, ao final de seu relato. Mas já temos inequívocos pólos de progresso, como em Petrolina-Juazeiro e no Norte de Minas. Conquistas obtidas a partir de seu trabalho de representante do sertão na capital.

A vida e o exemplo de Manoel Novaes são a demostração de como o progresso pode fluir de um relacionamento maduro entre Legislativo e Executivo.

ARC

CODEVASF
Biblioteca Geraldo Rocha
B0000818



"... durante mais de meio século,
Manoel Cavalcanti de Novaes, alto, quase dois metros,
voz de trovoada, cara grande e generosa de sertanejo,
olhos fortes, ensolarados,
foi exatamente isso: a vaca santa, sagrada,
leite e esperança, verba e emprego, presença e trabalho,
do infinito sertão do São Francisco.
Houve um tempo, longo tempo,
nas décadas de 50 e 60, em que Novaes não era um mandato,
era uma bancada.
Decidia a eleição de muita gente, bancadas inteiras.
Novaes era o 'Barão do São Francisco',
o 'líder do sertão', o 'Manelão da caatinga'."

Sebastião Nery